

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário
ISSN 0870-1865
27 de Janeiro de 1994
Preço: 120\$00
(IVA incluído)
N.º 1050
Director:
Carlos Brito

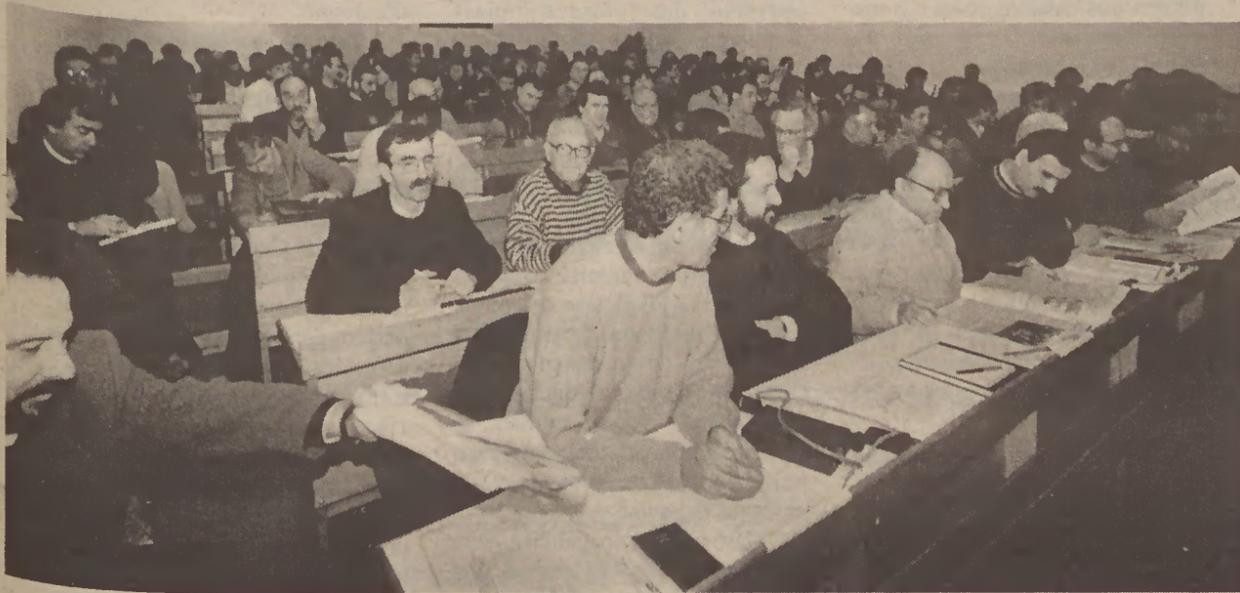
Não à redução dos salários!

**Greve nacional
paralisou
Administração Pública**

**Sector Empresarial
do Estado anuncia
lutas convergentes**

Editorial
e centrais

Reuniu o Comité Central do PCP

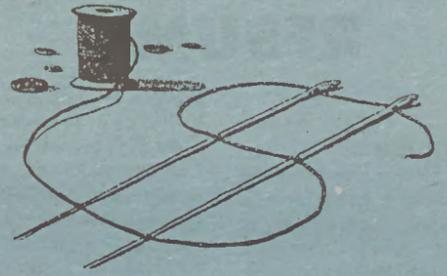


O Comité Central do PCP, reunido em 22 e 23 de Janeiro, examinou os aspectos fundamentais da evolução da situação política após as eleições autárquicas de 12 de Dezembro passado e definiu as grandes tarefas do Partido para o ano em curso, com destaque para o desenvolvimento da luta popular contra a política do Governo, a preparação da intervenção nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, a participação nas comemorações do 20.º aniversário do 25 de Abril e em outras realizações e o reforço da organização, no quadro geral de uma constante afirmação do PCP como força comprovadamente essencial e indispensável para a conquista de uma nova política e de uma verdadeira alternativa democrática ao Governo do PSD. **Págs. 3 a 8**

PCP reabre debate sobre o caso do Ministério da Saúde

Pág. 11

Indústria têxtil A política necessária



• Artigo de
António Lopes

Pág. 18

Os direitos dos trabalhadores



Conferência da CGTP-IN

Págs. 20 a 22

Covina Da negociata à destruição

• Artigo de
Paulo Trindade

Pág. 19

Alarme no discurso da hierarquia católica

• Artigo de
Jorge André

Pág. 26

EDITORIAL

Um sério aviso

A semana de lutas convergentes da CGTP, que está a decorrer, constitui uma importante demonstração da vontade combativa dos trabalhadores e um sério aviso de

que estes não aceitarão a redução salarial e outras formas de agravamento da exploração que o Governo e o grande patronato lhes querem impor.

A greve da administração central, regional e local, a greve parcial da Carris de Lisboa, a greve de uma hora da metalomecânica pesada, os numerosos plenários que se estão a efectuar em muitas das principais empresas do país distinguem-se pelo alto nível de participação e a grande unidade posta em evidência pelos trabalhadores e suas diferentes estruturas representativas.

Esta semana de lutas convergentes bem pode ser um ensaio geral para novas, mais amplas e mais radicais acções, se o Governo e o grande patronato não cederem, entretanto, às justas reivindicações dos trabalhadores.

Salientam-se entre estas reivindicações a luta pelos salários, pelo emprego e contra os despedimentos, pela redução do horário de trabalho e pela defesa dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

O "Não" à redução de salários ganha, no entanto, uma saliência especial numa altura em que o Governo insiste em querer impor aumentos nulos ou em tão pequena percentagem, mesmo em relação ao salário mínimo nacional, que a vingarem equivaleriam a uma quebra de vários pontos dos salários reais e a um empobrecimento forçado da população laboriosa.

Cavaco Silva tem plena consciência da profunda injustiça de que está eivada a política salarial do Governo e da resistência que esta vai provocar da parte dos trabalhadores. É por isso que destaca as "movimentações sindicais", ao prevenir o Conselho Nacional do PSD para os "seis meses" de "grande combate político", que o partido governante vai enfrentar.

Pelo que se vê, no entanto, na semana de luta da CGTP, é altamente provável que o descontentamento e a resistência dos trabalhadores atinjam uma amplitude e uma combatividade muito para além daquilo com que o Governo está a contar.

O Governo quer justificar a sua política social e a política salarial, em especial, com o que está a acontecer em outros países comunitários e com as orientações estabelecidas no âmbito da União Europeia.

O Governo foge como sempre às suas responsabilidades.

Mas neste caso é bom que esclareça quais são as políticas comunitárias para que os portugueses possam ajuizar ainda melhor sobre o que significam as orientações de Maastricht no domínio social e além disso (e mais profundamente) possam acompanhar as políticas do capitalismo europeu no que se refere aos trabalhadores.

Em relação a estas é o "Le Monde Diplomatique", referente ao mês de Janeiro, que salienta: "Em toda a Europa desenvolve-se uma ofensiva, de uma amplitude

Esta semana de lutas convergentes bem pode ser um ensaio geral para novas, mais amplas e mais radicais acções, se o Governo e o grande patronato não cederem, entretanto, às justas reivindicações dos trabalhadores.

sem precedentes, contra o mundo trabalho e o modelo social em vigor desde há meio século."

É ainda o mesmo insuspeito mensário francês que esclarece que esta "operação de desmantelamento se acelerou desde a queda do Muro de Berlim e do afundamento do bloco soviético", como "uma desforra sobre o movimento operário" das "classes sociais dominantes."

Importa esclarecer, igualmente, que esta ofensiva do capital europeu visa não só os salários, mas também as condições de trabalho e a protecção social. É o que cá está a acontecer.

É contra esta ofensiva que por toda a Europa comunitária, apesar da traição de sindicatos e centrais sindicais, estão em curso grandes movimentos de greves e manifestações da classe operária e outros trabalhadores e que a unidade se começa a refazer, como acontece na convocação para hoje da greve geral em Espanha.

É claro que a propaganda governamental escamoteia este quadro de lutas que invade a Europa.

A propaganda governamental escamoteia também que a chama-

da "moderação salarial" ou os chamados "aumentos nulos", realmente a redução de salários, têm um significado ainda mais grave para os trabalhadores portugueses do que para os trabalhadores de outros países comunitários que ganham salários duas e três vezes superiores.

A política social do PSD não só nega aos trabalhadores portugueses a esperança de se aproximarem do nível dos trabalhadores dos outros países comunitários, como aprofunda o fosso que os separa deles.

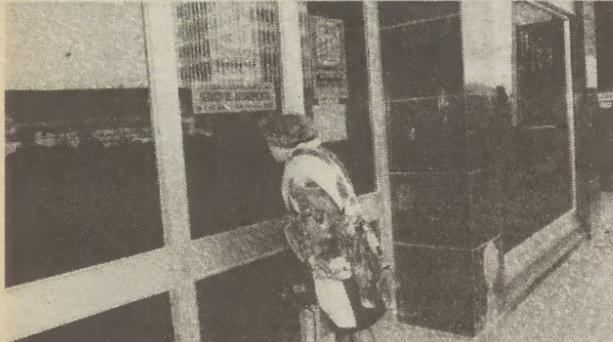
Cavaco Silva serve-se da presente ofensiva anti-social em curso noutros países europeus para reforçar a componente anti-social da sua governação, colocada desde a primeira hora ao serviço da restauração do capitalismo monopolista.

Com toda a oportunidade, foi sublinhado por Manuel Carvalho da Silva, na recente e importante Conferência da CGTP sobre "Os direitos dos trabalhadores": "Não podemos contemporizar com as teses pretensamente sustentadas na inevitabilidade da perda de direitos decorrentes da mudança dos tempos, das alterações da estrutura produtiva e da organização do trabalho ou de exigências descabidas em nome da competitividade".

Estes são com efeito os argumentos usados pelo Governo do PSD para desequilibrar ainda mais em benefício do capital a distribuição do rendimento nacional e para tentar desfigurar e liquidar os preciosos direitos que os trabalhadores portugueses conquistaram com a revolução de Abril e que tiveram sólida consagração constitucional.

A luta de massas é, sem dúvida, o esteio fundamental em que assenta a defesa desses direitos, como é a frente essencial da luta por uma alternativa democrática.

A Resolução Política da reunião do Comité Central do PCP, efectuada a 22 e 23 de Janeiro, salienta por isso muito a propósito: "O amplo, persistente e socialmente diversificado movimento de protesto, de indignação, de resistência e de luta contra a política do Governo indicam o justo caminho de firmeza, de tenacidade, de determinação e de convergência e unidade que, como o PCP activamente defende, é indispensável tenha correspondência no plano político e na acção das forças democráticas".



Trabalhadores da Administração Pública realizam uma greve geral em defesa do emprego e em protesto contra a redução dos salários.

RESUMO

19 Quarta-feira

Realiza-se, na Assembleia da República, um debate sobre a entrada em vigor da União Europeia, tendo a comunicação social, em geral, silenciado por completo a intervenção da bancada parlamentar do PCP sobre a matéria ■ Mais de 80 por cento dos estudantes universitários de Coimbra manifesta-se contra o pagamento de propinas no referendo realizado pela AAC ■ A Juventude Comunista Portuguesa lamenta a decisão do Tribunal Constitucional de não extinguir o MAN, o que, considera, poderá «vir dar alento ao desenvolvimento da extrema-direita fascista e violenta em Portugal» ■ A aviação israelita ataca uma base da Frente Popular de Libertação da Palestina ■ O presidente da empresa pública italiana de electricidade, Franco Viezzoli, é detido e colocado sob residência fixa, após a conclusão de um inquérito sobre um alegado recebimento de «luvas».

20 Quinta-feira

Na sequência do julgamento do caso do Ministério da Saúde, o Grupo Parlamentar do PCP anuncia que irá reabrir o processo através do pedido de criação de uma nova comissão de inquérito parlamentar ■ Um outro pedido de inquérito é também anunciado pelo Grupo Parlamentar do PCP, este relativo ao processo de privatização do Banco Totta & Açores ■ Após ter sido anunciada pela tutela uma averiguação sobre a situação prisional do Estabelecimento Prisional de Coimbra, os nove presos terminam a greve de fome que durou 18 dias ■ O actual reitor da Universidade de Lisboa, Meira Soares, é reeleito para um novo mandato de quatro anos ■ Face a um novo malogro das negociações de paz sobre a Bósnia, o Parlamento Europeu pede aos governos dos Estados-membros da União Europeia a substituição do mediador David Owen.

21 Sexta-feira

A lista D venceu as eleições para a Direcção da Associação Académica de Lisboa, tendo as listas A e C sido eleitas, respectivamente, para a Mesa e para o Conselho ■ O Procurador-Geral da República ordena um inquérito ao Estabelecimento Prisional de Coimbra ■ Após acusações públicas de corrupção, demitem-se três ministros do governo belga ■ Após a realização de um inquérito sobre a chamada «mafia do Orçamento», a Comissão de Inquérito do Parlamento brasileiro propõe a perda de mandato para 18 senadores e deputados ■ A Organização Mundial de Saúde (OMS) adopta um programa mundial de luta contra a Sida.

22 Sábado

Inicia-se uma reunião de dois dias do Comité Central do Partido Comunista Português ■ Reúnem-se em Lisboa delegações da CGTP e da UGT ■ Começa, em

Roma, o II Congresso Nacional do Partido da Refundação Comunista ■ O presidente Joaquim Chissano exclui qualquer acordo de partilha do Poder com a oposição, anterior à realização das eleições previstas para Outubro ■ É anunciado que a vaga de frio que assola as regiões Leste e Centro dos EUA já provocou mais de 140 mortos ■ Realiza-se em Manchester o sorteio do Campeonato Europeu de Futebol de 1996.

23 Domingo

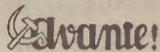
Com a aprovação e divulgação em conferência de imprensa de duas resoluções políticas sobre a situação política nacional e a preparação para as eleições europeias, termina em Lisboa a reunião do Comité Central do PCP ■ Por atingir o limite de idade, cessa funções de Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas o General Soares Carneiro ■ Yasser Arafat e Shimon Perez reúnem-se em Oslo para prosseguirem a discussão sobre a retirada israelita de Gaza e Jericó ■ Realiza-se, em Hollywood, a entrega dos Globos de Ouro atribuídos pela Associação de Imprensa Estrangeira.

24 Segunda-feira

28 professores do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Nova de Lisboa criticam o Governo pela disparidade de critérios quanto ao financiamento das escolas superiores públicas ■ Segundo dados hoje revelados pelo Eurostat, a região do Alentejo é uma das sete mais pobres regiões da Europa comunitária ■ Xanana Gusmão é visitado, na prisão de Jacarta, pelos dois enviados do secretário-geral da ONU, Francesco Vendrell e Samuel Amrat ■ O secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, rejeita a proposta francesa para um maior envolvimento americano na resolução do conflito na Bósnia ■ O foguetão Ariane, que deveria colocar em órbita o primeiro satélite turco, despenha-se no mar poucos minutos após o seu lançamento.

25 Terça-feira

Trabalhadores da administração central respondem ao apelo das organizações sindicais e paralisam em todo o País, com um elevado nível de adesão, contra a perspectiva de uma diminuição dos salários reais ■ O PCP apresenta um pedido de inquérito parlamentar para "apreciar a forma e as condições em que se tem processado a privatização do Banco Totta & Açores e os actos praticados pelo Governo" ■ O secretário-geral da Confederação Europeia de Sindicatos (CES) afirma em Lisboa estar convencido de que a CGTP-IN integrará ainda este ano aquele organismo ■ A Rússia solicita a convocação de uma reunião urgente dos ministros dos Negócios Estrangeiros dos países membros do Conselho de Segurança da ONU para analisar a situação na Bósnia ■ O governador do Banco de Espanha apresenta um plano de saneamento do Banesto.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matrícula: 47058. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A, 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 Fax: 815 34 95

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira. Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição. Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Tel. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04. Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra Tel. (039) 71 35 77 Delegação Norte: R. Monte dos Pisos, 326, Guilfoes, 4450 Matosinhos Tel. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7ª-A 1100 Lisboa — Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composto e Impresso na Heskia Portuguesa, SA R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50
ESPAÑA	50 números: 13 300\$00
EUROPA	50 números: 24 750\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU	50 números: 26 650\$00
EXTRA-EUROPA	50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Tel. _____
Morada _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



Resolução do Comité Central do PCP

O PCP em defesa dos interesses populares e na luta pela alternativa democrática

O Comité Central do PCP, reunido em 22 e 23 de Janeiro, examinou os aspectos fundamentais da evolução da situação política após as eleições autárquicas de 12 de Dezembro passado e definiu as grandes tarefas do Partido para o ano em curso, com destaque para o desenvolvimento da luta popular contra a política do Governo, a preparação da intervenção nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, a participação nas comemorações do 20º aniversário do 25 de Abril e em outras realizações e o reforço da organização, no quadro geral de uma constante afirmação do PCP como força comprovadamente essencial e indispensável para a conquista de uma nova política e de uma verdadeira alternativa democrática ao Governo do PSD.

Resolução do Comité Central do PCP

1

Um grande imperativo da hora presente

O Comité Central salienta que a mais recente evolução da situação política confirma como um imperativo democrático e nacional a intensificação da resistência e da luta popular contra a política do Governo de Cavaco Silva com vista à sua interrupção e derrota e põe em evidência a urgente necessidade e a real possibilidade de novos e significativos avanços na luta pela concretização de uma alternativa democrática.

O Comité Central sublinha que, a par de manobras demagógicas, pequenas concessões e recuos pontuais a que, na sequência da derrota do PSD nas eleições autárquicas, o Governo tem sido forçado, pela luta popular, se verifica o prosseguimento e, em muitos aspectos, uma perigosa intensificação da ofensiva governamental contra as condições de vida da população, contra interesses e direitos essenciais dos trabalhadores e de outras camadas sociais, no quadro de uma patente crise económica e social para a qual a política do Governo não apresenta qualquer resposta eficaz.

O Comité Central destaca como aspectos excepcionalmente graves e perigosos da ofensiva governamental em curso o continuado aumento do desemprego e a intensificação dos despedimentos resultantes de uma política de desarticulação, asfixia e ruína de importantes sectores produtivos; as tentativas para impor uma enorme e drástica redução dos salários reais dos trabalhadores e do poder de compra da população; o bloqueamento da contratação colectiva e a liquidação sistemática de direitos e regalias dos trabalhadores; as medidas e novos planos para a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações no plano social, designadamente transferindo para os cidadãos novos e mais pesados encargos com a segurança social, o ensino e a saúde; as orientações de política económica fortemente penalizadoras da actividade produtiva e invariavelmente subordinadas à prevalência da especulação financeira e ao objectivo estratégico da restauração do poder e privilégios do grande capital nacional e estrangeiro na base da ilegítima apropriação de bens, recursos e dinheiros do Estado e com despudorado sacrifício do interesse público e do interesse nacional.

A ofensiva governamental processa-se em íntima ligação com a escalada de corrupção e com a criação de um ambiente caracterizado pela ausência de princípios e padrões éticos e permissivo ao tráfico de influências e da cumplicidade de órgãos do Estado com o negociismo e a especulação.

As dificuldades, os sofrimentos e os duros golpes que, no momento actual, a política do Governo está projectando sobre os interesses e a vida dos trabalhadores e da população legitimam, só por si, suficientemente o objectivo democrático da interrupção dessa política.

Entretanto, o Comité Central renova as persistentes chamadas de atenção do PCP para que esse objectivo se torna ainda mais justo e premente se se tiver consciência de que a continuação da política do Governo e das suas ofensivas no plano económico, social e político ameaça e pode comprometer o próprio futuro do país e poderá conduzir a profundas e negativas mudanças na realidade nacional e na fisionomia e conteúdo da democracia portuguesa que criarão maiores dificuldades à solução dos problemas nacionais e à concretização de uma nova política e de uma alternativa democrática.

A resignação que o PS exhibe e manifesta perante a perspectiva da continuação da política do Governo de Cavaco Silva e a tranquilidade que faz questão de oferecer ao PSD só podem ter origem ou numa errada avaliação da natureza e consequências presentes e futuras da política de direita ou numa estratégia de obtenção do poder pelo poder sustentada no manifesto propósito de, se viesse a governar sozinho, realizar uma política similar à do PSD.

O amplo, persistente e socialmente diversificado movimento de protesto, de indignação, de resistência e de luta contra a política do Governo indicam o justo caminho de firmeza, de tenacidade, de determinação e de convergência e unidade que, como o PCP activamente defende, é indispensável tenha correspondência no plano político e na acção das forças democráticas.

2

Resposta firme às manobras contra a alternativa

Em 14 de Dezembro, o Comité Central do PCP, ao analisar os resultados das eleições autárquicas, salientou que «a séria derrota sofrida pelo PSD e a vitória obtida pelo conjunto das forças democráticas (em que, com especial significado, se integra o bom resultado do PCP e da CDU)» propiciavam «a abertura de uma nova fase na situação política nacional marcada pela possibilidade real de dar um novo impulso à luta pela substituição do Governo do PSD através da concretização de uma alternativa democrática».

Com efeito, constituíram elementos relevantes no clima político pós-eleitoral quer o facto de diversos sectores e personalidades democráticas se exprimirem em sentido convergente com esta análise e com esta perspectiva quer a circunstância de, favorecida pelo resultado da CDU e pela evidência do fracasso das tentativas do PS para enfraquecer significativamente a influência e as posições do PCP no poder local, se ter ampliado a consciência da necessidade do entendimento das forças democráticas na luta por uma alternativa bem como da indispensabilidade do PCP para a realização desse objectivo.

É no quadro de orientações e de esforços deliberadamente apostados em travar a perspectiva de um novo impulso na luta pela alternativa, de impedir o avanço da crescente aspiração ao entendimento das forças democráticas e de manter rígidos critérios de discriminação anticomunista que, com origem quer na área do PS quer na área do PSD, tem vindo a ser desenvolvido um importante conjunto de manobras políticas e de operações de intoxicação da opinião democrática.

Neste âmbito, são de destacar designadamente:

a) a campanha para obter uma neutralização política dos resultados das eleições autárquicas, visando inculcar a ideia de que, afinal, o PSD (que, em boa verdade, teve um resultado similar, e nalguns aspectos pior, ao de 1989 então unanimemente classificado como uma grande derrota) não teria sido derrotado, com o argumento absurdo de que os seus resultados não teriam sido tão catastróficos quanto os próprios promotores desta campanha tinham previsto;

b) a orientação e as atitudes arrogantes do PS, colocando uma agravada ênfase nas suas absurdas pretensões de hegemonia sobre o campo democrático, de subalternização política e enfraquecimento eleitoral do PCP, de conquista sozinho de uma maioria absoluta e de reforçada hostilidade à convergência e ao entendimento das forças democráticas;

c) a ofensiva política lançada contra o Congresso «Portugal: que futuro?» (iniciativa de carácter pluralista visando a reflexão sobre os problemas e as necessidades nacionais numa perspectiva crítica em relação à política do Governo), que apresenta como patente denominador comum das suas diversas expressões a pertinaz defesa de discriminações anticomunistas e o manifesto propósito de combater qualquer perspectiva de soluções políticas que, para além da mudança do partido governante, se proponham pôr em causa a política de direita;

d) a desonesta e artificiosa campanha conduzida pelo PS a pretexto de pretensas «alianças PCP-PSD» contra o PS no processo de instalação dos órgãos autárquicos, deliberadamente congemina e desenvolvida com o objectivo de proteger e justificar a oposição do PS ao entendimento com o PCP, de procurar afectar e comprometer a autoridade política do PCP nas suas justas críticas ao PS pelas suas convergências e cumplicidades com o PSD em importantes questões de política nacional, ou, no mínimo, de instalar a ideia difusa, particularmente conveniente para o PS, de que em matérias de política de alianças não há grande diferença entre o PCP e o PS.

Sublinhando a necessidade de um combate firme a este conjunto de manobras e campanhas, que redundam principalmente em benefício do PSD, o Comité Central rejeita frontalmente as hipócritas acusações dirigidas pelo PS ao PCP por alegadas «alianças» preferenciais com o PSD, reafirma a sua total falta de fundamento e considera oportuno insistir na denúncia das omissões e mistificações em que se baseia.

Com efeito, o PS omite que, como não pode deixar de saber pela experiência dos seus próprios eleitos, desde a institucionalização do poder local democrático

em 1976 que se verificam entendimentos entre eleitos de diversas forças políticas com um âmbito mais amplo do que decorreria da simples reprodução da política de alianças em termos de política nacional.

O PS omite também, e sobretudo, que no processo actualmente em curso de instalação dos órgãos autárquicos, tem realizado dezenas e dezenas de entendimentos com o PSD (e com o CDS) orientados para isolar a CDU ou para impedir os seus eleitos de exercerem as responsabilidades correspondentes à influência e votação obtida.

O PS omite ainda que, em numerosos órgãos autárquicos, sobretudo por iniciativa e esforço dos eleitos do PCP, se concluíram acordos e entendimentos entre os dois partidos e que esse número só não é superior por exclusiva responsabilidade das pretensões despropositadas e das arrogantes ambições e reivindicações do PS.

A campanha que o PS tem vindo a mover contra o PCP tem como pressuposto a ideia de que o PS se poderia aliar com quem entendesse, mas já o PCP teria de ficar refém das abusivas exigências e imposições do PS e proibido de encontrar outras soluções para assegurar o normal funcionamento dos órgãos autárquicos.

O Comité Central salienta que só um lamentável empenho na mistificação da opinião pública pode explicar que entendimentos estritamente locais entre eleitos da CDU e do PSD sejam objecto de inflamados protestos por parte de um partido, como o PS, que já governou com o CDS e com o PSD, que se aliou ao PSD em duas revisões da Constituição, que em 1985 organizou mais de 40 coligações eleitorais com o PSD contra a gestão CDU, que ainda há pouco negociou com o PSD a designação dos membros portugueses no Comité das Regiões, que retirou injustamente um representante ao PCP em benefício para o PSD, e que em questões decisivas de política nacional perfilha orientações semelhantes às do PSD.

O coerente empenho do PCP no combate à política de direita e ao Governo do PSD não teme comparações com qualquer outra força política.

O Comité Central confirma o propósito do PCP de, pela sua parte, não contribuir para o fomento de atitudes de críspação ou extrema tensão no relacionamento entre o PS e o PCP e de continuar a trabalhar para favorecer o diálogo e o debate construtivos, a aproximação e o entendimento das forças democráticas em torno de uma nova política e da construção de alternativa democrática ao Governo do PSD.

Mas o Comité Central confirma também a firme disposição do PCP de não tolerar calúnias e deturpações sobre a sua orientação e prática política, de não aceitar e de combater pretensões de hegemonia, liderança e dominação que lhe pretendam impor, de não abdicar da defesa e permanente afirmação da sua identidade, da sua independência, da sua soberania de decisão, das suas propostas e do seu projecto.

O Comité Central salienta que a luta por uma alternativa democrática corresponde inteiramente aos interesses populares e nacionais e, por isso, embora envolvendo necessariamente as forças políticas, representa uma tarefa e um desafio nos quais a opinião, as aspirações e a vontade dos cidadãos são chamadas a desempenhar um papel determinante.

O Comité Central considera que são direcções essenciais na luta por uma alternativa democrática a exigência de uma nova política e o alargamento do apoio popular a uma política alternativa, o desenvolvimento da luta de massas e o reforço do PCP.

3

A luta por uma nova política — componente decisiva da luta pela alternativa

Na luta por uma alternativa democrática tão importante como o objectivo de derrotar o PSD e reduzi-lo a uma posição minoritária na Assembleia da República é a exigência e a definição de uma nova política, como política alternativa capaz de dar solução aos grandes problemas do país e a batalha para ganhar para ela um amplo apoio popular.

A crise económica e social em que o país está mergulhado constitui a mais clara demonstração do fracasso das opções, das orientações e da estratégia seguida pela

governança do PSD e da necessidade de uma nova política que as substitua.

Em vez da modernização anunciada, o que a realidade põe em evidência é o afundamento da agricultura, a ruína das pescas, o quase desaparecimento da actividade mineira, a regressão do turismo, o retrocesso do comércio externo.

Em vez da prometida progressiva melhoria das condições de vida dos portugueses, o que a realidade põe em evidência, é uma acentuada degradação dos rendimentos da população laboriosa, o crescimento elevado do desemprego, o regresso em força dos salários em atraso, o agravamento do trabalho infantil, o aprofundamento das desigualdades, o alastramento da miséria e dos fenómenos da marginalização e da exclusão sociais.

O objectivo tantas vezes proclamado por Cavaco Silva de alcançar o pelotão da frente dos países comunitários está desmascarado como uma ridícula patranha demagógica, tanto pela ineficácia da governança cavacista, como pela prevalente prática comunitária, da "Europa a duas velocidades".

Está hoje provado que a estratégia da restauração monopolista a todo o vapor, usando as privatizações como instrumento principal, é, para além dos escândalos, uma das causas fundamentais da desorganização, da desarticulação e dos desmantelamento do tecido produtivo nacional e de maior dependência externa da economia portuguesa.

Está provado também que a aceitação submissa, por parte da governança do PSD, das imposições comunitárias de aceleração do processo de integração e da prioridade à convergência nominal, é responsável por destruições devastadoras em importantes segmentos económicos, especialmente na agricultura e nas pescas, que será cada vez mais difícil reparar.

O descalabro económico e social é acompanhado do crescente autoritarismo político, particularmente dirigido contra os trabalhadores numa sistemática ofensiva para a redução dos seus direitos, mas visando também a desfiguração de outras características fundamentais do regime, o próprio regime e o funcionamento das instituições democráticas.

A progressiva absolutização do poder por parte do PSD, não impede, no entanto, que se verifiquem áreas de grande consensualidade entre o partido do Governo e o PS, entre outras, no domínio económico, especialmente em relação às privatizações, em algumas políticas sociais, no campo da integração europeia e em matéria de política externa.

Esta situação torna ainda mais imperiosa a luta por uma nova política que seja verdadeiramente uma política alternativa à política da direita, às suas opções e estratégias essenciais, designadamente salvando, reestruturando e valorizando o sector público da economia e travando a desresponsabilização do Estado na esfera social, com destaque para os domínios da educação, da saúde e da segurança social.

O PS não está naturalmente em condições de o fazer, nem pode ser, pelos compromissos com a política da direita, uma alternativa sozinho.

O PCP que tem um projecto para o futuro de Portugal no Programa da Democracia Avançada, está em condições, como nenhum outro partido, de contribuir para a defesa e a concretização de uma nova política que responda aos mais agudos problemas nacionais.

Para a defesa, aprofundamento e popularização de uma nova política, o Comité Central deliberou promover, no quadro da sua actividade normal, um processo de iniciativas partidárias, de carácter regional e sectorial, sob a forma de debates abertos com as populações e especialistas, a culminar com uma iniciativa nacional, a agendar oportunamente.

Inserem-se desde já neste processo iniciativas como os Encontros Nacionais do PCP sobre Educação e Ensino (19 e 20 de Março), sobre Saúde (21 de Maio) e sobre Política de Ambiente (14 de Março), o Seminário sobre Ciência e Tecnologia (28 de Maio) e a audição sobre o Problema da toxicoddependência (2 de Março) e importantes iniciativas da JCP como a Conferência sobre o Ensino Superior (26 e 27 de Março) e o Encontro Nacional sobre o ensino secundário (26 de Março).



Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, acompanhado de outros dirigentes do Partido, apresentou à imprensa, no domingo passado, as conclusões gerais da reunião do Comité Central, cujas resoluções hoje publicamos

O nosso país não pode continuar a obedecer docilmente, sem projecto próprio, aos ditames e condicionamentos que lhe são impostos pelas instâncias de Bruxelas e as transnacionais comunitárias.

Portugal precisa de uma estratégia própria de desenvolvimento compreendendo uma especialização produtiva, assente nas suas mais salientes potencialidades, que lhe permita ter uma participação não subalternizada na divisão internacional de trabalho; um aumento significativo da produção e da produtividade nacionais que torne possível a redução dos défices estratégicos; uma mobilização de recursos nacionais e das energias humanas, dinamizada pela participação empenhada dos trabalhadores.

Uma estratégia própria de desenvolvimento não pode assentar, como vem acontecendo, no agravamento das condições de vida e da exploração dos trabalhadores e na acumulação simultânea da riqueza e da pobreza, mas tem que assentar numa repartição mais justa do produto, no respeito pelos direitos laborais e sociais constitucionalmente consagrados e no melhoramento das condições de vida da população laboriosa.

Uma estratégia própria de desenvolvimento implica uma política de educação, ciência e cultura que eleve a preparação da formação da população portuguesa e que corresponda de forma integrada às necessidades políticas, económicas, sociais e culturais do país.

Uma estratégia própria de desenvolvimento tem que ter como pressuposto fundamental a rejeição de sucessivas e crescentes cedências e transferências de soberania para os órgãos supranacionais da União Europeia (que parecem tão naturais ao PS e ao PSD) e na firme defesa dos interesses, da soberania e da independência nacionais.

A experiência de muitos anos da vida do nosso país, que conheceu sucessivamente governos PS, PS/CDS, PSD/CDS, PS/PSD e PSD sozinho mostra que uma estratégia própria com estes pressupostos e objectivos só pode ser realizada no quadro de uma solução política onde o PCP tenha forte influência.

4 Desenvolver a luta popular

O Comité Central analisando o significativo desenvolvimento da luta popular de massas no ano transacto, abarcando uma grande diversidade de sectores e camadas, de entre os quais se destaca pelo particular relevo que assumiram a luta dos trabalhadores, dos agricultores e dos estudantes, salientou que a luta popular de massas não só se confirmou como essencial e determinante na resistência à política de direita e na defesa dos interesses das populações e do país, mas que foi igualmente essencial e determinante para a evolução da vida política nacional.

Fazendo frente à política anti-social e antinacional do Governo PSD, as massas populares com a sua luta deram um enorme contributo para o desmascaramento da política governativa, para a redução da base social de apoio ao PSD e para dar projecção, por parte de largas camadas do nosso povo, à aspiração a uma outra política.

A derrota eleitoral do PSD nas eleições autárquicas de 12 de Dezembro não é separável da luta das massas

populares que projectaram nos resultados eleitorais o profundo descontentamento existente em vastos sectores da população e a aspiração a que se produza uma alternativa à política e ao Governo do PSD, problema central da vida política nacional.

A derrota do PSD nas eleições autárquicas, traduzindo um real enfraquecimento da sua base de apoio e pondo em relevo uma importante alteração na correlação de forças, abriu novas e acrescidas perspectivas ao desenvolvimento da luta em defesa dos interesses das massas populares, das conquistas democráticas e do país e por uma alternativa democrática.

As múltiplas acções já anunciadas de entre as quais se destaca a semana de luta promovida pela CGTP-IN (24 a 28 de Janeiro), na qual se inserem a greve geral da Administração Pública (25 Janeiro), a luta da Carris, as greves dos sectores têxtil e químico, o prosseguimento da luta estudantil contra o aumento das propinas, as manifestações convocadas pela CGTP-IN para 26 de Fevereiro, são disso a confirmação.

O Comité Central considera que o desenvolvimento da luta popular de massas de combate à política de direita deverá constituir uma prioridade no trabalho das organizações partidárias e que é de grande importância assegurar não só o prosseguimento e elevação qualitativa da luta combativa das massas, mas que é igualmente importante que essa luta exprima no plano político o profundo descontentamento que percorre sectores muito vastos da população, quanto ao rumo da vida política nacional.

No imediato, deverão constituir direcções de trabalho a intensificação da luta em defesa dos interesses fundamentais de todas as classes e camadas sociais (trabalhadores, pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, intelectuais e quadros, reformados e pensionistas, mulheres e juventude) atingidas pela política do Governo PSD/Cavaco Silva, são de dar particular atenção:

- à **luta dos trabalhadores** pela defesa dos seus direitos, contra a intensificação da exploração, pela defesa dos postos de trabalho, por aumentos de salários reais, pela valorização e defesa da função social do salário mínimo, pela defesa e melhoria da segurança social, contra o bloqueamento do direito à contratação colectiva e a reposição da legalidade em todas as empresas e sectores onde estão a ser violados direitos e liberdades;

- à **luta dos agricultores** pela defesa da produção nacional e garantia do escoamento dos produtos nacionais, pelo apoio efectivo e eficaz à modernização da agricultura, contra a política agrícola comunitária, inteiramente dominada pelas multinacionais e os interesses de alguns países do Norte da Europa e EUA;

- à **luta da juventude** nomeadamente dos estudantes do ensino superior contra o aumento das propinas, pela revogação da lei 20/92, pelo cumprimento das responsabilidades do Estado no financiamento do ensino superior público, pela implementação de um efectivo sistema de apoio social aos estudantes e dos estudantes do ensino secundário pela melhoria das condições de ensino, contra a aplicação duma reforma educativa sem condições e por um mais justo sistema de acesso do ensino superior;

- à **luta dos reformados** contra a política anti-social, pela melhoria das reformas e pensões, suplementos e subsídios e por serviços sociais de apoio;

- à **luta de importantes sectores públicos** quer produtivos (Sector Empresarial do Estado) quer sociais (educação e saúde, nomeadamente).

Resolução do Comité Central do PCP

O Comité Central salienta como sendo de grande importância para o desenvolvimento e consolidação da luta popular de massas o reforço das organizações e movimentos unitários que lhe dão suporte, o reforço da ligação dos comunistas às massas, a sua activa e empenhada participação na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações.

O desenvolvendo da luta de massas em todas as frentes, ligando a luta por reivindicações imediatas de carácter específico ou geral, à luta pelo objectivo central e fundamental que é derrotar a política governamental, consolidação da unidade dos trabalhadores, dos democratas e patriotas, constituem factores de primordial importância para a criação de condições para se alcançar uma alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

O Comité Central salientou como facto político significativo da evolução da vida política nacional, a compreensão que se vai alargando, por parte de largos sectores sociais, de que o PCP é essencial e determinante não só no combate à política de direita e na defesa das conquistas democráticas, mas igualmente para a criação das condições capazes de assegurar uma verdadeira alternativa democrática.

O Comité Central considera que a consolidação do papel essencial e fundamental do PCP nas diferentes esferas da vida nacional exige o reforço da sua organização, de uma mais estreita ligação às massas, pelo que decide realizar no decurso deste ano um conjunto de acções com vistas à dinamização e reforço organizativo do Partido.

5

Renovar e reforçar a organização do PCP

O reforço do PCP no plano da organização partidária é uma condição essencial para a dinamização do seu papel no desenvolvimento da luta de massas e uma mais eficaz intervenção política, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, e do rasgar de perspectivas para uma alternativa democrática.

Com esse objectivo, o Comité Central decidiu orientações e linhas de trabalho para o reforço orgânico em 1994.

Reafirmando o papel central da organização partidária, bem evidente nos resultados das recentes eleições autárquicas, o Comité Central insiste na necessidade de um tratamento sistemático e audacioso das questões de organização, rompendo rotinas e vencendo os obstáculos que o dificultam ou limitam. Sempre em permanente ligação e com o objectivo de reforçar o estreitamento do Partido com as massas, com o desenvolvimento das suas lutas, com o trabalho e intervenção política concretos e quotidianos.

Apoiado nas orientações gerais e prioridades traçadas no XIV Congresso, valorizando as questões do estilo de trabalho e do trabalho colectivo, o funcionamento democrático das organizações e organismos e a adequação das modificações orgânicas a fazer à diversidade regional e sectorial do Partido, o Comité Central, na base do debate e análise efectuados, destaca duas preocupações principais no trabalho orgânico: os organismos e os quadros.

Relativamente aos organismos, defende-se:

- uma orientação geral para o reforço e renovação dos organismos partidários, com atenção particular ao conteúdo vivo da sua actividade e intervenção, procurando soluções adequadas às condições concretas existentes;

- uma particular atenção às células por local de trabalho e, em primeiro lugar, às células das grandes empresas e grandes sectores, e aos organismos para o trabalho de massas;

- a atenção às frentes de trabalho, designadamente às que de forma mais directa contribuem para a ligação do Partido às massas e para a sua intervenção política directa em importantes sectores da vida nacional;

- o fortalecimento de organismos intermédios mais debilitados, e em particular algumas DORs e Comissões Concelhias;

- o reforço da atenção ao trabalho orgânico (Comissões Concelhias, organismos de base e outros organismos) em concelhos CDU que se encontrem particularmente fragilizados organicamente e/ou em que foi atingida a nossa influência eleitoral.

Relativamente aos quadros, propõe-se:

- a reflexão sobre os quadros actualmente existentes com vista a um melhor e mais integral aproveitamento, tendo em devida conta as necessidades muito diversificadas que se colocam para o desenvolvimento do trabalho do Partido;

- a realização de um balanço largo de quadros, incluindo os que estão nas organizações de massas e no poder local;

- o prosseguimento dos esforços de renovação e responsabilização de novos quadros, devendo ser prestada uma atenção especial ao recrutamento de novos funcionários do Partido;

- o retomar o trabalho de formação de quadros - cursos, seminários, debates - tendo naturalmente em conta que os instrumentos fundamentais para o desenvolvimento e formação de quadros são o trabalho partidário orgânico - participação regular num organismo e na realização das suas tarefas - e o trabalho de massas.

O Comité Central sublinha ainda a necessidade de se insistir em três orientações:

- privilegiar o trabalho de organização relacionado com o trabalho de massas e sectores sociais potencialmente mais favoráveis ao reforço orgânico do Partido e da JCP - trabalhadores, juventude e outros sectores em luta;

- continuar os esforços para a procura e concretização de «formas inovadoras» de enquadramento e ligação regular com muitos membros do Partido sem uma actividade orgânica permanente;

- aumentar as receitas do Partido através da regularização das quotizações e elevação dos seus valores, assim como através de variadas iniciativas.

Face a estas orientações, o Comité Central estabelece como principais objectivos e linhas de trabalho para 1994, a serem pormenorizados pelas DORs e Áreas de Trabalho em planos de trabalho para o ano em curso:



- a concretização, no imediato, ao nível das diversas organizações, das potencialidades de reforço orgânico abertas pelo trabalho político das eleições autárquicas e de medidas de direcção e orgânicas, de resposta a problemas mais urgentes de organização, para maior ligação às massas e aos seus problemas: recrutamento, responsabilização de novos quadros, renovação e reforço de organismos, Assembleias das Organizações;

- a realização, no 2º semestre de 1994, do Balanço de Organização e de um esforço orientado e concentrado de reforço da organização do Partido, em torno das células nos locais de trabalho, outros organismos de base e organismos para o trabalho de massas. Com esse objectivo, realizar-se-á em Novembro uma iniciativa nacional subordinada ao tema «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores»;

- a valorização da imprensa partidária - «Avante!» e «O Militante» - com o enriquecimento da sua temática e interesse geral, com o reforço do seu papel na acção política do Partido, como veículo das suas posições e orientações, acompanhada de um grande esforço para alargar consideravelmente a sua difusão, tanto através de venda orgânica e comercial como através de assinaturas.

6

Por uma grande afirmação do PCP

Face ao calendário político já conhecido, 1994 vai certamente significar para o colectivo partidário um ano de grande exigência política e de múltiplas e intensas tarefas.

O Comité Central apela à energia, generosidade e empenhamento dos comunistas, ao seu espírito de militância, para que, com a sua opinião e o seu trabalho, participem activamente na concretização dos objectivos e tarefas que estão colocadas ao Partido, para uma grande afirmação do PCP em toda a amplitude da sua intervenção.

Em primeiro lugar, 1994 é o ano do 20º Aniversário do 25 de Abril, o que, no quadro da actual situação, se reveste de um enorme significado e importância política.

Os ideais e os valores do 25 de Abril (apesar das acções destruidoras desencadeadas pelo processo contra-revolucionário e pela política de direita) continuam a ter profundas e sólidas raízes no nosso povo, pelo que as comemorações do 20º Aniversário deverão assegurar uma larga e activa participação popular, constituir uma poderosa manifestação de afirmação dos ideais de Abril e contribuir para uma maior compreensão e esclarecimento sobre as consequências para o povo e o País dos ataques deferidos pelos sucessivos governos contra as conquistas democráticas.

As comemorações do 20º Aniversário do 25 de Abril, em que os comunistas se empenharão activamente, deverão igualmente constituir uma importante jornada de unidade de quantos estão empenhados na defesa das conquistas democráticas, para o alargamento da base social de apoio ao campo democrático, para animar e intensificar o combate à política de direita.

Igual empenho deve merecer o 1º de Maio, que se revestirá de particular importância no quadro da ofensiva global das forças de direita e do grande capital nacional e estrangeiro, contra as condições de vida e os direitos dos trabalhadores consagrados pela vida e pela luta.

As comemorações do 1º de Maio constituirão uma importante jornada de repúdio da política do PSD/Cavaco Silva, de combatividade e unidade dos trabalhadores portugueses em torno da CGTP-IN.

Em Junho do ano em curso realizar-se-ão também eleições para o Parlamento Europeu, o que exigirá uma enérgica intervenção do PCP, para um bom resultado da CDU. Sobre esta matéria, o Comité Central aprovou em separado uma Resolução Política.

No plano das tarefas imediatas importa destacar a passagem, a 6 de Março, do 73º Aniversário do PCP, onde se integram dois

grandes comícios a ter lugar no Porto e em Lisboa. A 8 de Março terão lugar as comemorações do Dia Internacional da Mulher e a 24 e 28 de Março comemorar-se-á o Dia do Estudante e da Juventude. A 2, 3 e 4 de Setembro realizar-se-á mais uma vez na Atalaia, a Festa do «Avante!», na sua 18ª edição.

Muitas outras iniciativas merecerão dos comunistas, durante 1994, um empenhamento coerente com o seu passado e presente de intervenção política e as necessidades da luta, hoje e amanhã.

O Comité Central reafirma: o PCP é um Partido com projecto político próprio, empenhado na derrota da política de direita, empenhado em abrir um horizonte de esperança na vida do País, que serenamente continuará a buscar o diálogo das forças democráticas, a energia da luta dos trabalhadores e das massas, a criatividade e os anseios de futuro da juventude, para a defesa da liberdade, da democracia, dos direitos e interesses do povo português, numa pátria soberana e independente.

Resolução do Comité Central do PCP

O PCP e as eleições para o Parlamento Europeu

O Comité Central do PCP, reunido em 22 e 23 de Janeiro de 1994, debateu as tarefas e orientações do Partido relativamente à sua participação nas eleições para o Parlamento Europeu que se realizarão no próximo mês de Junho.

Dada a sua importância política, o Comité Central deliberou que as eleições para o Parlamento Europeu, em paralelo com a luta popular e de massas, deverão ser consideradas como um objectivo prioritário para a intervenção e o reforço do PCP e para a reafirmação do seu projecto próprio para o futuro de Portugal.

A importância das eleições

A importância política das eleições para o Parlamento Europeu resulta, desde logo, de as eleições se irem realizar numa situação de preocupante agravamento dos problemas nacionais, designadamente no plano económico e social, como resultado da política do Governo do PSD, que é inseparável do seu voluntário alinhamento, apoio e subordinação às linhas de orientação da integração europeia lesivas dos interesses nacionais e determinadas pelos interesses dos países mais poderosos e do grande capital.

Neste quadro, as eleições para o Parlamento Europeu constituem uma especial oportunidade para que os portugueses expressem a exigência de uma nova política que, defendendo os interesses nacionais, dê resposta aos mais prementes problemas que afectam o presente e ameaçam o futuro do povo e do País.

A importância política específica das eleições decorre também de vários outros factores.

Em primeiro lugar, entrou recentemente em vigor o Tratado da União Europeia, num quadro de crescente cepticismo e contestação dos povos da Europa comunitária em relação às orientações e conteúdo essenciais do Tratado assinado em Maastricht e às suas consequências políticas, económicas e sociais. Ao mesmo tempo, ocorria uma profunda recessão económica e a aceleração do desemprego na generalidade dos países comunitários, para o que as próprias orientações do Tratado e a preparação da sua aplicação contribuíram.

O Tratado prevê importantes transferências de soberania, que incluem a intensificação das acções e da intervenção da Comunidade em algumas áreas e a introdução de novas políticas. Tais como a Política Externa e de Segurança Comum, a justiça e "assuntos internos", apontando para uma estrutura supranacional de polícia e de serviços de informações. Traduz uma ainda maior subordinação das instâncias comunitárias às transnacionais. Ao mesmo tempo, mantém a secundarização das políticas sociais, reforça a tendência para a consolidação das desigualdades de desenvolvimento, põe em causa regras da democracia política, com destaque para os poderes dos parlamentos nacionais, comporta sacrifícios para os povos, decorrentes, nomeadamente, da incoportável insistência na concretização dos objectivos da convergência nominal para atingir as metas tendentes à criação da União Económica e Monetária.

O Tratado entrou em vigor. Mas não parou a luta contra as medidas, as metas e as orientações prejudiciais aos povos, aos seus interesses, aos seus direitos e à soberania dos Estados-membros, pela mudança de rumo e alteração das orientações que lhe estão subjacentes.

Em segundo lugar, a importância das eleições decorre do facto de ser durante o mandato do Parlamento Europeu a eleger em Junho próximo que se realizarão as novas conferências intergovernamentais (1996), nas quais as correntes federalistas e parafederalistas tentarão fazer vingar o aprofundamento da União Política, impor como irreversível a natureza federal da União Europeia e instituir a institucionalização da federação de Estados, favorecendo a criação de uma espécie de governo supranacional com poderes muito importantes.

Em terceiro lugar, estão em preparação medidas antidemocráticas no plano institucional com o

pretexto do alargamento da Comunidade, que são fomentadas no interesse dos países mais poderosos e que seriam altamente lesivas dos pequenos e médios Estados (fim da presidência rotativa do Conselho, exclusão do português e de outros idiomas como línguas de trabalho da Comunidade, fim da existência de membros da Comissão oriundos de todos os países).

Em quarto lugar, as políticas neoliberais da CE e dos Estados-membros fazem crescentemente sentir as suas consequências, com o desmantelamento dos aparelhos produtivos, o que tenderá a agravar-se com o recente acordo prejudicial ao nível do GATT.

Finalmente, as eleições realizam-se num quadro de uma profunda crise económica e social que atravessa a Europa, que se traduz num brutal nível de desemprego, que não cessa de crescer e que já ultrapassa os 20 milhões de desempregados no conjunto de países da Comunidade Europeia, com as tentativas de intensificar a exploração e facilitando a utilização destes graves fenómenos sociais no sentido de desenvolver o racismo e a xenofobia e organizar arrogantes movimentações da extrema-direita.

Neste quadro, cabe ao PCP, cabe aos democratas portugueses, cabe aos defensores dos direitos dos trabalhadores e dos povos, empenharem-se nas próximas eleições para o Parlamento Europeu para obter um resultado à altura da gravidade da situação e das grandes batalhas que estão pela frente, no plano nacional e no plano comunitário.

Reforçar o PCP e a CDU na defesa dos interesses, da identidade e da soberania nacionais

Tendo em conta a experiência positiva e a boa cooperação existente, o PCP concorrerá integrado nas listas da CDU, lado a lado com os «Verdes», a Intervenção Democrática e muitos democratas independentes, sem prejuízo da afirmação das suas próprias posições.

O PCP apresenta-se a estas eleições com um largo e inigualável património de luta e intervenção do Partido e dos deputados eleitos para o Parlamento Europeu, em defesa de Portugal e dos interesses nacionais, da economia e das estruturas produtivas nacionais, dos trabalhadores, dos agricultores, do desenvolvimento regional equilibrado, da cultura e da investigação científica, do ambiente, da cooperação mutuamente vantajosa e da solidariedade com os diferentes povos e países do mundo, de luta e de intervenção relativamente à evolução do processo de integração, em especial nas questões relacionadas com o Tratado de Maastricht.

As provas dadas no Parlamento Europeu, tal como na Assembleia da República e nas autarquias locais, constituem uma garantia de que os candidatos da CDU e os futuros eleitos continuarão a desenvolver uma actividade firmemente empenhada na defesa dos interesses e da soberania nacionais,

dos trabalhadores, do povo e da democracia em Portugal e na Europa, de um Portugal livre e independente numa Europa de paz e cooperação.

O reforço da CDU será também uma manifestação de vontade e um importante impulso para a conquista de uma política democrática em Portugal, que se traduza numa verdadeira mudança.

Uma nova oportunidade para dizer «Não!» ao PSD e Governo Cavaco Silva

Nas próximas eleições para o Parlamento Europeu, o PSD, confrontado com a recente derrota nas eleições autárquicas e certo de que uma segunda derrota eleitoral em eleições para o PE confirmará o crescente descontentamento popular face às políticas e orientações que vem conduzindo, nos planos interno e comunitário, fará um grande esforço de modo a impedir um novo desaire eleitoral.

O Comité Central considera, porém, que, para além das responsabilidades na política interna, agravando as condições de vida e investindo contra os direitos dos trabalhadores e do povo, o Governo de Cavaco Silva e a sua política têm igualmente grandes responsabilidades nas questões relacionadas com a política comunitária, designadamente pela voz e pelo espaço de intervenção de que dispõem ao nível do Conselho.

O Governo e o PSD alinham constantemente com o que há de mais retrógrado na política europeia, designadamente em matérias como a política social.

Aprovaram o Tratado de Maastricht e tentaram que a ratificação passasse sem o conhecimento e debate pelo povo português, tendo impedido, em cumplicidade com o PS, a realização de um referendo antecedido de um largo esclarecimento e participação.

Prosseguiram uma política altamente gravosa para os trabalhadores e as populações, invocando a necessidade de preparar a aplicação do Tratado de União Europeia, em particular a União Económica e Monetária e a moeda única europeia.

Utilizaram a integração europeia para tentar transformar os assuntos comunitários em coutada privada do Governo, tornando insuficiente o debate e quase nula a transparência, delapidando e deixando delapidar fundos e oportunidades e participando activamente no desmantelamento das estruturas produtivas.

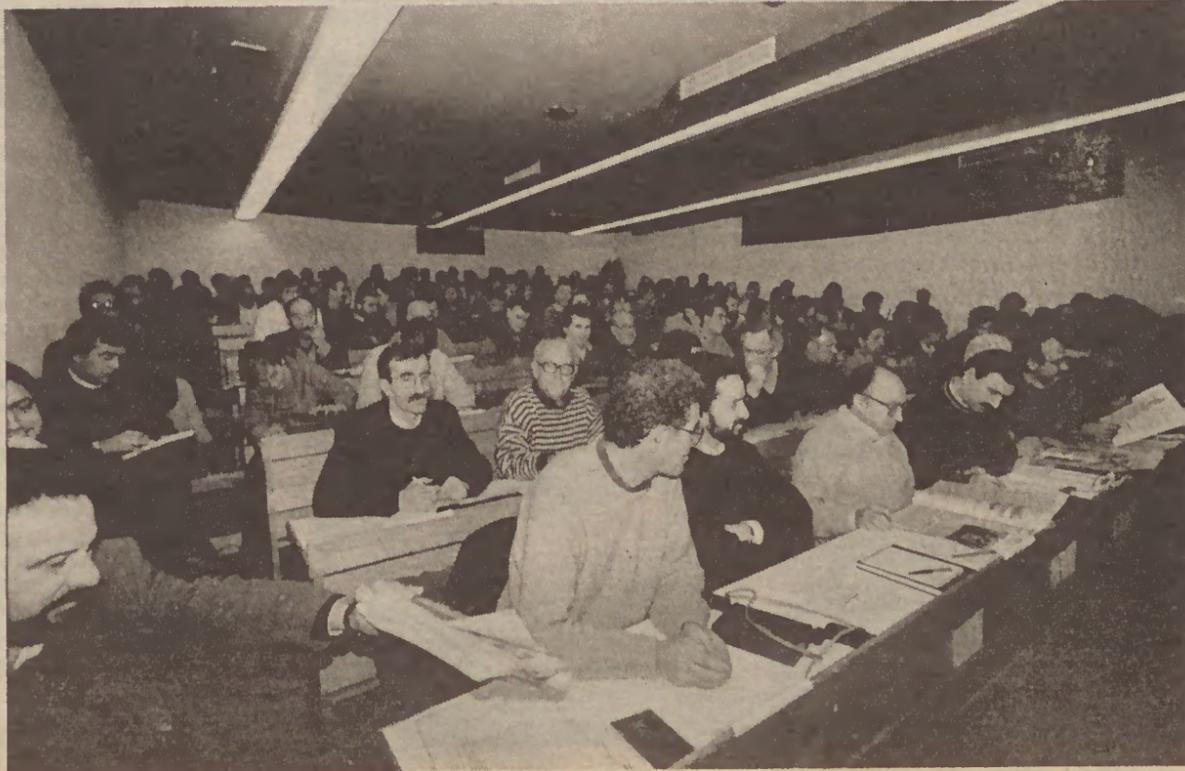
Malbarataram boa parte dos fundos comunitários usando-os ao serviço das suas clientelas.

Apresentaram como uma grande vitória do povo português a reforma da Política Agrícola Comum, que abriu caminho a um ainda maior desmantelamento de estruturas produtivas e desprezaram e não acautelaram a especificidade da agricultura portuguesa.

Criaram dificuldades e conflitos nas relações entre Portugal, o Brasil e os PALOP, insistindo em aplicar uma política desumana, virada contra os imigrantes e os refugiados.

É também de assinalar que o CDS, apesar de se ter manifestado contra a aprovação do Tratado de Maastricht, a verdade é que não só dá o seu acordo e apoia as orientações essenciais no âmbito da União Económica e Monetária correspondentes aos objectivos do grande capital, como se opõe à consagração de uma dimensão social que responda aos interesses dos trabalhadores.

Devido às suas políticas internas, ao modo como conduziu a participação de Portugal na integração comunitária europeia e às políticas que executou com esse pretexto, é preciso dizer: o Governo do PSD não serve! É urgente prosseguir o trabalho e a luta contra a sua política, designadamente no quadro da preparação das eleições para o Parlamento Europeu.



Resolução do Comité Central do PCP

Confrontar o PS com as suas posições e responsabilidades

Em vez de combater a condução do processo de integração contra os trabalhadores, os povos e a sua soberania, o PS aplaudiu a generalidade das medidas e actuações do Governo do PSD e chegou a pedir mais cedências às estratégias federalistas.

O PS apresenta-se altamente comprometido com o fundamental das orientações e decisões comunitárias, por via do seu seguidismo relativamente à Comissão presidida pelo socialista Jacques Delors, das alianças permanentes do grupo socialista, em que se integra no Parlamento Europeu, com o grupo democrata-cristão e da profunda coincidência com o PSD em matérias da maior relevância, nomeadamente em relação ao Tratado de Maastricht, às perspectivas federalistas para a «construção europeia» e, mesmo, a políticas diversas como a que culminou na reforma da PAC. É pois de prever que o PS concentre os seus esforços no combate e hostilização do PCP e da CDU, tentando esconder as suas responsabilidades e disfarçar aquelas alianças e convergências.

Hoje, a sua preocupação é demarcar-se do PSD em palavras. Mas a verdade é que, em matéria de integração europeia, o PSD e o PS perfilham responsabilidades conjuntas que, mais recentemente, assumiram particular expressão no processo de ratificação do Tratado de Maastricht.

Ambos inviabilizaram um debate nacional profundo sobre o Tratado, opondo-se à realização de um referendo; aprovaram o Tratado, com todas as suas consequências no plano das transferências de soberania; responsabilizaram-se pelas políticas conducentes à União Económica e Monetária, que consagraram orientações idênticas às que contribuíram para a crise económica e social e para o desmantelamento de sectores produtivos; aprovaram um Tratado de onde está ausente qualquer dimensão social; aceitaram regras de votação e outros mecanismos que permitem aos Estados mais poderosos da Comunidade uma clara preponderância institucional sobre os pequenos Estados; aceitaram uma política externa comum e uma política de defesa que apontam para a criação de uma estrutura militar supranacional.

O PS pronuncia-se a favor de soluções federalistas ou parafederalistas, pelo menos através de grande parte dos seus membros e dirigentes, que implicam transferências maciças de soberania, um poder burocrático longe dos povos e de costas para eles e a acentuação dos défices democráticos.

As tomadas de posição de última hora do PS, apresentadas como sendo a favor da revisão do Tratado de Maastricht, não podem esconder que este partido, tal como outros partidos socialistas, é responsável pela sua aprovação, pelas suas consequências gravosas para os povos e para os países e para a democraticidade dos sistemas políticos dos Estados-membros. Não podem esconder também que essa actual reclamação se insere afinal numa perspectiva de «revisão para o aprofundamento» inscrita no próprio Tratado e já prevista para 1996, revisão que, na ideia dos seus promotores, visa acentuar a supranacionalidade e a federalização da Comunidade.

As grandes orientações e objectivos essenciais

Tendo em conta o Programa do PCP para uma Democracia Avançada no limiar do Século XXI, a Resolução Política do XIV Congresso e as novas realidades e necessidades em desenvolvimento, o Comité Central sublinha a necessidade de promover, em torno das eleições para o Parlamento Europeu, um amplo debate nacional sobre o balanço da integração europeia que tem vindo a ser concretizada, que considere aprofundadamente a situação do País no novo contexto em que está inserido e contribua para uma adequada resposta nacional - no plano político, económico, social e cultural - aos complexos desafios com que Portugal está confrontado.

Considera igualmente que se impõe uma mobilização nacional, na pré-campanha e na campanha eleitoral para enfrentar a grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores que decorre em Portugal e à escala europeia.

Considera ainda que se impõe conduzir uma intervenção eleitoral baseada nos problemas mais sentidos no País à escala nacional, regional e local, nos vários domínios e sectores da vida económica, social e cultural, tendo em conta as suas incidências à escala nacional e à escala comunitária e apontando com clareza os seus responsáveis.

Nesta perspectiva, o Comité Central aprova

como grandes orientações a defender nas eleições para o Parlamento Europeu:

- a valorização da intensa, competente e dedicada intervenção dos deputados do PCP no Parlamento Europeu, como garantia de que, no futuro, os deputados comunistas eleitos para o Parlamento Europeu continuarão a assegurar o mais profundo empenho na defesa dos interesses nacionais, dos trabalhadores, dos agricultores, das mulheres e da juventude;
- a defesa firme dos interesses, identidade e soberania nacionais;
- a luta contra qualquer entendimento federalista do futuro da Comunidade e por uma Europa alicerçada na estreita cooperação entre os países e povos europeus;

- a luta por uma Europa que combata os actuais défices democráticos e respeitadora da vontade popular e dos direitos dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, impulsora do progresso económico e social, preservadora do ambiente e empenhada no combate ao desemprego; preocupada com o ascenso do racismo e da xenofobia e, assim, empenhada na luta contra tais fenómenos combatendo em especial as suas causas e, em particular, contra a violência da extrema-direita; incentivadora do diálogo entre as diferentes realidades culturais e guardiã dos ricos patrimónios históricos e culturais;
- a luta por uma Europa orientada para a paz e a cooperação e empenhada numa paz duradoura, centrada no diálogo e na cooperação e nos princípios da igualdade e da não interferência, autónoma relativamente aos EUA, empenhada na dissolução de blocos político-militares e que se oponha à criação de novos blocos;

- a luta por uma Europa orientada para uma cooperação mutuamente vantajosa com o Terceiro Mundo (em especial com os países ACP e da América Latina), que tenha em conta e vise diminuir o fosso Norte-Sul e aponte para o desenvolvimento autónomo e sustentado dessas regiões do mundo, fundado numa nova ordem política e económica internacional democrática;
- a defesa do regime democrático e da democraticidade das instituições, lutando contra a instrumentalização da integração comunitária ao serviço de políticas governamentalizadoras, contra a limitação do papel da Assembleia da República e contra a centralização e concentração de competências do Poder Local e das que deveriam ser do Poder Regional no Governo;

- a luta por um entendimento e uma aplicação do «princípio da subsidiariedade» que se traduza num efectivo factor de contenção de transferências de soberania e contra uma aplicação e um entendimento desse princípio como falsa compensação para uma via de tipo e inspiração federalista;
- a defesa dos interesses e da especificidade da economia nacional e o combate ao desmantelamento das estruturas produtivas nacionais a pretexto da «competitividade» e «especialização» da nossa economia;

- a luta contra a delapidação dos fundos, combatendo com firmeza a corrupção e o nepotismo;
- a luta pela concretização do princípio da «coesão económica e social», contra os critérios de convergência nominal da União Económica e Monetária e as políticas restritivas e altamente prejudiciais aos interesses dos países e povos, com destaque para o abaixamento do nível de emprego e das condições de vida, que são executadas em nome da sua preparação;

- a luta por políticas sociais efectivas, com base no princípio da harmonização no progresso das condições de vida e de trabalho, combatendo as tendências neoliberais e desreguladoras que se manifestam quer ao nível dos Estados, quer ao nível da Comunidade Europeia, bem como a tendência para alinhar as regalias sociais pelos países que as têm a um nível mais baixo e degradado;
- a defesa do desenvolvimento do País, da sua industrialização e da valorização do aparelho produtivo e de sectores de grande importância tais como o têxtil, calçado, agricultura, pescas;

- a defesa da cooperação entre os povos e países da Comunidade numa base justa e mutuamente vantajosa e com garantias de plena igualdade entre os Estados-membros;
- a garantia de que o alargamento da Comunidade Europeia a outros países, caso seja essa a vontade dos respectivos povos, não se fará à custa dos direitos dos pequenos países,

em particular no que respeita à presidência rotativa do Conselho, ao elenco das línguas de trabalho e à designação dos membros da Comissão;

- a defesa de uma política regional, que contribua efectivamente para corrigir desigualdades e assimetrias e que seja devidamente participada, o que implica acções específicas na Comunidade Europeia e a criação das regiões administrativas em Portugal;
- uma política de ambiente e de defesa dos consumidores que garanta altos níveis de protecção, com apoios aos Estados, designadamente aos mais pobres e atrasados, para poderem alcançar esses níveis elevados;

- uma cooperação intergovernamental no âmbito da política externa e de segurança concebida numa estrita base de cooperação interestatal e fundada em princípios como a defesa da paz e da cooperação numa base de igualdade, de segurança colectiva sem ingerências e defesa dos interesses dos povos;
- um alto nível de protecção dos direitos, liberdades e garantias e um combate firme a abusos tais como o tratamento automático exorbitante e sem controlo de dados sobre os cidadãos e a recusa de medidas de polícia assentes na xenofobia e desumanização no relacionamento com imigrantes e refugiados;

- a defesa dos interesses dos emigrantes portugueses, em particular dos seus direitos nos países de residência, com destaque para a igualdade de direitos e de protecção;
- o empenhamento activo no delineamento e implementação de políticas de educação, de ciência e de cultura que, valorizando o potencial nacional e europeu, contribuam para um desenvolvimento multilateral, aberto aos problemas globais que afligem o mundo e voltado para uma cooperação internacional visando o seu equacionamento e a procura conjunta de caminhos de resolução;

- uma política científica e tecnológica concebida como vector estratégico para a aceleração do desenvolvimento do País e para a salvaguarda da sua capacidade de decisão, particularmente importante num contexto de crescente internacionalização e de controlo das principais actividades de I&D por parte das nações mais poderosas e das multinacionais;
- a luta pelo pleno aproveitamento dos novos poderes do Parlamento Europeu e pelo seu maior papel de fiscalização da Comissão e da administração comunitária, combatendo simultaneamente as tendências para a subalternização dos parlamentos nacionais;

- a luta pela promoção de medidas institucionais tendentes ao reforço da democraticidade e da transparência nos processos de decisão, com efectiva associação dos parlamentos nacionais, uma maior participação das autoridades regionais e locais, assegurando a intervenção democrática, a informação e a consulta dos trabalhadores e das suas organizações.

O PCP defenderá uma necessária viragem de rumo na política de integração europeia, para responder às necessidades dos povos e em particular dos trabalhadores e assegurar uma Europa de nações soberanas em seja plenamente respeitado o direito dos povos a decidirem livremente sobre o seu destino.

Uma forte votação no PCP e na CDU, para defender Portugal e os trabalhadores portugueses, por uma Europa de igualdade, paz e cooperação, para abrir caminho a uma política democrática

No quadro existente em Portugal e na Comunidade Europeia é necessário que as próximas eleições de Junho garantam uma importante e empenhada representação do PCP e da CDU no Parlamento Europeu, que constitua a base de uma intervenção combativa e coerente em defesa do interesse nacional, dos trabalhadores e por uma Europa de Estados iguais e soberanos, de paz e de cooperação.

Simultaneamente, num momento de grandes dificuldades para os trabalhadores e para o povo, e de crise económica o Governo se revela crescentemente incapaz de enfrentar, está na ordem do dia a luta por uma política capaz de enfrentar os problemas nacionais.

Uma grande votação na CDU, na sequência de uma activa, empenhada e clarificadora campanha eleitoral do PCP e da CDU, será uma contribuição importante para a defesa dos interesses nacionais, para combater a construção de uma Europa alicerçada em humilhantes abdições de soberania e na subalternização da dimensão social do desenvolvimento, para criar condições para a concretização das aspirações dos democratas e do povo português no sentido de verem realizada uma nova política no nosso país.

23.1.1994
O Comité Central do PCP



Marinha Grande Fábrica de Aços em perigo de encerrar

O Executivo da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP emitiu antontem um comunicado solidarizando-se com os trabalhadores da Fábrica de Aços, ao tomar conhecimento do corte de energia, efectuado pela EDP àquela empresa e manifestando o apoio dos comunistas à luta pelo direito ao trabalho e pelo pagamento de salários.

Responsabilizando a administração da empresa e o Governo, designadamente o ministro da Indústria «que ainda há poucos dias se pavoneou na Marinha Grande por empresas de sucesso, financiadas pelos Fundos Comunitários», o Executivo da Concelhia do PCP, que apelou à união de esforços «forças vivas e instituições» no sentido de, «em conjunto com os trabalhadores da Fábrica de Aços, impedirem o fecho definitivo da empresa», havia já criticado a «excursão demagógica do Governo do PSD» ao concelho, em

comunicado da semana passada, que afirmava:

«O Executivo da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP, repudia veementemente os claros propósitos propagandísticos do Governo PSD que mais não pretende do que transmitir, com pompa e circunstância, uma imagem completamente distorcida da nossa realidade económica e social.

«É incompreensível e inadmissível que o Governo e o seu Ministro da Indústria, mais os seus deputados, ignorem a grave situação social que vivem os trabalhadores da Ivima, da M. P. Roldão, da Plásticos Verde, da Fábrica de Aços, da Empresa de Limas Tomé Feteira, entre outras, e que não fale na reabertura da FEIS à meses anunciada mas caída no esquecimento.

«As visitas do sr. ministro às chamadas indústrias de sucesso financiadas pelo PEDIP que são um pequeno oásis, no complexo mundo de dificuldades e desprezo a que têm sido

votadas a generalidade das empresas do concelho para as quais não há PEDIP, nem visitas de ministros, nem projectos de modernização das empresas, são de facto um puro acto de demagogia.

«O concelho da Marinha Grande não é o que o Governo de Cavaco Silva pretende fazer crer. Há milhares de trabalhadores com salários em atraso, empresas já encerradas e outras em risco de lhes seguir o caminho. O povo da Marinha Grande reclama medidas concretas e soluções urgentes.

«A presidência da Câmara da Marinha Grande, ao dar cobertura com a sua presença a tão ridícula iniciativa, com o falso pretexto de discutir o traçado de uma nova estrada, que nem é da competência de tal ministro, apenas revela a sua fragilidade e dependência política do grande patrão dos moldes - ministro-sombra do PS - e do lobby que este lidera.»

Madeira Um deputado com razão

«O arrastamento do processo das viagens dos deputados está a aumentar o descrédito sobre a Assembleia Legislativa Regional», afirma um comunicado da DORAM do PCP.

«Quando em Junho de 93 de 93, o deputado da CDU, Mário Tavares apresentou à Assembleia Regional uma recomendação para que fosse levantada a imunidade parlamentar aos deputa-

dos em causa com vista a que estes respondessem perante o Ministério Público, os deputados do PSD e dos restantes partidos da oposição votaram contra e, numa cena de teatro de hipocrisia e falta de dignidade, apresentaram argumentação que nada tinha a ver com o assunto em questão.

«É estranho que, segundo notícias vindas a público, alguns dos deputados que

votaram contra a proposta da CDU vão agora "às escondidas" prestar declarações ao Delegado do Procurador da República.

«O PCP/Madeira continua a defender que a transparência do funcionamento do Parlamento Regional deve ser privilegiada em detrimento destes jogos de hipocrisia e baixa política, que desvirtuam o órgão máximo do poder autonómico regional.»

CAMARADAS FALECIDOS

MARIA DE LURDES MACHADO

Nascida em 1916, membro do Partido desde 1977 e organizada na Freguesia de Almada, faleceu no passado dia 16 do corrente a camarada Maria de Lurdes Machado.

JOÃO MARTINS GOMES

Faleceu, no passado dia 10 de Janeiro, o camarada João Martins Gomes. Nascido em 1914, o camarada, que era pintor de automóveis reformado, aderiu ao PCP em 1975, apesar de, desde muito novo, ter sido activista nas lutas sociais e políticas, tendo nomeadamente participado na guerra civil de Espanha, onde foi preso. Estava organizado na SIP concelhia de Almada do PCP.

FRANCISCO MILHEIRO

Vítima de prolongada doença, faleceu com 62 anos de idade o camarada Francisco Milheiro, conhecido por «Paciência». Trabalhou na Quimigal, onde esteve organizado.

Morava actualmente no Vale da Amoreira, concelho da Moita.

JOAQUIM MIGUEL ROLIM

Faleceu, no passado dia 22 de Janeiro, o camarada Joaquim Miguel Rolim. Contava 83 anos e militava na organização de Évora do PCP. Muito conhecido e estimado em Évora, onde residia, o seu funeral realizou-se para o cemitério do Espinheiro.

JOSÉ CALHEIROS

O camarada José Calheiros faleceu no passado mês de Novembro. Era membro da Organização da Freguesia da Damaia do PCP, sendo muito prestigiado na organização do Partido e entre os reformados da Damaia e na respectiva Associação, tendo sido um dos impulsionadores da mesma.

LUÍS MOUTINHO TEIXEIRA

Com 48 anos de idade, vítima de doença, faleceu o camarada Luís Moutinho Teixeira. Era membro da Célula da TAP/Porto, do PCP.

O PCP e os novos órgãos autárquicos

As organizações do PCP continuam a comentar, em documentos tornados públicos, as diversas situações decorrentes das últimas eleições autárquicas, a tomada de posse dos novos órgãos das autarquias e as posições dos partidos e eleitos de outras forças políticas face à distribuição de responsabilidades e pelouros.

Viana do Alentejo

A Comissão Concelhia de Viana do Alentejo do PCP, que reuniu no passado dia 18, tendo expressado a sua «satisfação pela forma empenhada com que os militantes do PCP e os seus aliados na CDU trabalharam para atingir os resultados eleitorais de 12 de Dezembro», e saudado a população do concelho pelo apoio que deu à CDU, reafirmando que os comunistas e os seus aliados eleitos irão realizar «uma política aberta e de cooperação com todas as forças vivas do concelho», divulgou um comunicado em que «estranha que, tendo os seus eleitos de espírito aberto, encontrem nos eleitos das outras forças no executivo camarário resistência para aceitarem pelouros».

«Apesar destes não aceitarem pelouros, o PCP reafirma que se empenhará no cumprimento do programa apresentado pela CDU e os eleitos estarão atentos às opiniões e propostas da oposição.»

Saudando mais adiante «os esforços feitos pelos eleitos nas assembleias de freguesia para que fossem constituídos executivos que garantam estabilidade de funcionamento na resolução dos problemas das populações de Alcáçovas, Aguiar e Viana do Alentejo, bem como a solidez da mesa da Assembleia Municipal», a Comissão Concelhia do PCP tomou, por fim, várias decisões no que toca a realizações do Partido, nomeadamente marcando um Plenário de Eleitos e Activistas para o próximo dia 6 de Fevereiro, e decidindo a realização de Plenários de Militantes, nos dias 28 e 29 do corrente, em Aguiar, Alcáçovas e Viana do Alentejo, para entrega dos novos cartões.

Lisboa

O Executivo da Direcção da Cidade de Lisboa do PCP comentou, em comunicado tornado público na passada segunda-feira, o boicote por parte do PSD e do CDS da tomada de posse da Assembleia de Freguesia de S. João de Brito. Afirma o comunicado:

«Revelando uma total ausência de respeito pelas regras de funcionamento democrático, os eleitos do PSD e do CDS não compareceram na tomada de posse da Assembleia de Freguesia de S. João de Brito, inviabilizando a eleição da Junta e da mesa da Assembleia de Freguesia.

«O Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia cessante compareceu e deu posse aos eleitos do PCP e do PS. Referiu ter sido muito pressionado a não o fazer. Não cedeu por considerar ser um comportamento inadmissível o que lhe propunham.

«Ganham assim crédito rumores que circulam na freguesia acerca do propósito de obrigar a repetir as eleições para a Assembleia de Freguesia de S. João de Brito. Para além do significado antidemocrático de tais atitudes e das consequências negativas para a população da freguesia, é legítimo que alguns se interroguem se não existirão factos/problemas ligados à gestão anterior que a serem conhecidos arrastariam graves consequências para aqueles (PSD/CDS) que foram responsáveis pela autarquia durante mais de 10 anos.»

Valongo

A Comissão Concelhia de Valongo do PCP analisou o conteúdo das diversas notícias e comentários, vindos nos órgãos de comunicação, sobre um hipotético acordo autárquico entre o PCP e o PSD, no Concelho. E esclarece:

«Sempre consideramos o PS como

nosso aliado preferencial, por isso, após as eleições, reunimo-nos com as suas estruturas locais e concelhias, para análise da situação, tendo nalguns casos conseguido situações de interesse para ambos os Partidos e noutros sido marginalizados pelas negociações PS/PSD, que então decorriam.

«Com o PSD não tivemos qualquer contacto partidário, apenas a oferta, por um dirigente daquele Partido, da continuação da manutenção dos pelouros que já tínhamos no mandato anterior o que aceitamos, sem compromissos, ou qualquer vínculo que nos limitasse na nossa independência de voto.

«O PCP e a CDU sempre pautaram o seu compromisso nas autarquias pela defesa dos interesses da população, por isso, não recusa, estar presentes nos órgãos autárquicos com responsabilidades assumidas, independentemente da força que ganhar as eleições, desde que seja respeitada a sua condição de força política responsável e a sua liberdade de opinião e votação.»

Oeiras

Recordando que os resultados alcançados em Oeiras nas eleições autárquicas (maioria em todos os órgãos somando as percentagens obtidas pela CDU e pelo PS), «provam que, se o PS não tivesse rejeitado a proposta do PCP para concorrer em coligação nos 18 principais municípios geridos pelo PSD, teríamos no concelho uma derrota total deste», a Comissão Concelhia do PCP adianta:

«O resultado alcançado coloca a CDU como força-charneira na formação dos novos órgãos autárquicos, vem criar condições para uma alteração de fundo na gestão do concelho e para ultrapassar a política autocrática e centralizadora conduzida, no mandato anterior pelo PSD/Isaltino de Morais.

«Na formação de órgãos autárquicos o PCP defende e sempre defendeu o diálogo com todos os eleitos que se mostrem interessados em resolver os problemas da população, independentemente da força política porque foram eleitos.

«Foi tendo em conta este princípio, que defendemos, nas reuniões com o PS e nas conversas com os presidentes de Junta eleitos pelo PSD, a necessidade de se fazer um esforço para que todas as forças estivessem representadas nos órgãos das freguesias.

«O facto de os vereadores do PCP poderem assumir responsabilidades na CMO não implica qualquer acordo político com Isaltino Morais em relação à gestão, e os vereadores do PCP comprometem-se a chamar à discussão todas as grandes questões que colocámos no Programa Eleitoral como críticas de fundo a Isaltino de Morais.

«Quanto à Mesa da Assembleia Municipal, decidiu a CDU candidatar o seu cabeça-de-lista, camarada Celorico Moreira, porque entendemos que era o candidato em melhores condições de assumir a Presidência, tendo em conta os conhecimentos, capacidade de trabalho e de diálogo, e disponibilidade. O Partido Socialista impugnou, por razões formais, esta candidatura, tendo a CDU candidatado o segundo da sua lista Dr. Carlos Coutinho.

«O PCP considera que se deve dar dignidade ao funcionamento da Assembleia Municipal melhorando as condições de trabalho de forma a permitir que os eleitos exerçam a sua acção fiscalizadora da actividade camarária.

«Como sempre, os eleitos do PCP continuarão a ter neste mandato, como linha central da sua acção em todos os órgãos autárquicos, a defesa intransigente dos direitos da população e das localidades do concelho.»

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Tratado da União Europeia Interesse nacionais exigem viragem de rumo

O Tratado de União Europeia, não isento de atribuições várias apesar da sua curta existência, no que é um reflexo da crise política profunda que o atinge, esteve em debate na Assembleia da República.

Para o Governo, foi sobretudo o reafirmar de posições, num longo enunciado de considerandos exclusivamente orientados para o enaltecimento das virtudes do Tratado e da construção europeia, encarados como indissociáveis do interesse nacional.

Escamoteia as dificuldades

Nesta linha se desenvolveu o discurso de Cavaco Silva, num tom quase propagandístico, elevando o sucesso da União Europeia à qualidade de "imperativo nacional" e apontando-o simultaneamente como o único caminho capaz de superar as dificuldades económicas e sociais e garantir a prosperidade e o desenvolvimento.

Uma visão acrílica e acomodada ao curso dos acontecimentos de onde estiveram igualmente ausentes quaisquer alusões às dificuldades e vicissitudes por que tem passado o processo de integração europeia, seja na componente económica e monetária, seja nas vertentes das políticas externa e de defesa, seja ainda no plano dos assuntos internos.

Particularmente notada na intervenção do Primeiro-Ministro foi também a falta de referências precisas quanto ao modelo e à arquitectura do futuro da União - que não deixará de estar no centro da revisão do Tratado de Maastricht em 1996 -, uma questão forçosamente incómoda para quantos defendem cegamente a aplicação de um Tratado cujo desenho aponta para a criação de um superestado europeu.

Diferenças ténues

O PS, por seu turno, situando as suas reticências e críticas quase estritamente no plano da aplicação dos fundos estruturais e na incapacidade do Executivo para satisfazer as exigências comunitárias, bem como nas suas orientações em matéria económica e monetária (desvalorização do escudo face à peseta), acabou por revelar não serem destituídas de fundamento as afirmações que sugerem que em matéria de integração europeia não é fácil estabelecer a fronteira do que separa os socialistas do partido do Governo.

Um aspecto que não escapou ao deputado comunista João Amaral, que imputou aos que elaboraram o Tratado e o votaram favoravelmente, como o PSD e o PS, a responsabilidade por uma opção que se traduz numa forte centralização, no acentuar de "uma burocracia cada vez mais poderosa", num défice democrático, na falta de legitimidade e controlo democráticos e na ausência de mecanismos de participação dos cidadãos.

Desconfiança geral

E se estes factores constituem na opinião do parlamentar do PCP um "pecado original"

que perpassa os termos do Tratado, eles estão longe de esgotar as reservas e críticas da bancada comunista relativamente a uma "profunda alteração qualitativa no processo de integração europeia" que entrou em vigor sob um "estado geral de desconfiança e pessimismo" da opinião pública, "sem brilho e sem convicção".

Para este facto, observou, concorrem também a "gravíssima situação de crise económica e social em que a Europa está mergulhada", bem como o agravamento da crise social (com o aumento do desemprego), não devendo igualmente ser esquecidas as "próprias vicissitudes e circunstâncias" que envolveram a entrada em vigor do Tratado, cujas linhas básicas em que assenta foram no entender de João Amaral "fortemente abaladas".

Opção inadequada

Depois de recordar as goradas tentativas de solucionar a crise na ex-Jugoslávia, um testemunho expressivo dos "limites dos entendimentos políticos dentro dos Doze", João Amaral pôs o dedo na ferida ao sublinhar que tudo isto revela "uma situação de inegável e profunda crise, que atinge a credibilidade do Tratado, retira-lhe a pouca legitimidade democrática que lhe sobrava e deveria conduzir a uma reflexão sem barreiras sobre a sua validade no quadro europeu actual".

"A opção por um superestado europeu, uma nova superpotência fechada sobre si mesma, com uma política liberal-monetarista, comandada por um núcleo duro de grandes empórios - frisou João Amaral - mostra-se completamente inadequada, merece crescente oposição, conduz a graves recuos no plano dos interesses e direitos dos trabalhadores, dos cidadãos em geral, dos povos e nações".

Nesse sentido, a questão central que está colocada do ponto de vista da defesa dos interesses nacionais, no entender da formação comunista, prende-se com o percurso do Tratado tal como está concebido, o qual aponta para a "subordinação dos pequenos Estados aos interesses e aos votos dos grandes Estados".

Uma relação desigual que produz efeitos perversos, independentemente dos méritos ou deméritos das políticas governamentais, uma vez que consubstancia um quadro de referências dado pelo Tratado da União Europeia que se situa a montante dessas políticas. Por outras palavras, como explicou João Amaral, "é o próprio Tratado e a linha de orientação que lhe preside que em primeira linha atinge os interesses nacionais".

Razões de sobra, em síntese, para uma reflexão que efective uma "viragem de rumo" - e esta foi sem dúvida uma ideia-chave que distinguiu no debate o posicionamento do PCP relativamente às outras forças com assento parlamentar - no sentido de uma "integração para uma Europa de Estados soberanos, onde cada país tenha assento em plano de igualdade, uma Europa pautada por uma política de progresso e desenvolvimento e com acento tónico na dimensão social".

Neste quadro, o Grupo Parlamentar do PCP diligenciou já junto do Governo no sentido de apurar da veracidade das notícias vindas a público, designadamente quanto à existência dos referidos projectos de reestruturação. Em requerimento assinado pelo deputado Paulo Trindade, o PCP questiona ainda se vai ou não verificar-se a fusão dos TLP, Telecom e Marconi, e se, por outro lado, o Governo está disposto a assumir uma postura dialógica com as ORTs das Telecomunicações.

Esposende quer reabertura do SAP

Fazendo-se eco das posições assumidas pelos utentes do Centro de Saúde de Esposende, que desde Outubro passado deixaram de poder inscre-

ver-se nas suas consultas, sendo confrontados com a exigência de se transferirem para o Centro de Saúde de Belinhos, também o deputado comunista Luís Peixoto subscreveu um requerimento dirigido ao Ministério da Saúde em que solicita esclarecimentos sobre as razões que presidiram a esta decisão.

A questão tem suscitado fortes reacções dos interessados, porquanto, argumentam, o Centro de Saúde de Belinhos carece de adequadas infra-estruturas e meios de transporte. Sentindo-se lesados por esse efeito, reclamam o direito de continuarem a ser atendidos em Esposende, exigindo simultaneamente a reabertura naquela vila do Serviço de Atendimento Permanente que, em sua opinião, é mais importante do que a abertura de novos Centros de Saúde sem condições para funcionarem.

PSD aprova Lei das Propinas Manutenção de lei injusta deita por terra ilusões de diálogo

Mantendo inalteráveis todos os aspectos essenciais que estiveram na base do protesto estudantil, a Lei das Propinas, depois de apreciada em comissão, subiu hoje oito dias a plenário para ser aprovada apenas com os votos do PSD. Contrariamente à ideia que chegou a ser acarinhada por alguns sectores de que seria possível introduzir correcções no sentido de atenuar os traços mais negativos e polémicos do diploma, o que o processo de debate em comissão e votação final veio demonstrar é que o Governo se mantém inamovível a qualquer abertura ao diálogo susceptível de produzir consensos e que a atitude da nova ministra não é afinal muito diferente da que marcou os seus antecessores no exercício da pasta da Educação.

Com efeito, as alterações aprovadas "não são mais do que uma nova tentativa - as palavras são do deputado comunista António Filipe - de cariz autoritário e repressivo, para aplicar uma lei que é unanimemente contestada pela comunidade universitária".

Tanto assim é que, sem alteração, continua de pé o propósito do Governo de impor aumentos brutais das propinas, aplicando-os administrativamente mesmo contra a vontade das instituições e dos estudantes, passando por cima da autonomia universitária, e não hesitando mesmo

em estabelecer um novo regime sancionatório para os que resistam à aplicação da Lei.

Nota de realce merece ainda o facto de o texto aprovado, espelhando a governamentalização a que o PSD sujeita a Assembleia da República, corresponder à reprodução quase pura e simples da redacção emanada do Ministério, o que se traduziu, como observou António Filipe, "num monstro jurídico, sobrepondo duas leis numa espécie de *puzzle* legislativo em que há peças que sobram e outras que não encaixam".

À natureza do diploma, que justificou um tão amplo movimento de repúdio e mobilização estudantil, não terá sido entretanto alheia a simulação de atitudes dos deputados da JSD, que chegaram a admitir não estar presentes no momento da votação.

Tecendo um comentário a este propósito, António Filipe lembrou que o caso não passou de um *bluf*, acrescentando que se trata do "regresso à velha táctica dos dois carrinhos", isto é, a JSD está "profundamente comprometida com o Governo e a sua política", mas ensaia «números» de oposição "para tentar salvar a face perante os jovens que generalizadamente a contestam".

Em causa direitos dos trabalhadores da ex-Quimigal

Governo ignora violações à Lei

O incumprimento dos direitos dos trabalhadores consignados na Constituição e na lei por parte das administrações das novas empresas resultantes do desmembramento da Quimigal motivou uma tomada de posição crítica do Grupo Parlamentar do PCP, que acusou o Governo de não actuar para pôr termo à "propositada ineficácia da Inspeção de Trabalho" e de pactuar com "práticas ilegais do patronato".

A questão foi suscitada por uma petição da Federa-

ção dos Sindicatos Químicos, em debate na passada semana, na qual os signatários solicitavam a intervenção da Assembleia da República com vista à reposição da legalidade.

Em causa está, concretamente, como recordou José Manuel Maia, que interveio em nome da bancada comunista, o não cumprimento de disposições legais aplicáveis, nomeadamente no que respeita aos direitos, obrigações e regalias consignadas no acordo de empresa da Quimigal. Com efeito, contrariando várias decisões judiciais, incluindo um Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, pretende-se aplicar aos trabalhadores os instrumentos de regulamentação colectiva sectoriais aplicáveis à actividade de cada uma dessas empresas, o que é sinónimo de perda de direitos e regalias relativamente à sua situação anterior.

"Não continuem a agir como se o País se reduzisse a empresas e empresários, desprezando os que são determinantes e fazem o País real, os que trabalham, e sem os quais não é possível recuperar e desenvolver Portugal", concluiu a propósito José Manuel Maia, num apelo directo dirigido aos deputados do PSD.

Escolas sobrelotadas em Sta. Maria da Feira

Apreciada pelo plenário foi ainda uma outra petição, proveniente da Sta Maria da Feira, onde os signatários colocam a questão das condições mínimas necessárias para garantir o sucesso educativo e social dos seus filhos.

O problema reside mais exactamente, de acordo com o relato feito pelo deputado comunista José Calçada, na sobrelotação das escolas preparatórias e secundárias, facto que as coloca "ao arripio de todas as normas pedagógicas e de todas as necessidades socioeducativas".

Um problema que, na opinião dos subscritores da petição, poderia ser resolvido com a construção de uma nova Escola C+S, uma vez que permitiria "aliviar a pressão a que estão sujeitas as actuais escolas".

Acontece, porém, que a verba prevista no PID-DAC/1994 para a construção da nova escola não chega aos 4500 contos, um valor considerado meramente simbólico, a que acresce a circunstância de a sua entrada em funcionamento estar prevista apenas para o ano lectivo de 96/97.



Reestruturação nas Telecomunicações

O silêncio do Governo relativamente ao processo de reestruturação das empresas públicas de Telecomunicações está a suscitar legítimas preocupações entre os trabalhadores do sector e suas organizações representativas.

Na origem da situação está sobretudo a ideia de que as alterações nestas empresas, de reconhecida importância estratégica para o País, poderão provocar uma instabilidade nos postos de trabalho.

Noticiada por alguns órgãos de comunicação social e nunca desmentida pelo Governo, esta reestruturação estará a processar-se completamente à margem dos trabalhadores, que acusam o Ministério de falta de vontade para o diálogo.

Caso do Ministério da Saúde PCP lança repto ao PSD para rever "chocante absolvição"

O Grupo Parlamentar do PCP vai formalizar uma proposta no sentido de reabrir o processo ao "caso do Ministério da Saúde", defendendo para o efeito a constituição de uma nova Comissão de Inquérito Parlamentar, que "faça as diligências que na altura o PSD inviabilizou e que elabore um relatório sério sobre toda a matéria". Anunciada faz hoje uma semana pelo deputado João Amaral, quando ainda estava quente a sentença judicial que condenou Costa Freire e José Beleza, esta iniciativa da bancada comunista, de

reconhecido alcance político, extravasa o próprio âmbito dos factos a que se refere, não podendo deixar de ser vista como uma oportunidade soberana para que o Parlamento reponha a credibilidade hoje fortemente afectada das comissões parlamentares de inquérito.

A questão é conhecida e prende-se fundamentalmente com aquilo a que João Amaral sintetizou como a "lógica da fidelidade partidária como único critério de actuação da maioria", uma postura de resultados perversos que se tem traduzido

no apuramento de resultados ou na elaboração de juízos que servem ou interessam à maioria parlamentar.

Ora a verdade é que a lógica tem de ser outra - e esta foi uma questão nodal para a qual o deputado comunista chamou a atenção -, ou seja, o único dever que deve pautar a actuação dos deputados das comissões de inquérito é o de "apurar a verdade e a fidelidade ao interesse público dentro das regras da ética e do direito".

Princípios que no caso do Ministério da Saúde foram

frontalmente desrespeitados pelos deputados do PSD, cuja conduta ao longo do inquérito e na elaboração do relatório final obedeceu à preocupação de «absolver» todos os intervenientes no caso e «justificar» todas as numerosas ilegalidades e irregularidades detectadas.

O resultado, como não podia deixar de ser, foi a imposição de "uma chocante absolvição", como assinou João Amaral, totalmente discrepante da sentença judicial agora tomada, isto é, os mesmos factos anteriormen-

te branqueados pela comissão de inquérito (e foram apenas a "parte superior e mais estreita da pirâmide", segundo o deputado comunista) justificaram agora, avaliados pelo tribunal, a consideração da existência de crimes e deram lugar a pesadas penas.

E tudo isto porque "em vez de procurar a verdade, de averiguar a conformidade dos actos da Administração Pública com a Lei, de defender o interesse público e a ética dos procedimentos - as palavras são de João Amaral - o PSD na proximidade,

então, das eleições de 1991, preferiu «arrumar» o assunto para bem do PSD e de todos os envolvidos".

Resta agora aguardar pela resposta do PSD a este desafio lançado pela bancada comunista. E que, para além dos crimes provados pelo Tribunal, foi ainda João Amaral a lembrá-lo, "há dezenas e dezenas de outras situações que, ou não são crimes, mas ilegalidades e irregularidades doutros tipos, ou pura e simplesmente não estão a ser objecto de apreciação judicial".

«Urge travar corrida para o abismo e encontrar outros caminhos para uma nova política agrícola»

— afirma António Murteira em entrevista ao «Avante!»

A agenda parlamentar de hoje será inteiramente preenchida com uma interpelação ao Governo sobre política agrícola. Trata-se de um debate oportuno, no centro do qual não deixarão de estar presentes as grandes questões que se prendem com a situação de descalabro a que chegou a agricultura nacional. Dela nos fala o deputado comunista António Murteira, em entrevista ao «Avante!», uma conversa no decorrer da qual vieram igualmente a lume as responsabilidades do Governo nesta matéria, os novos riscos que pairam sobre o sector, mas também as propostas e saídas capazes de inverter o actual rumo dos acontecimentos.

Como encaras o facto de os agricultores terem sido, em dado momento, incentivados a produzir para agora receberem subsídios que os obrigam a desincentivar a produção? Os interesses nacionais quando da integração da nossa agricultura na PAC foram acautelados?

Os agricultores estão revoltados. E dizem com muita razão: uns vendem-se por trinta dinheiros; o Primeiro-Ministro e o seu Governo estão a vender a agricultura portuguesa por umas centenas de milhões de contos.

Dinheiro que, como se está a ver, nem sequer chega para pagar as crescentes importações de produtos agro-alimentares, cujo défice, só em 1993, se estima em 400 milhões de contos.

Em 1986, ano da integração, importávamos 51% do que comíamos, em 1992 importamos 62,5% e hoje, Janeiro de 1994, as importações agro-alimentares situam-se nos 70% ou mais.

Como se pode perceber e aceitar que, num país com um défice destes, os fundos comunitários e nacionais sejam usados pelo Governo para desincentivar a produção? Isso é do interesse nacional?

São os próprios interesses nacionais que estão em causa...

Sem dúvida. Por este andar, no ano 2000, Portugal estará completamente dependente do estrangeiro em bens alimentares.

Essa situação não prestigiará nem tomará mais forte a nossa posição na Europa nem no Mundo, antes a enfraquecerá.

O Governo, ao impor a PAC e o GATT nestas condições, está a inviabilizar a agricultura portuguesa como sector produtivo.

É um erro, um grande erro.

É preciso, através da acção e da luta dos agricultores, e de todos, parar esta corrida para o abismo, encontrar outros caminhos para uma nova política agrícola.

Como é que a crise se tem feito sentir de forma directa sobre os agricultores?

A grande maioria dos agricultores portugueses, sobretudo os pequenos e médios agricultores, estão mais pobres, estão mesmo muito pobres e endividados, muitos à beira da ruína, outros já falidos.

A frieza dos números diz-nos que, com a política agrícola do senhor Cavaco Silva, de 1986 a 1992, o rendimento real dos agricultores portugueses sofreu uma quebra de 27,8%, enquanto nos outros países da Comunidade Euro-

peia houve um aumento médio de 4,6% no mesmo período.

Segundo dados que vieram agora a público, a dívida global da agricultura é de 350 milhões de contos e só os juros da dívida atingem os 75 milhões de contos. Isto é, o montante da dívida, e os juros, é superior aos apoios que vieram da Comunidade para os agricultores.

E não se antevêm sinais de que a situação possa mudar?

Bem pelo contrário. Esta é uma situação que poderá agravar-se. Os agricultores portugueses pagam as taxas de juro e os factores de produção mais caros da Comunidade Europeia, enquanto os preços dos produtos ao produtor baixam em flecha. Quanto mais este diferencial se alargar maiores serão as dificuldades dos agricultores e da agricultura nacional.

E há o drama humano. Milhares de famílias a serem expulsas das suas terras, das suas casas, do seu meio ambiente, a serem atiradas para os subúrbios das grandes cidades do país e do estrangeiro, a maioria das vezes sem emprego, sem perspectivas, com a vida para sempre destruída.

A quebra do produto agrícola, o agravamento agro-alimentar e as dificuldades na área da comercialização, são, aliás, outros sinais incontroláveis de que as coisas não vão bem neste domínio...

Sem dúvida e essa questão sugere-me uma outra. Ao contrário do que a atitude e a política do Primeiro-Ministro e do Governo fazem ou querem fazer pressupor, os recursos hídricos, a produção de bens alimentares e a sua comercialização constituem, na época actual, instrumentos e património estratégico para qualquer Estado ou grupo de Estados, num mundo com quase 6 biliões de seres humanos e em explosão demográfica. Os EUA e as multinacionais do ramo sabem-no bem. O grito de vitória de Bill Clinton, quando o GATT foi assinado, é bem significativo!

É à luz destas opções que devem ser encaradas as acções de desactivação e desmantelamento de estruturas do Estado essenciais aos agricultores?

Em termos estratégicos creio que sim. E, no imediato, há os interesses de classe, o compadrio, as negociações, a corrupção, cujas dimensões no nosso país ainda estão por conhecer.

Por exemplo, na comercialização de cereais, o desmantelamento da EPAC em si, e os métodos utilizados, conduziram a situações complicadas e à corrupção. O caso da



Cooperativa de Torres Vedras, que acaba de ser objecto de inquérito parlamentar na Assembleia da República, é um caso paradigmático da corrupção no comércio dos cereais. Curioso que à data das irregularidades que indiciam claramente corrupção, um dos dirigentes é, simultaneamente, dirigente da chamada Cooperativa de Desenvolvimento Agrícola, criada à sombra da CAP, para o chorudo negócio dos cereais. CAP que, por acaso, é o principal parceiro do Governo para a agricultura.

Outra situação grossa e ainda por clarificar foi o encerramento dos matadouros por todo o

País, a criação das empresas PEC e agora a sua privatização. Sobre o assunto e por proposta do PCP, vai ter lugar na Assembleia da República uma audição parlamentar.

Em que medida é que o novo acordo do GATT pode trazer dificuldades adicionais à agricultura portuguesa?

Sem prejuízo de uma análise mais aprofundada sobre esta questão, apenas três exemplos: o GATT irá facilitar uma ainda maior e mais acelerada invasão do nosso mercado por produtos agrícolas da Comunidade, dos EUA e de mais de 100 países; poderá dificultar as exportações nacionais; fará baixar ainda mais os preços ao produtor. As multinacionais ficam com a porta escancarada para actuarem à sua vontade.

Na situação actual, que propostas novas e concretas traz o PCP para este debate?

Reafirmaremos a posição de que é preciso dinheiro para investir, mas que é preciso também uma estratégia produtiva e de comercialização e um quadro claro e eficaz que enquadre correctamente o investimento; reafirmaremos a posição de que é indispensável uma nova política agrícola.

O PSD está no poder há mais de uma década. A Política Agrícola Comum é aplicada à agricultura portuguesa desde 1986. A reforma da PAC e os acordos do GATT vão fazer sentir-se de forma mais intensa e agressiva. Terminou o primeiro PDR e vamos entrar no segundo PDR que decorrerá até finais da década.

Não podemos permitir que o Governo continue a esconder o enorme fracasso da sua política agrícola, ao longo de uma década, fugindo para a frente, acenando com mais e mais milhões.

O País e a agricultura portuguesa não estão à venda. Até ao ano 2000, é preciso que Portugal vença a batalha da sua própria agricultura.

JCP acusa: «JSD tentou enganar os estudantes»

“A JSD tentou enganar os estudantes, teve azar, foi obrigada a arrancar a sua própria máscara hipócrita e ainda passou uma vergonha”. Assim resume um comunicado da JCP o papel desempenhado pela Juventude Social-Democrata na Assembleia da República em relação às alterações propostas pela ministra da Educação à Lei das Propinas (ver páginas com noticiário da AR). De facto, a JSD

“como os imprevistos acontecem, chega-se à conclusão que sem aqueles deputados a Lei não poderia passar. A JSD fica com grande oportunidade de, realmente, fazer cair a proposta. Só que ao contrário do que seria normal (num quadro ético) a JSD fica completamente enrascada, o seu desejo não era fazer cair a Lei, apenas colocar uma parte do PSD, hipocritamente, ao lado das justas reivindicações juvenis. Foi azar”.

Lei que substituiu a regulamentação vetada pelo Presidente da República.

A JCP considerou que, tal como os próprios deputados do SD reconheceram, a proposta aprovada não foi resultado de discussão com os vários intervenientes no Processo Educativo revelando que “toda a oscultação efectuada não serviu para mais do que tentar calar vozes discordantes”. Por outro lado, os jovens comunistas consideram que a proposta agrava a desresponsabilização do Estado em matéria de financiamento do Ensino Superior Público, perversamente justificada pela Autonomia Universitária, mas, contrariando o espírito e o texto da Lei da Autonomia, retirando às universidades o direito de decidir qual a sanção a aplicar, impondo valores e prazos de pagamento para as propinas.

“Jamais foi vista após o 25 de Abril uma sanção tão grave como a prevista na lei. É inaceitável que se compare um protesto contra uma lei injusta - o boicote ao pagamento - com a evasão fiscal e falsificação de declarações”, diz ainda a JCP em comunicado que denuncia a “manobra de charme do Governo PSD após a grave derrota nas eleições de Dezembro” e a “tentativa de amedrontar os estudantes” com que qualifica esta “revisão” da Lei das Propinas.

Os jovens comunistas solidarizam-se com a luta dos estudantes travada há mais de dois anos e dizem que estes “saberão dar a resposta a este novo episódio”.

Critica a decisão do Tribunal Constitucional sobre MAN

A Juventude Comunista Portuguesa lamentou a decisão do Tribunal Constitucional (TC) de, “por um mero artifício legal”, não declarar a extinção formal da organização fascista, MAN.

Em comunicado, divulgado na semana passada, a JCP diz que “a decisão do TC assume uma consequência perfeitamente escusada: o de, mesmo sem tal o pretender, vir dar alento ao desenvolvimento da extrema-direita fascista e violenta em Portugal”.

O Tribunal Constitucional disse que não poderia tomar uma decisão sobre uma organização política que se auto-extinguiu. Para a JCP, a decisão tem, no entanto, “um aspecto positivo importante e de realçar: o de declarar que o MAN, como organização fascista, era inconstitucional e teria que ser extinto”.

A JCP diz esperar “um mais célere e firme processo em futuros casos que, infelizmente, começam a ser visivelmente prováveis”.

Associação de estudantes critica ex-reitor da Universidade de Évora

O ex-reitor da universidade de Évora, Santos Júnior, teve um “comportamento irregular” face ao acto eleitoral para aquele cargo, realizado no passado dia 10, acusou, sexta-feira, a respectiva associação de estudantes. Em causa estão notícias divulgadas pela comunicação social, segundo as quais foi entregue na Procuradoria da República e no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa um pedido de impugnação do acto eleitoral, com fundamento em alegadas irregularidades na constituição da Assembleia da Universidade, órgão que elege o reitor.

Em comunicado, a associação estudantil sustenta que houve um “comportamento irregular” por parte do ex-reitor ao não ter convocado “a Comissão Eleitoral para se pronunciar sobre alguma hipotética reclamação”, órgão que - frisam - “actua no

exercício de competências próprias, fixadas em despacho reitoral”.

Os representantes dos estudantes consideram também que Santos Júnior adoptou uma atitude “anti-institucional ao não informar”, quer a Associação de Estudantes, quer o reitor eleito, Jorge Araújo, de eventuais irregularidades que tenham surgido no decurso do processo eleitoral.

Tal como o «Avante!» noticiou a semana passada, as eleições para a Reitoria da Universidade de Évora, realizadas no passado dia 10, foram ganhas por Jorge Araújo, que na primeira volta obteve 227 votos, seguido de António Pinheiro (anterior vice-reitor), que obteve 80 votos e, por fim, Rui Namorado Rosa, com 79 votos. O novo reitor recebeu o apoio de Rui Namorado Rosa para a segunda volta e convidaria este para vice-reitor.

«Verdes» identificam 50 problemas ambientais

O Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV) decidiu identificar, no início da Primavera, 50 problemas que afectam o ambiente em Portugal. Com esta iniciativa, “Os Verdes”, que se reuniram sábado em Conselho Nacional, pretendem chamar a atenção para a “degradação crescente” da situação ambiental e responsabilizar as entidades competentes.

Neste contexto, o partido ecologista acusou o governo de protagonizar uma política ambiental propagandística suportada por “legislação quase nunca regulamentada e nunca cumprida”.

Nesta reunião, que foi a primeira daquele órgão do partido após o fim de 1993, foi analisado o resultado das eleições autárquicas, assinalando-se em comunicado a “conti-

nua derrota do PSD desde 89, penalizado pelo eleitorado devido ao seu mau trabalho e desempenho governativo e autárquico, sobretudo acentuado nos grandes centros urbanos” e «o crescimento quantitativo e qualitativo” dos eleitos dos “Verdes” integrados nas listas da CDU.

Recursos hídricos, conservação da natureza, energia, resíduos e racismos e xenofobia vão ser as principais áreas de intervenção ao longo deste ano do PEV, que manifestou o seu interesse na manutenção da coligação eleitoral com o Partido Comunista para as eleições do Parlamento Europeu e anunciou a sua participação na reunião do Conselho da Federação dos Verdes Europeus a realizar este fim-de-semana em Viena de Áustria.

ANAFRE diz que leis sobre freguesias são quase todas inconstitucionais

A Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) decidiu solicitar ao Provedor de Justiça que interponha, perante o Tribunal Constitucional, um recurso solicitando a declaração de inconstitucionalidade da generalidade da legislação sobre freguesias.

A associação decidiu também apresentar ao Governo uma proposta de alteração ao diploma legal que regula a delimitação e

coordenação das actuações da administração central, regional e local em matéria de investimentos.

Em comunicado divulgado no final de uma reunião do conselho directivo realizada segunda-feira, a ANAFRE alude ao “conteúdo manifestamente inconstitucional” da legislação, no que diz respeito às freguesias.

O Jornal do Deficiente está nas ruas

Está em circulação o número referente a Novembro/Dezembro do «O Jornal do Deficiente» que dá conta das reivindicações aprovadas pela UCNOD (União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes) no domínio da saúde, segurança social e emprego e notícia a concentração nacional realizada junto ao Ministério do Emprego e Segurança Social no passado dia 24 de Novembro.

As comemorações do Dia Europeu do Deficiente e a participação portuguesa no Parlamento Europeu de Deficientes (a 3 de Dezembro) são motivos para artigos de destaque neste boletim que se refere igualmente ao Tribunal de Opinião Pública realizado em Novembro sobre a situação da Saúde em Por-

tugal promovido pela Associação Nacional das Comissões de Base de Saúde e pela UCNOD, onde se registaria a condenação da política do Governo nesta área.

o jornal

Agronomia
saúde
deficientes
portugueses

SAÚDE, SEGURANÇA SOCIAL, EMPREGO

**Deficientes
aprovaram
reivindicações**



A JCP promoveu em Setúbal, no passado fim-de-semana, uma sessão de solidariedade com Cuba, que contou com a presença de Niurka Domenico, membro do Bureau Nacional da UJC que se encontra no nosso país para participar em diversas iniciativas que condenam o bloqueio económico norte-americano ao país e comemoram os 35 anos da Revolução Cubana

comprometera-se publicamente a votar contra as propostas de Manuela Ferreira Leite, mas acabaria por votar a favor.

Segundo a JCP, o compromisso da JSD surgia “fácil” já que “os seus colegas de bancada (do PSD) se encarregariam de fazer aprovar a Lei”, numa operação “que limparia a face da JSD e, de certa forma, do próprio PSD”.

Descreve o comunicado da Juventude Comunista:

A concluir esta história, os jovens comunistas denunciavam: “Dá-se o grande papelão. Volta-se atrás nos compromissos assumidos, vai-se votar, cordeiramente, a nefasta proposta, e, feitas as contas, decide-se que um deles pode sair da sala antes da votação”.

Já antes a JCP criticara veementemente o facto de, só com os votos do PSD, a Comissão de Educação da Assembleia da República ter aprovado uma proposta de

Urbano Tavares Rodrigues premiado e condecorado

O escritor Urbano Tavares Rodrigues recebeu das mãos do Presidente da República o prémio Fernando Namora e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique em cerimónia efectuada no passado dia 19 no Casino do Estoril.

O prémio Fernando Namora, instituído pelo Casino Estoril e que vai na terceira edição, foi atribuído por unanimidade do júri a Urbano Tavares Rodrigues pelo seu livro “Violeta e a Noite”.

A condecoração, segundo palavras de Mário Soares, foi atribuída a “um homem que sempre tomou partido pelas causas generosas, um homem de ideias e de carácter”.

Associaram-se a esta dupla homenagem escritores, professores e várias figuras destacadas da vida cultural portuguesa, bem como muitos camaradas de Urbano Tavares Rodrigues, entre os quais os que constituíram a delegação da direcção do PCP onde se encontrava o secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas.

Em nome do júri que atribuiu o prémio Fernando Namora, falou a professora Helena Buesco que abordou o lugar de “Violeta e a Noite” na obra de Urbano Tavares Rodrigues, «um livro sobre “gente simples” e gente que cada um conhece e desconhece, a massa de gente “anónima” com que nos cruzamos sem muitas vezes sequer uma interrogação, um olhar, uma dúvida sobre quem são, o que pensam, o que sentem», disse, para concluir que os livros “têm tudo a ver com a vida”.

COMUNIDADE EUROPEIA

União Europeia

A crise na ordem do dia

O presidente em exercício da União Europeia garantiu a semana passada que o financiamento das novas políticas para promover o crescimento e a competitividade e gerar emprego centrarão as atenções dos próximos conselhos de economia e finanças da União.

A promessa foi formulada pelo ministro grego dos assuntos europeus, Theodoros Pangalos, na apresentação, ao Parlamento Europeu, do programa da presidência grega da União, até final de Junho.

"A primeira discussão sobre os mecanismos financeiros e jurídicos de execução das medidas contidas no "Livro Branco sobre crescimento, competitividade e emprego" realiza-se nos dias 7 e 8 de Fevereiro durante o conselho ECO-FIN", informou o ministro.

Segundo o responsável grego, os ministros da economia e finanças dos Doze vão iniciar as discussões sobre os 8 mil milhões de ECU (mais de 1,5 mil milhões de contos) suplementares a investir em redes europeias de telecomunicações.

O balanço de eventuais decisões neste campo é uma das tarefas da cimeira europeia de Corfu, na Grécia, em Junho.

O ministro grego disse que esta presidência escolheu o Parlamento Europeu para seu aliado nos debates técnicos relativos à preparação da conferência inter-governamental de 1996, sobre as modificações institucionais da União Europeia.

Nesse sentido, adiantou, tentará persuadir os parceiros comunitários a aceitar que o Parlamento esteja representado na comissão *Ad-hoc* que a presidência encarregará de reflectir sobre a conferência inter-governamental.

Preocupações

Os temas abordados pelo responsável grego estiveram presentes na sessão do PE, no debate de diversos relatórios. Foi o caso, por exemplo, da discussão sobre a estabilidade financeira e a regulamentação dos mercados comunitários, e o respeitante à futura evolução da política comum dos transportes.

Para o eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro, a necessidade de regulamentação dos serviços financeiros na sequência da liberdade de circulação de capitais é inquestionável, sobretudo na perspectiva

de que a estabilidade não é possível "quando as situações de partida das economias nacionais são muito díspares e os modelos e ritmos de crescimento estão longe de convergências reais".

Para o eurodeputado, importa não esquecer que "a grande responsabilidade, quer das assimetrias, quer da actual instabilidade que mais as cavam, está na livre circulação sem controlo de grandes massas de capitais em aplicações especulativas".

Citando, a título de exemplo, o caso do Banesto/Totta (em que a privatização do banco português acabou por levar à sua entrega a um grupo espanhol que está no centro de um escândalo e "buraco" financeiro), Sérgio Ribeiro defendeu a criação de um "novo quadro que proceda ao controlo dos grupos financeiros" e alertou para o facto do relatório sobre a matéria não se referir à "magna questão do branqueamento de capitais provenientes de actividades criminosas, como tráfico de droga e de armas".

Pensar nas pessoas

Falar de desenvolvimento da Comunidade exige outra orientação política, centrada nas pessoas e nas colectividades, na satisfação social de necessidades acrescidas. Quem o afirmou foi o eurodeputado comunista Barata Moura, ao intervir no debate sobre a política comum dos transportes.

Para aquele deputado, se é verdade que a unificação de um espaço não se faz sem redes funcionalmente eficazes e seguras de transportes e de comunicações, não é menos verdade que "há que recuperar e reconfigurar a dimensão da responsabilidade social - comunitária, também - por infra-estruturas e serviços de interesse geral, e pelo seu respectivo funcionamento em termos globalmente sustentáveis e satisfatórios".

Para Barata Moura, a função social do transporte não exclui a sua utilização e exploração privada, mas esta deve inscrever-se e reverter em benefício de uma melhoria da vida das populações. Por isso defendeu a necessidade de "cultivar e intensificar o diálogo social no âmbito de uma política comum dos transportes", e a participação activa de empresários, trabalhadores, utentes, técnicos, governos e parlamentos na procura das soluções mais correctas.

Parlamento não convida Suharto

O presidente Suharto, da Indonésia, não será convidado a visitar oficialmente o Parlamento Europeu, na presente legislatura, ao contrário do sugerido pela Missão da Indonésia junto das Comunidades e pelo Partido Popular Europeu (PPE). A decisão foi tomada a semana passada em Conferência de Presidentes dos Grupos parlamentares.

Num comunicado divulgado a propósito, os deputados do PCP no Parlamento Europeu congratularam-se com a decisão, mas fizeram questão de sublinhar a sua apreensão pelo "acolhimento favorável concedido a tal sugestão por alguns grupos políticos, nomeadamente o PPE, e em particular pelo presidente do PE".

Para os eurodeputados comunistas, tal acolhimento revela não só o trabalho desenvolvido pelas autoridades indonésias junto das instâncias comunitárias, como a receptividade de que essas diligências vão obtendo, em especial junto de forças de direita.

No seu comunicado, salientam ainda a importância "determinante", para a não consideração de tal convite, da intervenção do deputado Joaquim Miranda - presidente do Grupo e único português com assento na Conferência de Presidentes - na discussão do

referido ponto da ordem de trabalhos deste órgão de decisão política do PE.

Uma situação que aponta, consideram os nossos camaradas, para "a necessidade de uma forte cooperação dos deputados portugueses em torno do grave problema de Timor-Leste", bem como o alargamento dessa cooperação a outros deputados.

Neste contexto, os eurodeputados comunistas lamentam e condenam a "utilização de tão relevante assunto com objectivos marcadamente partidários".

A propósito, referem a divulgação de um comunicado dos deputados do Partido Socialista, assinado pelo deputado João Cravinho, sobre a sugestão do convite a Suharto e sobre os resultados da Conferência de Presidentes, algumas horas antes mesmo de ela ter tido lugar, considerando que esta prática "constitui um exemplo flagrante e inqualificável de como não se deve actuar politicamente, para mais em relação a questões de tão grande importância".

Para os deputados comunistas, "a pressa demonstrada na divulgação de tal comunicado contrasta com o silêncio do representante do Grupo Socialista, sobre Timor-Leste e sobre as posições do presidente do Parlamento, na referida reunião".

Alentejo

Entre os mais pobres da Europa

O Alentejo é a única região da Europa comunitária que, durante a década de 80, viu reduzido o seu nível de riqueza. Em 1980, o produto interno bruto (PIB) *per capita* alentejano era de 49 por cento. Em 1991, o PIB por habitante do Alentejo representava 36 por cento da média comunitária, o que coloca a região na lista das sete mais pobres da Europa. A informação foi divulgada no início da semana pelo organismo estatístico da União Europeia (EUROS-TAT).

Segundo a mesma fonte, no "ranking" da Europa comunitária figuram quatro regiões atrás do Alentejo, todas situadas no território da ex-RDA: Sachsen-Anhalt (35 por cento), Mecklenburg-Vorpommern e Sachsen (ambas com 33 por cento) e Thuringen (com apenas 30 por cento da média comunitária).

Brandenburgo (Alemanha) e Voreio Aigaio (Grécia) têm níveis de prosperidade idênticos (36 por cento) ao da região mais pobre de Portugal.

Os números do PIB por habitante para 1991, expressos em paridades de poder de compra, demonstram grandes diferenças entre os países da União, conclui o EUROSTAT.

Com 49 por cento da média comunitária, a Grécia está na cauda da União. Segue-se Portugal (60 por cento) e a Irlanda (72 por cento).

O quarto lugar é ocupado pela Espanha com 80 por cento. No outro extremo, estão o Luxemburgo (131 por cento), França (115 por cento), Dinamarca (111 por cento), Bélgica (108), Itália e Alemanha (106) e Holanda (104).

Ao nível regional, as disparidades são ainda maiores do que em anos precedentes. As regiões mais prósperas afastaram-se da média comunitária. Mais de dez por cento ultrapassam 125 por cento dessa média. O índice mais elevado regista-se em Hamburgo (209 por cento).

Das sete regiões portuguesas consideradas pelo EUROSTAT (incluindo Madeira e Açores), apenas uma, Lisboa e Vale do Tejo, se aproximou consideravelmente da média comunitária. Entre 1980-1991, o PIB *per capita* nesta região aumentou de 69 por cento para 82 por cento.

No mesmo período, o PIB da região Norte subiu de 44 por cento para 54 por cento. O PIB da região Centro manteve-se na casa dos 42 por cento. E o do Algarve subiu de 48 por cento para 52 por cento.

Candidatura portuguesa ao Tribunal de Contas rejeitada no PE

O Gabinete de Apoio aos deputados do PCP no Parlamento Europeu divulgou na passada quinta-feira uma nota sobre a proposta de nomeação de um membro para o Tribunal de Contas Europeu por parte do Governo português. O texto, que a seguir transcrevemos na íntegra, justifica o voto favorável dos deputados comunistas à rejeição da candidatura portuguesa.

1. Acabou de ser aprovado o Relatório Bourlanges que exprime parecer negativo do Parlamento Europeu sobre a nomeação do dr. Armino de Sousa Ribeiro para o cargo de membro do Tribunal de Contas da Comunidade Europeia.

2. Independentemente de qualquer juízo sobre as qualidades profissionais e éticas do candidato, intempestivas

tendo em conta a informação confirmada de momento disponível e, em qualquer caso, jamais de formular apenas na base de alegações surgidas nos meios de comunicação, permanece o facto incontornável de o candidato se apresentar para funções judiciais num órgão comunitário encarregue das fiscalizações de funções e acções que, enquanto anterior presidente do IFADAP,

organismo responsável em Portugal pelas aplicações das verbas do FEOGA, o mesmo exerceu. Esta circunstância deveria liminarmente desqualificar o candidato para o exercício das

funções para que foi proposto.

3. Fica, portanto, pelo menos, manifesta a falta de senso político, aliada a uma clamorosa arrogância, do Governo Português ao for-

mular semelhante candidatura.

4. Tais razões determinam o voto favorável dos deputados do PCP relativamente ao relatório Bourlanges.

Combate ao desemprego

A Comissão Europeia decidiu atribuir 14 mil milhões de ecus (2,73 mil milhões de contos) a nove Estados-membros para combater o desemprego de longa duração e ajudar à integração de jovens na vida activa.

As verbas, repartidas entre a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França,

Reino Unido, Itália, Luxemburgo e Holanda, serão concedidas para o período entre 1994 e 1999 a título de fundos estruturais.

As regiões "objectivos 3 e 4", afectadas pelo desemprego de longa duração, nas quais a indústria tenha de ser modernizada para se tornar mais competitiva,

também serão abrangidas.

O Reino Unido, França e a Alemanha são os três principais beneficiários destes fundos.

Números oficiais referem que a taxa de desemprego na Comunidade abrangia mais de 10,7 por cento da população activa em Outubro de 1993.

INTERNACIONAL

Angola

A organização de ajuda humanitária "Care international" fez em Luanda o levantamento do envio de alimentos para as populações das províncias do Cunene e do Cuando-Cubango.

Segundo a agência Lusa, foram enviados 300 sacos de milho, 26 de feijão e 23 caixas de óleo alimentar para os habitantes do bairro Naipalala, na cidade de Ondjiva, Cunene.

Para a província do Cuando Cubango, a Care contabilizou o envio de 220 toneladas de alimentos remetidos pela sua filial na Austrália.

Estes produtos destinaram-se a 2 277 famílias necessitadas na cidade de Menongue.

Por sua vez, o Programa alimentar mundial (PAM), que assinou com o governo angolano um novo programa de auxílio às populações, anunciou a distribuição de 2 327 toneladas destinadas à província do Moxico.

Esses produtos - arroz, milho, feijão, óleo alimentar, farinha de soja, leite e peixe seco - irão abastecer cerca de 100 mil pessoas, entre as quais deslocados de guerra, crianças e doentes que se encontram internados no hospital central do Luena.

África do Sul

Mais de 400 delegados do Congresso Nacional Africano aprovaram o Programa de reconstrução e desenvolvimento, PRD, que o movimento anti-apartheid pretende aplicar na África do Sul após as primeiras eleições multirraciais no país, a 27 de Abril.

Justificada pela necessidade de nivelar disparidades gritantes no tecido social sul-africano, cavadas pelo sistema de apartheid, a actual versão do PRD foi preparada por um grupo consultor do ANC - MERG (grupo de pesquisa macro-económica) e a central sindical, COSATU, ligada ao movimento.

A estratégia proposta preconiza o agravamento das taxas fiscais sobre os grupos de rendimento mais elevado, atribuindo-lhes o financiamento do combate às carências da maioria da população, com recurso às novas taxas sobre transferências de capital, terras, bens de luxo e combustíveis.

Rússia

A Duma, Câmara baixa do parlamento russo, exigiu, no primeiro debate de política externa, o levantamento das sanções internacionais contra a Jugoslávia e manifestou a sua oposição ao uso da força na Bósnia.

A Duma aprovou, por 280 votos contra dois, uma resolução proposta pelo presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros pedindo ao governo que solicite ao Conselho de Segurança da ONU a anulação das sanções contra a Sérvia.

Os deputados manifestaram-se "muito preocupados" pelo debate na Nato sobre a possibilidade de bombardeamentos contra os sérvios bósnios e advertiram que a "utilização de medidas de força" pode provocar uma escalada militar na Bósnia.

A Duma apelou ao presidente, Boris Ieltsin, e ao governo para "tomar todas as medidas indispensáveis para evitar a escalada do conflito" na antiga república jugoslava.

Alemanha

Cerca de mil pessoas manifestaram-se nas ruas da cidade de Halle, na parte leste da Alemanha, para protestar contra o aumento de acções violentas por parte de elementos da extrema-direita.

Os manifestantes percorreram o centro da cidade de Halle para impedir uma concentração da organização neonazi «Lista Nacional», que tinha sido proibida pelos tribunais.

Itália

O novo Partido popular italiano (PPI), que substituiu a Democracia Cristã, realizou esta semana a sua assembleia constituinte, no palácio dos congressos de Roma, tendo em vista medir e definir alianças na perspectiva das próximas eleições legislativas.

Nos últimos meses, o partido que governou a Itália ao longo de meio século viu alguns dos seus deputados abandonarem as fileiras democrata-cristãs para aderirem à direita conservadora ou à aliança progressista de esquerda.

Imediatamente após a fundação do PPI, os herdeiros da DC viram-se confrontados com uma cisão, traduzida na criação paralela de um Centro cristão democrático (CCD) que não esconde o propósito de se aliar à Liga do Norte (federalista) de Umberto Bossi.

Logo na abertura dos trabalhos da assembleia, o PPI clarificou a sua posição, ignorando os apelos do PS (ex-comunista) para integrar a aliança de esquerda e deixando prudentemente aberta a questão da aliança à direita.

México

A Comissão Episcopal para a Paz em Chiapas manifestou a sua confiança em conseguir a paz a médio prazo através de «um diálogo claro e perseverante».

Entretanto, o Prémio Nobel da Paz, Rigoberta Menchu, propôs uma maior participação das etnias na solução do conflito armado de Chiapas.

Menchu disse estar convencida de que organizações indígenas serão as principais protagonistas num acordo para a problemática de Chiapas, que tem um milhão de indígenas entre os seus 3,2 milhões de habitantes.

Enquanto isto, o Senado do México ratificou a lei de amnistia aprovada pela Câmara de deputados com vista a absolver os participantes no levantamento popular de Chiapas.

2.º Congresso Nacional do Partido da Refundação Comunista

De 20 a 23 de Janeiro, realizou-se em Roma o 2º Congresso Nacional do Partido da Refundação Comunista em que participaram 812 delegados, em representação de 121 000 membros do PRC, e 600 convidados igualmente membros do Partido. Na composição dos delegados é de destacar uma forte representação de operários, de estudantes e cerca de um terço de mulheres. A preparação do Congresso, centrada na discussão das Teses aprovadas pelo Comité Político Nacional do PRC na sua reunião de Outubro, envolveu a realização de 3 000 congressos de círculo (de local de trabalho e residencial) e 130 congressos das Federações, onde foram eleitos os delegados ao Congresso.

O Congresso, que abriu com um relatório introdutório do camarada Lucio Magri, e que teve como lema "uma força comunista para uma esquerda de alternativa", confirmou que os comunistas são uma força necessária e insubstituível aos trabalhadores e ao povo, indispensável à construção de uma alternativa democrática para a profunda crise económica, social e política em que a classe dirigente mergulhou a Itália.

O reforço e afirmação autónoma do PRC (hoje a primeira força de esquerda



O II Congresso do Partido da Refundação Comunista luta por uma alternativa que derrote as forças reaccionárias em Itália

em regiões tão importantes como Milão e Turim), o desenvolvimento do movimento operário e popular, a construção de um sindicalismo de classe, foram tónicas dominantes do debate realizado. Simultaneamente, e tendo em vista as eleições legislativas de 27 de Março, e com objectivo de derrotar as forças de direita reaccionária e fascizante e contribuir para uma viragem democrática na vida nacional, o Congresso pronunciou-se pelo mais amplo entendimento das forças democráticas.

O Congresso aprovou as Teses assim como o relatório

introdutório e a intervenção conclusiva do Presidente do PRC, camarada Armando Cossuta. Foi eleito o Comité Político Nacional (80% foram eleitos nos congressos de Federação e 20% no Congresso) que por sua vez elegeu como Presidente do Partido o camarada Armando Cossuta e como Secretário Geral do Partido o camarada Fausto Bertinotti. O Secretariado (e o seu coordenador) e a Direcção foram eleitos em sessão posterior do Comité Político Nacional.

Participaram no Congresso cerca de 50 delegações estrangeiras, partidos comu-

nistas e outros partidos e organizações de esquerda e progressistas. O PCP esteve representado por uma delegação composta pelos camaradas Albano Nunes, membro do Secretariado do C.C., e Jorge Cadima, colaborador da Secção Internacional. O Comité Central do PCP enviou ao Comité Político Nacional do PCR uma saudação fraternal. Os camaradas Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas enviaram uma mensagem, que hoje se publica e que foi lida ao Congresso pela mesa e calorosamente aplaudida pelos delegados.

Mensagem de saudação de Álvaro Cunhal e Carlos Carvalhas

Queridos camaradas:

Em nome do Partido Comunista Português saudamos calorosamente o 2º Congresso Nacional do Partido da Refundação Comunista e desejamos os maiores êxitos aos seus trabalhos. O vosso Congresso adquire neste fim do século um particular significado. Ele representará certamente um importante marco na história gloriosa da luta da classe operária, dos trabalhadores, do povo e dos comunistas de Itália. Ele trará certamente também respostas criativas aos novos problemas, aos novos fenómenos, às novas situações, às novas dificuldades que neste findar do século defronta na Itália e no mundo a luta libertadora dos trabalhadores e dos povos.

Ao contrário do que afirma a propaganda das forças do capital, o comunismo não morreu nem os partidos comunistas estão condenados a um "declínio irreversível". A vida confirma dia a dia que o capitalismo, atravessando uma crise profunda, é completamente incapaz de resolver os mais graves problemas da humanidade, de muitos dos quais é o directo responsável, pela sua natureza e prática exploradora, opressora e agressiva. A vida confirma também dia a dia que os partidos comunistas são necessários e mesmo indispensáveis aos trabalhadores e aos povos. Para defesa dos seus interesses e direitos. Para que as grandes desigualdades, injustiças e flagelos sociais sejam combatidos e ultrapassados. Para que a liberda-

de, a democracia, o desenvolvimento económico, o progresso social, a paz sejam assegurados. Para que, tendo em conta as grandes lições e as experiências positivas e negativas, as vitórias e as derrotas na obra de construção de uma sociedade nova e na libertação dos trabalhadores e dos povos que marcam o século XX, a perspectiva de uma sociedade socialista se mantenha bem viva, não como "modelo" que se afastou do ideal comunista nem como uma utopia, mas como um projecto político válido e credível.

O vosso Congresso é um Congresso de profunda reflexão, de convicção, de coragem política, de resposta e de intervenção no presente, de esperança e confiança no futuro.

Expressando a vontade de aprofundar os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os nossos dois partidos e entre os nossos dois povos e países, do coração desejamos completo êxito ao 2º Congresso Nacional, ao Partido da Refundação Comunista, à sua direcção e a todos os membros do Partido.

Janeiro de 1994

Álvaro Cunhal
(Presidente do Conselho Nacional do PCP)

Carlos Carvalhas
(Secretário-geral do PCP)

Sobre depoimento à TV2 no aniversário da morte de Lênine

Por ocasião da passagem dos 70 anos da morte de Lênine, o camarada Abofín Inglês, do Comité Central e da Secção Internacional do PCP, prestou à TV2 um pequeno depoimento alusivo que, infelizmente, saiu truncado.

Aqui reproduzimos esse depoimento na íntegra:

O PCP não alimenta qualquer culto doentio e castrador,

nem de vivos nem de mortos, e até há muito se demarcou e combateu tal prática em relação a Lênine. Isto é claro. Mas também é claro que, como comunistas convictos e homens de cultura, temos elevado apreço pelo revolucionário e pela sua obra. Inscreve-se, como outros génios, no precioso acervo da melhor herança da Humanidade.

Tem erros, limitações, aspectos ultrapassados - como tudo o que é humano e histórico.

Tem também muito que é e será válido, actual e actuante, perenemente criativo.

Para nós, evidentemente, nem Lênine é um deus nem a sua obra um dogma. Somos leninistas.

Para nós, Lênine foi e é, essencialmente, estimulante:

para a investigação concreta da realidade concreta, inesgotável e em devir; para a luta libertadora dos trabalhadores e dos homens, que continua e continuará.

É assim que, passados 70 anos sobre a sua morte, Lênine está vivo para nós: voltados para a vida, para os homens, para o futuro. Com confiança.

INTERNACIONAL



Inúmeras manifestações de trabalhadores têm precedido, nas últimas semanas, a greve-geral de hoje em Espanha

Espanha paralisa hoje

Quarta greve geral sob Governo do PSOE

Tal como acontece nos últimos meses um pouco por toda a Europa Comunitária, também em Espanha a tensão social é crescente e hoje a luta de sindicatos tem um ponto alto, com a convocação de uma greve geral para a qual o Governo espanhol decretou, terça-feira, serviços mínimos para os transportes urbanos e suburbanos, depois de fracassadas as negociações com os Sindicatos. A greve geral de hoje é a quarta desde que os socialistas governam e destina-se a combater a reforma da legislação laboral que prevê a liberalização de despedimentos.

Os dirigentes sindicais consideraram os serviços mínimos estabelecidos pelo Governo "abusivos" e ameaçaram não garantir o seu cumprimento, apesar de não terem apelado à desobediência civil. Durante os últimos dias, a Administração e os Sindicatos negociaram o estabelecimento de serviços mínimos por consenso para o dia de greve geral, tendo chegado a acordo em alguns sectores, como a saúde, ensino, transportes marítimos, terrestres e aéreos nacionais.

As negociações fracassaram para os serviços mínimos dos transportes nas grandes cidades, o que levou o Governo, unilateralmente, a estabelecer a sua realização por decreto, publicado no Boletim Oficial do Estado (BOE).

O documento determina a circulação dos comboios suburbanos em 50 por cento nas horas de ponta matutinas, enquanto os transportes de Madrid em 40 por cento ao longo do dia, levando os sindicatos a queixarem-se de

tentativa de inviabilização da greve.

Aliás, é a própria administração que reconhece que os serviços estabelecidos para quinta-feira são superiores aos fixados para a greve geral de 14 de Dezembro de 1988.

O Ministério do Interior espanhol anunciou que vai "tolerar" os piquetes informativos, mas também reforçou o dispositivo policial nas grandes cidades, sobretudo na capital, com a chegada de um milhar e meio de polícias antimotim para evitar o boicote aos transportes públicos. Tem sido comum, em ocasiões similares em Espanha, a utilização de cargas policiais sobre manifestações de trabalhadores em greve.

O grupo especial antimotim patrulha as ruas de Madrid para neutralizar os piquetes de greve e garantir o funcionamento dos transportes públicos.

O ministro do Interior, Antoni Asuncion, comentou a propósito que não teme pela ordem pública, mas garantiu que utilizará todos os meios necessários para garantir as liberdades públicas e a segurança dos que pretenderem trabalhar no dia da greve.

O governo indicou que respeita o direito constitucional à greve, mas advertiu que não cederá, nem alterará o acordado no âmbito da reforma da legislação laboral. O Presidente do Governo, Felipe Gonzalez, sublinhou que mesmo que a greve constitua um êxito não se demitirá, nem remodelará o Governo.

As organizações sindicais, que investiram 250 mil contos na organização da greve,

colocarão 100 000 trabalhadores nos piquetes.

Segundo a Confederação Espanhola das Organizações Empresariais (CEOE), a greve repercutirá prejuízos da ordem dos 400 milhões de contos.

Trata-se da quarta greve geral desde que os socialistas conquistaram o poder há onze anos, estando igualmente rodeada de um forte conteúdo político.

A primeira greve geral foi convocada contra a lei das pensões de reforma, a segunda contra o projecto de emprego juvenil e a terceira contra as restrições na atribuição do subsídio de desemprego. A de hoje é em protesto contra a liberalização da legislação laboral.

Em termos partidários, apenas a Esquerda Unida está abertamente a favor da greve geral.

O protesto laboral coroa divergências antigas entre os sindicatos e o governo, cujo Presidente - Felipe Gonzalez - prometeu em campanha eleitoral, na Primavera, um pacto social com vista à criação de mais empregos.

A primeira leitura do texto da reforma da legislação laboral obteve a aprovação de 92 por cento dos deputados. Os sindicatos reagiram violentamente, denunciando um alegado "divórcio" entre o poder legislativo e a sociedade.

O governo conseguiu fazer passar no Parlamento novas disposições legais que, entre outras novidades, facilitam os despedimentos.

O Projecto de Lei que reformula a legislação laboral espanhola encontra-se presentemente na fase de inclusão de emendas, devendo estar concluído para aprovação final em Maio.

Ritmo lento em negociações para Faixa de Gaza

Israelitas e palestinianos retomaram segunda-feira em Taba (litoral egípcio no mar Vermelho) as negociações sobre a autonomização da Faixa de Gaza e Jericó (Cisjordânia). As reuniões começaram ao nível da comissão civil, que negocia a transferência de poderes.

Um negociador palestiniano, Abu Ayache, indicou que as conversações deverão tratar essencialmente de problemas relacionados com as telecomunicações.

Os negociadores reatarão a discussão das questões militares na próxima semana.

As matérias mais difíceis de regulamentar e cujo acordo parece mais polémico continuam a ser a delimitação geográfica da autonomia

de Jericó (Cisjordânia) e o controlo dos pontos de passagem entre as zonas autónomas palestinianas e o exterior.

Entretanto, também segunda-feira, o rei Fahd da Arábia Saudita recebeu em Riade, pela primeira vez desde o início da crise do Golfo em Agosto de 1990, o chefe da OLP, Yasser Arafat, informaram fontes palestinianas.

O problema palestiniano e as negociações palestiniano-israelitas estiveram no centro das conversações entre o soberano saudita e Arafat, que fora criticado pelas monarquias da Arábia Saudita e do Kuwait pela sua posição de crítica à invasão ocidental do Iraque durante a Guerra do Golfo.

A Arábia Saudita, principal fornecedor de fundos da OLP, suspendeu na altura uma ajuda anual pública de 85,5 milhões de dólares, mas agora, durante o encontro com o dirigente da OLP, classificado de "muito amistoso" por uma fonte palestiniana, o "rei Fahd exprimiu a Arafat o seu apoio e do governo saudita à causa e povo palestinianos".

A mesma fonte precisou que o ministro da defesa saudita e o governador da região de Riade assistiram à reunião.

Um responsável palestiniano que acompanhou Arafat informou que os dois dirigentes examinaram "os resultados registados até agora no processo de paz".

Acrescentar guerra à guerra na Bósnia

No início de um novo ano marcado pela guerra, sobem de tom as ameaças e apelos para bombardeamentos aéreos na Bósnia. A perspectiva de acrescentar ainda guerra à guerra num país já devastado, e onde as populações civis, uma vez mais, são as grandes vítimas.

Em entrevista publicada no semanário alemão "Der Spiegel", o general belga Francis Briquemont, chefe da FORPRONU defendeu - em vésperas da sua substituição pelo general britânico Michael Rose - que o Ocidente deveria deixar de ameaçar os sérvios bósnios

com bombardeamentos aéreos.

"Ouvir constantemente falar de ataques aéreos põe-me doente", declara. "Não é com ataques aéreos que se vai acabar com o cerco de cidades como Srebrenica, Gorazde ou Mostar. As pessoas que não conhecem a situação no terreno deveriam ser mais comedidas" - sublinha - "Deixa-me sempre espantado que me seja pedido para assegurar uma ajuda humanitária e para participar tanto quanto possível no processo de paz enquanto os políticos apostam em ameaças de ofensiva militar".

O general Briquemont previne: "Se decidirem pela guerra, as tropas da ONU não estarão em condições de prosseguir a sua tarefa de ajuda humanitária".

Além disso, sublinha o oficial belga, "é pressuposto que estes ataques visam um dos campos. Todos pretendem atribuir as culpas aos sérvios. Mas o problema é bem mais complicado". É um conflito entre três partes. "o princípio dos filmes de cow-boys em que há sempre os bons e os maus, não corresponde à complexidade da situação na Bósnia".



LUTAS e manifestações de trabalhadores têm agitados os últimos meses da vida social de quase todos os países da Europa Comunitária. A foto documenta uma manifestação contra despedimentos em Bruxelas. A generalidade dos Governos dos países comunitários procede a uma ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, nomeadamente o da garantia ao posto de trabalho, através da tentativa de introdução de legislação que dá ao grande patronato a possibilidade de efectuar despedimentos em larga escala. Também o aumento generalizado do desemprego tem motivado a realização de significativas manifestações com uma dimensão que alguns pensariam, há bem pouco, não ser possível concretizar nestes países. O exemplo de hoje vem de Espanha.

200 DESPEDITOS NA ARGIBAY

Cerca de 200 trabalhadores da Argibay-Estaleiros Navais de Alverca foram lançados no desemprego na sequência da falência da empresa declarada pelo Tribunal, após quase um ano de suspensão dos contratos por motivo de salários em atraso. Uma nota do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa acusa a família Quinas de descapitalizarem a Argibay, como de resto já acontecera com as empresas Icesa, Eurofil e Somapre, «sem que o Governo os responsabilizasse por isso ou sequer esboçasse uma intervenção».

O Sindicato exige agora que, para além do pagamento das dívidas e das indemnizações aos trabalhadores, «sejam tomadas medidas de apoio que permitam a sua reinserção no mercado de trabalho».

USP DIVULGA PLATAFORMA DE ACÇÃO

A União dos Sindicatos do Porto apresentou na passada terça-feira a Plataforma de Acção para para o triénio 1994/97. Este documento agora divulgado irá ser examinado e aprovado pelo Congresso da União marcado para os dias 4 e 5 de Fevereiro, no Centro de Formação Profissional do Porto.

Em comunicado, a USP condena o agravamento do custo de vida, designadamente os aumentos anunciados das tarifas da electricidade, que «torna ainda mais inadmissíveis os propósitos do Governo de impor uma política de forte contenção salarial». A União vê com igual apreensão a «destruição do tecido produtivo da região», onde já se registam 70 mil desempregados.

DESEMPREGO SOBE EM ÉVORA

A União dos Sindicatos do Distrito de Évora, reunida em plenário, denuncia também o agravamento (em 3,3 por cento) da taxa de desemprego na região, onde se contam perto de 40 mil desempregados.

O plenário condenou por outro lado o processo em curso na Rodoviária Alentejo, de substituição de postos de trabalho efectivos por trabalho precário; a tentativa de aumentar o horário de trabalho de 8 para 11 horas diárias e de 42 para 44 horas semanais, na empresa Siemens; e a violação de direitos contratuais na empresa Melka, cuja administração quer impor aos trabalhadores metas de produtividade «inatingíveis» com o objectivo de conseguir a quebra do salário real.

RENAULT CONDENADA

A Renault Portuguesa foi condenada por um acórdão do Tribunal da Relação de Évora a readmitir trabalhadores ilegalmente contratados a prazo e a considerar o período dos contratos na antiguidade, bem como a pagar os salários desde a data do seu despedimento. Segundo uma nota do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas do Sul, aquela empresa «usou e

abusou da contratação a prazo durante vários anos», ocupando neste regime postos de trabalho de carácter permanente. O sindicato continua alerta uma vez que a administração da Renault está a atrasar o cumprimento da decisão do tribunal, «inventando» a apresentação de um recurso.

GRÁFICOS CONCENTRAM-SE

Os gráficos estiveram ontem concentrados frente ao Ministério do Emprego e da Segurança Social, para exigir a revisão e actualização salarial. A federação do sector afirma que a última actualização salarial oficial publicada data de 1981 e que desde então, na ausência de acordo, o Governo não tem assumido a intervenção que lhe está atribuída pela Lei da Contratação. Desta forma, no ano passado, com um silêncio absoluto do Governo, não foram publicados os salários mínimos para o sector, apesar dos sindicatos terem exigido a emissão de uma portaria regulamentadora de trabalho.

INTERJOVEM CRITICA SECRETÁRIA

A InterJovem considera «absurdo que se venha falar na integração na vida activa e apresentar como principal objectivo o Sistema de Incentivo aos Jovens Empresários, quando o Governo teima em continuar uma política que leva à destruição do aparelho produtivo e ao despedimento de milhares de postos de trabalho, em primeiro lugar jovens».

Referindo-se a declarações recentes da secretária de Estado da Juventude, Maria do Céu Ramos, a estrutura juvenil da CGTP-IN recorda que «só em 1993 se encontravam desempregados 100 mil jovens» e que os programas de formação e qualificação profissional anunciados no âmbito do PDR só abrangem um universo de cerca de 80 mil jovens num período de seis anos. A InterJovem sublinha que com esta política «o problema da inserção no mercado de trabalho até 1999 está longe de ser resolvido» e que a «prossecuir a espiral do desemprego a este ritmo, muito outros PDR's seriam necessários».

Trabalhadores repudiam redução de salários

GREVE NACIONAL PARALISA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A greve nacional da Administração Pública realizada na terça-feira registou uma forte adesão estimada pelos sindicatos na ordem dos 85 a 90 por cento, com diversos serviços do Estado totalmente encerrados pelo País fora.

Escolas, Centros de Saúde e Hospitais, transportes camarários e inúmeras repartições de finanças viram as portas fechadas ou garantiram apenas os serviços mínimos.

Outras paralisações significativas ocorreram, por exemplo, na Ponte 25 de Abril, onde aderiu a totalidade dos trabalhadores, apesar de muitos se encontrarem com contratos a prazo, o mesmo acontecendo no Instituto de Meteorologia e Geofísica que não emitiu a informação sobre o estado do tempo.

A Administração Local foi também fortemente abalada pela greve, registando-se adesões de 100 por cento nas câmaras de Almada, Gaia e Amadora, 92 por cento na CM de Lisboa, 80 por cento na CM do Porto e Coimbra, entre outras.

Por sua vez, O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses anunciou que cerca de 80 por cento dos sindicalizados aderiram à paralisação.

Esta poderosa resposta dos trabalhadores surge no seguimento das repetidas e insistentes propostas do Governo de redução dos salários para 94. De facto, no decorrer das negociações, o Governo limitou-se a oferecer aumentos que nunca foram além de dois por cento, percentagem igual ao acréscimo, entretanto decretado, dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações.

Contas feitas, os sindicatos concluíram que se tratava de uma redução no valor nominal dos salários dos trabajado-

res do sector, que andaria à volta dos 7,5 por cento, entre 1993 e 1994, tendo como base as previsões governamentais de um agravamento da taxa de inflação de 5,5 por cento.

Refira-se que esta greve geral foi convocada pela Comissão Negociadora Sindical da Plataforma Reivindicativa para 1994 (CNS/CGTP), pela Frente Sindical da Administração Pública (FESAP/UGT) e pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE/UGT).

Horas ao preço da chuva

A juntar a esta luta, os professores, que cumpriram igualmente um dia de paralisação na terça-feira, têm em curso, desde 8 de Novembro passado, uma outra greve às horas extraordinárias, na sequência do abatecimento em cerca de 40 por cento do valor legal previsto.

Este longo período de luta tem afectado seriamente milhares de alunos, muitos dos quais não foram avaliados no final do primeiro trimestre. Contudo, uma nota da FENPROF imputa a responsabilidade ao Ministério da Educação e afirma que a greve vai continuar até ao final do ano lectivo, caso a ministra da Educação continue a ignorar este problema.

Também os trabalhadores do IROMA vivem uma situação preocupante em resultado do encerramento, ou entrega a privados, dos matadouros do Estado. As 1500 pessoas afectadas por esta medida obtiveram do Governo, em 1989 e anos seguintes, a promessa de formação e reconversão profissional e aposentação bonificada. Contudo, hoje, as pro-

Sector empresarial do Estado anuncia lutas convergentes

Federações e uniões sindicais, coordenadoras regionais e sectoriais de CTs e representantes das empresas do sector empresarial do Estado, reunidos na sede da CGTP-IN, reafirmaram a sua condenação à «fúria privatizadora do Governo» e anunciaram uma série de acções convergentes em várias empresas durante a semana em curso.

Na EDP realizam-se hoje, quinta-feira, uma concentração e um Tribunal de Opinião Pública; a Carris cumpriu na terça-feira uma greve de quatro horas com recolha de veículos; a Siderurgia Nacional decidiu convocar uma greve para hoje e amanhã; na Setenave estavam marcados plênários sectoriais a partir de segunda-feira passada; a metalomecânica pesada cumpriu uma greve de uma hora na terça-feira passada e tinha marcada para hoje outra paralisação; as oficinas da CP (EMEF) paralisaram na terça-feira durante hora

e meia, enquanto as ORTs da CP estiveram reunidas em plenário no mesmo dia para decidirem novas formas de luta; na Tabaqueira e na Petrogal (Cabo Rulivo e Porto) decorreram plênários de trabalhadores, enquanto na Brisa está em curso um abaixo-assinado de rejeição ao regime de turnos; na Portucel de Setúbal, Leiria e Albarraque foram convocadas greves para os dias 28 e 31 deste mês, realizando-se plênários nas restantes fábricas; os CTT apontam para uma paralisação de carteiros em data ainda por definir.

Esta série de acções, para além de reivindicar a actualização dos salários, visa travar a onda de privatizações levada a cabo pelo Governo, que «continua a esconder deliberadamente a contribuição financeira do SEE (designadamente as transferências para o Estado), para assim continuar a campanha dos prejuízos e prosseguir o leilão».



Na Carris realizou-se, terça-feira de manhã, um plenário de trabalhadores, durante o período de quatro horas de greve

Os trabalhadores da administração pública aderiram em força à greve de dia 25, provocando o encerramento, total ou parcial, de inúmeros serviços públicos e repartições do Estado



messas foram esquecidas e estes trabalhadores engrossam as fileiras dos disponíveis.

Por seu turno, desde segunda-feira que os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social se encontram em luta pelo aumento dos salários, a revalorização de carreiras, redução dos horários de trabalho e outras matérias, cuja negociação tem sido bloqueada pelos representantes das instituições, com o apoio implícito do Ministério do Emprego.

Neste processo, uma delegação sindical foi recebida a semana passada pelo Provedor de Justiça a quem foi solicitada intervenção junto do Ministério do Emprego no sentido de ser respeitada a contratação colectiva. Recorde-se que há mais de oito anos que estes trabalhadores (mais de 33 mil) se mantêm com a mesma regulamentação de trabalho, de que resultam remunerações extremamente reduzidas e carreiras desvalorizadas.

Apelo «muito forte» da reunião CGTP-UGT

Unidade dos trabalhadores nos sectores e nas empresas

Delegações da CGTP e da UGT reuniram no passado sábado, em Lisboa. No final, em conferência de imprensa, Carvalho da Silva - acompanhado por Torres Couto - revelou que foi decidido fazer «um apelo muito forte à unidade na acção, aos trabalhadores em geral, para que, a nível das empresas e dos sectores de actividade, encontrem as formas de lutar contra o bloqueamento a que se assiste neste momento na política salarial, de lutar em defesa do emprego e contra a precariedade do emprego, em defesa da segurança social e em defesa dos direitos dos trabalhadores».

Da reunião - realizada por proposta da Intersindical Nacional - saiu também um apelo à participação na greve da administração pública, «profundamente justa» e «excepcionalmente importante para a defesa dos seus interesses e para a defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses em geral», contra a proposta inadmissível do Governo, informou Carvalho da Silva.

Ficou marcada nova reunião, em princípio, para dia 1 de Março, com o objectivo de «avaliar o desenvolvimento da luta e adoptar as medidas mais adequadas para correspondermos à intervenção que assegure a defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores» - revelou o coordenador da CGTP.

A possibilidade de convocação de uma greve geral abriu o período de perguntas dos jornalistas. Carvalho da Silva afirmou, a propósito, que «só recorreremos à greve em última instância, não fazemos a greve pela greve», recordando que «os trabalhadores, quando fazem greve, fazem um grande sacrifício, porque perdem dinheiro, e a maioria dos trabalhadores portugueses faz um sacrifício ainda acrescido, porque fazem dia a dia para que o seu orçamento chegue até ao último dia do mês».

Segundo o dirigente da Inter, «neste momento o que desejamos é que não seja necessário fazer greves, quer a nível de sectores, quer a nível geral». «Mas a política a que estamos a assistir leva inevitavelmente os trabalhadores a usarem todas as formas de luta ao seu alcance, incluindo essa forma suprema que é a greve geral», constatou, ressaltando que «neste momento a nossa disponibilidade é de desenvolver todas as lutas sectoriais e de empresa com vista à exigência do cumprimento, por parte do patronato e do Governo, das suas obrigações; se, entretanto, não houver resposta, logo diremos o que decidimos e quando decidimos fazer as lutas».

Para Carvalho da Silva, «os problemas que os trabalhadores portugueses enfrentam hoje são gravíssimos, o País não está a caminhar no sentido do progresso e do desenvolvimento, não está a caminhar no sentido do futuro, e exige-se evitem este caminhar». Só que, alertou, «a repetição da ideia, talvez também constitua uma forma de desgastar a própria possibilidade de realizar-se, não apenas a greve geral, mas as lutas que são necessárias todos os dias». «Estamos profundamente empenhados em mobilizar a capacidade de luta dos tra-

balhadores e é em função desse desenvolver da luta que decidiremos as formas que a cada momento consideramos mais adequadas», concluiu Carvalho da Silva.



CGTP e UGT declaram o seu empenhamento na unidade na acção para a resolução dos problemas que os trabalhadores defrontam nas empresas e nos sectores

Na reunião de sábado, os dirigentes da CGTP e da UGT avaliaram «a situação em vários sectores onde pensamos que

se exige fazer trabalho em concreto», informou Carvalho da Silva, referindo os casos da administração pública, dos transportes e dos têxteis.

Torres Couto - que apontou os sectores do vestuário, calçado e cordoaria, entre outros onde «as duas organizações vão empenhar-se para que os trabalhadores se unam» - afirmou que «em todas as empresas onde Governo ou patronato, ou os dois em negociação, pretendam este ano impor aos trabalhadores aumentos salariais muito inferiores ao valor da inflação prevista, em empresas e sectores onde as crises sejam resolvidas à custa do agravamento do desemprego, são empresas e sectores onde a CGTP e a UGT vão estar em luta total, em guerra declarada». «Vamos durante o mês de Fevereiro, nas empresas onde essas dificuldades subsistam, desenvolver uma acção em perfeita convergência», disse o secretário-geral da UGT. Carvalho da Silva esclareceu que o apelo à unidade na acção a partir dos problemas concretos nas empresas e nos sectores, tal como o esforço de convergência nas estruturas da CGTP e da UGT, não significa que estas tenham avançado com propostas ou reivindicações comuns quanto a questões como o valor do salário mínimo para 1994. As duas centrais, precisou, consideram que o executivo PSD/Cavaco Silva «terá uma posição de inqualificável afronta aos trabalhadores se avançar com qualquer valor do salário mínimo nacional que não tenha em conta o agravamento do custo de vida», mas mantém as suas reivindicações próprias.

Têxteis e químicos páram amanhã

Os trabalhadores do sector têxtil, vestuário e calçado entram amanhã, sexta-feira, em greve para protestar contra a intenção do patronato de reduzir os já muito baixos salários do sector.

As propostas apresentadas vão do zero por cento aos quatro por cento, valores que um recente plenário geral de sindicatos repudiou, considerando que qualquer acordo abaixo de 7 por cento significará uma redução do poder de compra dos trabalhadores.

Recorde-se que, de acordo com os dados dos sindicatos, o salário médio líquido do sector em 1993 foi inferior a 48 contos, tendo perdido nos últimos 17 anos cerca de 33 por cento do poder de compra.

Diversas empresas do sector químico e farmacêutico paralisam igualmente amanhã, estando ainda previstas concentrações em Lisboa, no Porto, em Guimarães e na Marinha Grande. Este dia de luta, convocado pela Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás, tem como objectivos «o desbloqueamento da contratação colectiva e aumentos acima da inflação; a defesa do emprego, contra os despedimentos e a precariedade; a redução dos horários de trabalho; a defesa dos direitos e a abolição das injustiças e das discriminações; o pagamento de salários em atraso; o direito à formação e à negociação de carreiras profissionais; a defesa do direito à segurança social, à saúde e ao ensino».

Novo plenário na TAP

Os trabalhadores da TAP decidiram, antontem, convocar um novo plenário para a próxima terça-feira, na sequência da reunião que mantiveram durante a manhã nas instalações da empresa. As concentrações dos trabalhadores deverão continuar como forma de pressionar a administração da empresa a negociar com os sindicatos aspectos relativos à recuperação da transportadora aérea, continuando por definir as condições salariais e a abolição do regime sucedâneo em vigor na TAP. No plenário, os empregados da empresa manifestaram ainda a sua solidariedade com a greve que os trabalhadores da Função Pública realizaram na terça-feira.

Indústria têxtil: as causas, os responsáveis e a política necessária

Os problemas e dificuldades por que atravessa há já vários anos a indústria têxtil portuguesa, ainda que ligadas a razões de ordem específica do próprio sector, encontram as suas causas fundamentais na política mais geral do Governo para a economia e a indústria portuguesa. As saídas para os graves problemas da indústria têxtil, tal como para os mais importantes sectores produtivos nacionais, só serão possíveis por uma profunda mudança à política seguida pelo Governo/PSD Cavaco Silva.

Um balanço aos resultados do conjunto das medidas avulso, tomadas até hoje pelo Governo, para o sector e para as Regiões dele dependentes, mostram que não só não inverteram a contínua degradação do sector, como estão longe dos objectivos que diziam querer alcançar.

As muitas propaladas e propagandeadas medidas do Governo para a Indústria Têxtil e as Regiões dela fortemente dependentes, embrulhadas em variadas siglas e o anúncio de muitos milhões de contos, tornaram-se, de facto, numa enorme fraude económica e social, cujo objectivo essencial foi, e é, o de esconder a destruição neste importante sector industrial do País, dos seus mais importantes subsectores na feira produtiva têxtil, de maior especialização e valor acrescentado.

No lugar da necessidade e urgente modernização e reestruturação do sector, o que vemos é o seu recuo para os sub-sectores de feira produtiva, de menor especialização e de produtos com menor valor acrescentado, capazes ainda de resistir à crise pelo menor investimento e... utilização da mão-de-obra barata não especializada, cada vez mais excedente, das fiações e tecelagem que regularmente vêm parando.

Significativo e esclarecedor do que afirmamos, são as falências e encerramentos de importantes empresas que antes de fecharem, já anunciaram a sua reabertura, não porque se modernizaram e reestruturaram de um dia para o outro, mas sim para chuparem até ao tutano o que ainda está a dar na têxtil, pelo recurso à utilização da mão-de-obra barata e menores investimentos.

Por isso, não é nenhuma admiração, a não ser para o Sr. Rodrigo Sarmiento Beires, actual responsável pela Operação Integrada (O.I.D.) do Vale do Ave e vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Norte, ter chegado à conclusão que, apesar da crise na Têxtil, continuaram a ser criadas muitas mais empresas têxteis do que de outros sectores, e que lhe terá provocado a seguinte exclamação: «Isto é inconcebível!» (artigo Jan/21/1/94).

Inconcebível, dizemo-lo nós, é como o Governo e o Sr. Sarmiento Beires não assumem perante esta situação, o cada vez mais visível fracasso da sua política para o sector e as regiões que dele dependem. Inconcebível é o que o Governo e o Sr. Sarmiento Beires, pelas responsabilidades que têm, continuam a criar ilusões sobre os reais objectivos da política que preconizam, mostrando-se depois muitos admirados ou chocados pelas suas consequências.

O «inconcebível» que o Sr. Sarmiento Beires constatou na Indústria Têxtil, e ao contrário do que possa pensar, é bem concebível na política do Governo. É o fruto das concepções ditas e reditas pelo primeiro-ministro Cavaco Silva, e o ministro Mira Amaral, traduzidas na luminosa ideia de que só deym ficar as empresas capazes de enfrentar o Mercado Único.

Os resultados estão bem à vista. O que cada vez mais resta do tecido produtivo, não é o que interessa à sua modernização e reestruturação à sua diversificação e especialização, não é o que interessa ao País e às regiões, aos trabalhadores e ao povo português. O que fica é o que interessa ao capital multinacional, às transnacionais, aos especuladores, ao capital financeiro, ao oportunismo, aos compadres e aos aventureiros que, na teta da própria crise, enriquecem da forma mais brutal à custa do agravamento da exploração dos trabalhadores, dos baixos salários, do

desemprego, do trabalho infantil, dos horários de trabalho prolongados e dos atentados aos direitos dos trabalhadores, sempre com a benção do Governo, que não deixará, na melhor das oportunidades, de os apresentar como exemplos de «empresários de sucesso» no Jet Set nacional ou de serem, no mínimo, visitadas pelo grupo excursionista dos deputados do PSD na Assembleia da República.

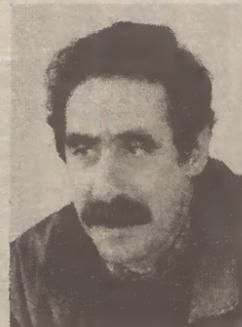
A degradação e destruição do tecido produtivo português, com particular incidência na Indústria Têxtil, está longe de ver a luz ao fundo do túnel. As cedências do Governo/Cavaco Silva quanto aos têxteis portugueses, no acordo do Gatt, acrescentaram mais túnel ao túnel.

Só por andar tanto tempo às escuras, o Governo pode confundir a luzinha de um lumicu com a claridade da saída do túnel.

A luz no fim do túnel, para a Indústria Têxtil e para as regiões que sofrem as suas reais dificuldades e problemas, está longe de aparecer enquanto as medidas políticas de funo, de ordem sectorial e regional, ficarem reduzidas a um conjunto de medidas tecnocráticas (o que em si não pode deixar de ser considerada uma posição política), apoiadas em estudos mais ou menos bem elaborados, aos quais não se nega a utilidade, mas que no essencial se vão repetindo até à exaustão, sejam eles da responsabilidade do Governo PSD ou da AMAVE (Associação de Municípios do Vale do Ave) de forte influência do PS.

Não se negando a existência de diferenças entre o PS e o PSD, é fácil de ver que elas se situam em questões que tendem a esconder a sua cumplicidade nas opções políticas fundamentais, de ordem interna e externa, nas quais radicam, no essencial, a situação de crise da Indústria Têxtil e suas consequências para algumas Regiões do País.

Os compromissos com os acordos de integração de Portugal no Mercado Comum e posteriormente na provação da União Económica e Monetária com o Tratado de Maastricht, a desvalorização e em muitos casos



ANTÓNIO LOPES
Membro da Comissão
Política

A degradação e destruição do tecido produtivo português, com particular incidência na Indústria Têxtil, está longe de ver a luz ao fundo do túnel.

responsabilizar da criação do quadro económico e social decorrente das condições em que Portugal aceitou a sua integração, primeiro no Mercado Comum e depois no Mercado Único, cujas consequências negativas para importantes sectores produtivos e particularmente para a Indústria Têxtil, são hoje inegáveis, como ainda procura fazer da desastrosa política antipopular do Governo PSD Cavaco Silva o bode expiatório preferido para se salvar dos seus pecados europeístas.

Infelizmente, para a Indústria Têxtil, para os seus trabalhadores e regiões onde é o sector produtivo determinante ao seu desenvolvimento, foi o PCP a única força política que, ao arripio dos entusiasmos europeístas que então enchiam as bocas e corações do PS e PSD, alertou firmemente para as graves consequências da integração europeia, no futuro da indústria têxtil portuguesa e da necessidade de serem garantidas medidas específicas que acautelassem no tempo a sua modernização e reestruturação e a salvaguarda dos interesses dos trabalhadores.

Foi o PCP a única força política que lançou o alerta, perante os primeiros sintomas da crise (que lhe valeu ser acusado de alarmista), exigindo a necessidade de um programa de emergência no plano social para o crescente número de trabalhadores despedidos e de medidas tecnológicas, económicas e financeiras, para as empresas em dificuldades.

Foi o PCP a primeira e única força política a denunciar e a alertar para a insuficiência e debilidade das medidas governamentais para travar

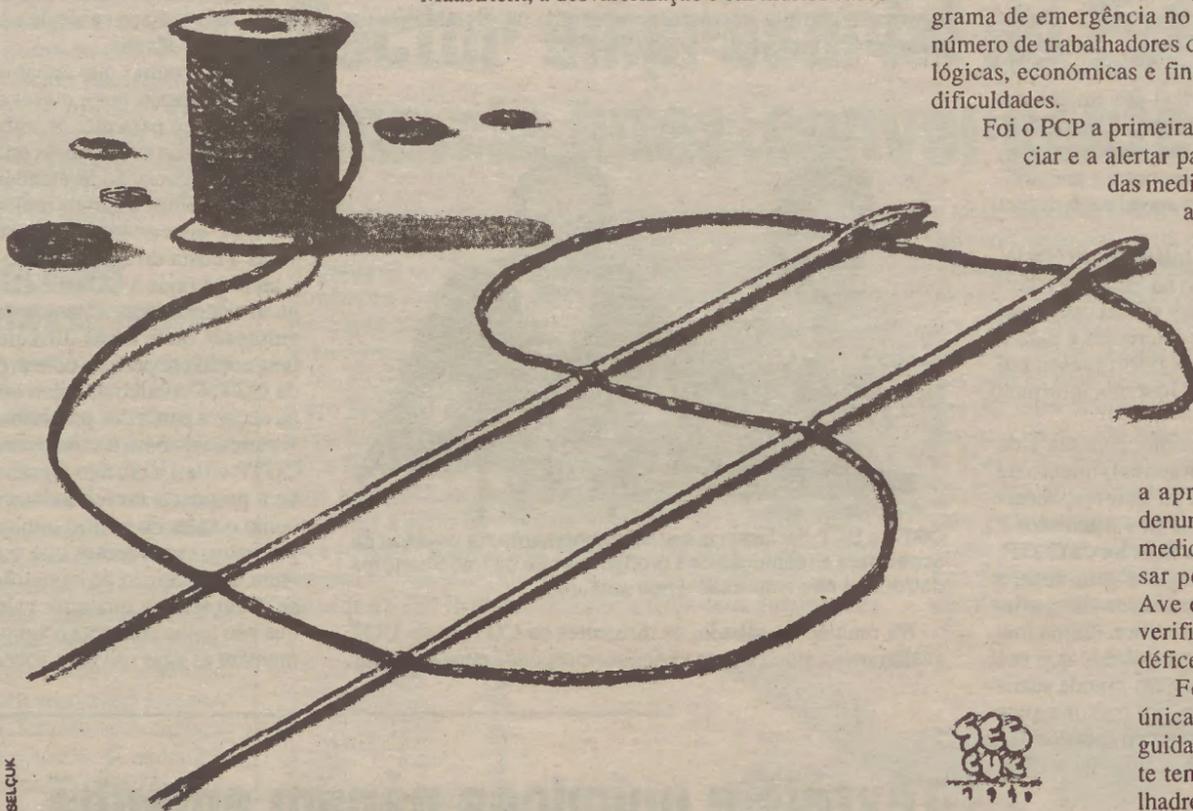
a agudização da crise, nomeadamente do Programa de Modernização da Indústria Têxtil (PMIT), apresentado em volta de grande propaganda e demagogia pelo ministro da Indústria, Mira Amaral, e do primeiro-ministro Cavaco Silva.

Foi o PCP a única força a apresentar as suas críticas e a denunciar a falsidade do conjunto de medidas avulso que procuravam passar por serem a O.I.D. do Vale do Ave e cuja insuficiência se veio a verificar na resposta aos profundos défices estruturais desta região.

Foi e continua a ser o PCP a única força política que sem ambiguidades e de uma forma permanente tem estado com a luta dos trabalhadores, na defesa da Indústria Têxtil e dos seus interesses, aspirações e reivindicações mais concretas.

Foi e continua a ser o PCP a única força política que, nas empresas, nos sindicatos, nas autarquias, na Assembleia da República e no Parlamento Europeu, defendeu, defende e defenderá sempre, de forma coerente, os interesses da indústria têxtil portuguesa e dos seus trabalhadores.

Por tudo isto, há razões suficientes, já indiciadas nos resultados eleitorais positivos obtidos pela CDU nas autarquias do Vale do Ave, para ter uma elevada confiança de que os trabalhadores têxteis, por mais e maiores razões, tendo em conta os objectivos das próximas eleições para o Parlamento Europeu, contribuirão para o reforço dos resultados eleitorais da CDU, factor essencial para que no Parlamento Europeu e a nível nacional se criem as condições para uma nova política que defenda os interesses nacionais e corresponda à luta dos trabalhadores em defesa dos seus interesses, da indústria têxtil em toda a sua feira produtiva e no desenvolvimento e progresso das regiões.



SELÇUK

o combate ao lado da direita, ao sector público da economia e ao seu papel determinante na defesa dos interesses e dinamização da economia nacional; as cedências e aberturas no plano social, salarial e dos direitos dos trabalhadores à ofensiva da política de direita e do patronato. O distanciamento e não poucas vezes a hostilidade à luta dos trabalhadores da Indústria Têxtil, na defesa dos seus interesses mais concretos, na defesa do próprio sector e dos interesses regionais, pelas autarquias de maioria socialista, ajudam a compreender melhor como o Partido Socialista é refém das suas próprias posições e incapaz, por si só, de definir uma política para o sector que o distancie da política de direita do Governo/PSD Cavaco Silva, e de lhe permita vir a constituir, sozinho, uma alternativa que responda de forma capaz aos problemas e dificuldades da Indústria Têxtil, como de outros importantes sectores económicos nacionais.

Não constituindo um dado novo no procedimento do Partido Socialista e do qual já não tenha retirado proveitos, é de prever, com o aproximar das eleições para o Parlamento Europeu, um grande esforço, não só para se des-



Covina

■ Paulo Trindade

Da negociata à destruição

Em Dezembro de 1990, mil e trinta e quatro petição- nantes, trabalhadores, familiares e reformados da empre- sa Covina, solicitaram a intervenção da Assembleia da República porquanto:

- Estava iniciada a venda a estrangeiros de todo o capital social público da Covina;
- Não estavam a ser respeitados os direitos de parti- cipação dos trabalhadores, consagrados na Lei n.º 46/79;
- Se verificava uma total falta de transparência face ao secretismo que envolvia o processo.

Mais do que lamentar o proverbial atraso com que as petições sobem ao Plenário da Assembleia da República - neste caso três anos - importará fazer um pequeno histo- rial de como na democracia de «sucesso» do PSD se destrói uma empresa, neste caso a Covina, única produ- tora de vidro plano!

Venda ao desbarato

Em 1986, o Governo do PSD injectou na Covina 12 milhões de contos visando a sua reconversão tecnoló- gica.

O capital da empresa era de 5 milhões de contos, dos quais oitenta por cento constituía capital público e 20% eram pertença da multinacional francesa Saint-Gobain.

Em 1990, o Gover- no publicou o DL n.º 406/90 autorizando o IPE a alienar o capital público da Covina.

Nessa data, era já do conhecimento pú- blico o apetite da mul- tinacional Saint Gou- bain para aquisição da totalidade do capital da Covina.

É nesse momento que os petecionantes solicitam a intervenção da Assembleia da República.

O processo de alie- nação do capital públi- co começa a concreti- zar-se e os mais de 1200 postos de traba- lho começam a ser extintos.

A entidade que adquire o capital é a multinacional Saint- Goubain, através da sua filial designada Cristaleira Espanhola, SA.

É esta empresa que em Julho de 1991 reforça o capital da Covi- na para 10 milhões e quinhentos mil contos, só não ficando proprie- tária de duas acções com o valor de dois mil escudos.

Na melhor das hipóteses, por 10 mi- lhões quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e oito contos, a Saint- Goubain ficou na posse total do patrimó- nio de uma empresa onde o Governo portu- guês investira, em 86, doze milhões de contos.

Este autêntico es- cândalo, esta venda ao desbarato de uma uni- dade produtiva, a única fabricante portuguesa de vidro plano, a redu- ção dos postos de tra- balho, constitui o retrato da política económi- ca e social do Governo PSD.

Falta de transparência

Os direitos de participação que a Lei n.º 46/79 reco- nhece às Comissões de Trabalhadores não foram cum- pridos em todo este processo.

Daí que a Comissão de Trabalhadores da Covina não tivesse podido entregar à Comissão de Petições da Assembleia da República provas da venda do capital público da empresa a uma entidade estrangeira, neste caso, a multinacional Saint-Gobain.

O Governo PSD usou o princípio do quero, posso e mando, recorreu à política do facto consumado, utilizou o método da falta de transparência e cozinhou a negocia- ta no secretismo dos gabinetes ministeriais, como denun- ciavam os petecionantes.

Tudo isto, como se o capital da empresa fosse um bem privado dos membros do Governo, do PSD, do Pri- meiro-Ministro Cavaco Silva.

E, entretanto, o Governo PSD, candidamente, atra- vés do Ministério das Finanças informava a Assem- bleia da República em Dezembro de 1992, que «a Covi- na foi alienada pelo IPE, SA nos termos e condições fixadas pelo DL n.º 406/90, de 26 de Dezembro, e Reso- lução do Conselho de Ministros n.º 20/90, de 27 de Dezembro.»

Procurando a Resolução em causa no Diário da

República, verifica-se que a mesma se refere à alienação da UNICER e que nada tem a ver com a Covina.

O Ministério das Finanças, o Governo PSD, confun- de cerveja com vidro nas informações que presta à Assembleia da República tal está inebriado numa sede de privatizar, privatizar, privatizar.

No mínimo, existe displicência na forma como são encaradas as solicitações da Assembleia da República por parte do Governo PSD.

É um escândalo a somar-se a outros escândalos. Tudo isto quando estão em causa dinheiros públicos. Tudo isto quando estão em causa postos de trabalho.

Data negra

Prosseguindo no tempo, chegamos a Janeiro de 1994 e confrontamo-nos com a situação de a actividade de produção estar quase totalmente paralisada, estando o seu encerramento definitivo já anunciado para 31 de Março próximo, os postos de trabalho reduzidos para pouco mais de 500 e as instalações da Covina a servirem de armazém aos excedentes de vidro produzido em Espanha pela multinacional Saint-Gobain para abaste- cer a totalidade do mercado português.

A concretizarem-se as intenções desta multinacional,

face à complacência do Governo PSD, em Abril próximo, Portu- gal será o único Estado comunitário que deixará de ter produção pró- pria de vidro plano.

Será mais um es- cândalo a juntar aos outros escândalos já atrás referidos.

O caso Covina é um exemplo flagrante da política do Governo Cavaco Silva e do PSD: destruição do aparelho produtivo, extinção de postos de trabalho, desbarata- mento de dinheiros públicos para servir in- teresses privados e in- teresses das grandes multinacionais.

Pelas ilegalidades de todo este processo, o PCP não pode admi- tir que a Assembleia da República conclua que agora já não há nada a fazer.

Não assistiremos passivamente à des- truição do aparelho produtivo que o Go- verno e o PSD preten- dem atirar para as cos- tas largas da conjuntura internacional e da recessão.

O PCP continuará a não deixar passar em claro, manterá a denún- cia persistente, de que o Governo e o PSD são os responsáveis pela destruição do aparelho produtivo, são os res- ponsáveis pelo aumen- to do desemprego, poderão ser os respon- sáveis por, depois de séculos de actividade, Portugal poder deixar de produzir vidro plano a partir de 31 de Março de 1994.

Se tal se confirmar, será mais uma negra data histórica na cro- nologia da autodesig- nada democracia de «sucesso» do PSD.



A venda ao desbarato da Covina, num processo marcado pelas ilegalidades e pela falta de transparência, constitui um retrato da política económica e social do Governo PSD



Conferência da CGTP-IN sobre direitos dos trabalhadores

Um amplo espaço de debate sobre um dos pilares da democracia

■ Domingos Mealha

Ao reunir, na passada sexta-feira, algumas centenas de sindicalistas, juristas, deputados e responsáveis políticos e outros interessados nos problemas laborais - com destaque para o Presidente da República, o Provedor de Justiça e o Procurador-Geral da República -, a CGTP cumpriu com a obrigação imposta pela sua posição ímpar na sociedade portuguesa: lançou uma larga discussão, que deve interessar todos os trabalhadores e democratas, sobre os direitos de quem vive da venda da força de trabalho.

A actualidade do tema é realçada todos os dias pela negativa: os direitos dos trabalhadores, conquistados pela luta e reconhecidos na Constituição e nas leis, são diariamente desrespeitados em inúmeras empresas e em vastos sectores da administração pública. A importância de que se reveste confere aos direitos dos trabalhadores o lugar de trave mestra do regime democrático nascido com o

25 de Abril - como vários oradores sublinharam na conferência do passado dia 21.

Não foi por acaso que a iniciativa da Intersindical Nacional teve uma adesão que justificou o entusiasmo visível dos dirigentes e activistas da central. A conferência mostrou que é muito ampla a consciência do que está em risco quando são postos em causa, de forma sistemática, os direitos dos trabalhadores; mostrou que este é um problema com implicações que extravazam o estrito campo sindical; mostrou que, também neste campo mais directamente afectados, os trabalhadores e as suas organizações tomam a dianteira na luta pela defesa dos seus legítimos direitos, postos em causa por um patronato retrógrado, um Governo que dá o exemplo e uma maioria parlamentar que dá a cobertura política.

Os resultados desta iniciativa - como oportunamente referiu Carvalho da Silva - devem agora ser

apreciados e desenvolvidos nas estruturas sindicais, de forma a contribuir para que estas fiquem melhor apetrechadas para defender e fazer valer os direitos dos trabalhadores. Mas não podem ser ignorados pelo poder e por aqueles que agora o detêm, bem como pela opinião pública: a necessidade da mudança de política coloca-se também para alterar o comportamento do poder face aos direitos dos trabalhadores.



Não pode haver crise nos direitos

O Presidente da República sublinhou que a competitividade das empresas não pode e não deve ser obtida à custa dos direitos dos trabalhadores

Convidado pela CGTP para presidir à sessão solene de abertura da conferência sobre os direitos dos trabalhadores, Mário Soares fez um discurso em que analisou a actual situação nacional e internacional, adiantando «pistas para reflexão» e uma proposta de amplo debate que permita chegar a um «contrato social de progresso».

Logo no início da sua intervenção, e depois de referir graves problemas sociais com que hoje se defrontam muitos portugueses - citando, a propósito, as conclusões das recentes jornadas da Justiça e Paz, em Évora -, o Presidente da República afirmou que, mesmo numa situação de crise económica, «não pode estar em causa um recuo na defesa dos direitos políticos, económicos e sociais reconhecidos na Constituição a partir do 25 de Abril».

Falando de improviso, Mário Soares ressaltou que o reconhecimento dos direitos na Lei não significa o seu cumprimento, congratulando-se por estar a tentar-se romper algum muro de silêncio e chamar a atenção para problemas que dizem respeito a todos.

Pistas para reflexão

Em Portugal, os direitos dos trabalhadores, notou o PR, são postos em causa num quadro de uma «sociedade aberta», característica que é ainda mais evidenciada pela entrada em vigor do tratado da União Europeia. Verificando que os acontecimentos dos últimos anos puseram em causa as propostas de sociedade dos países socialistas, dos países de economia liberal e mesmo do modelo social-democrata dos países nórdicos, Mário Soares lançou a interrogação que considera ser «o grande problema do nosso tempo» e que «deve interessar sindicatos, associações patronais, universidades e o Estado»: como vão ser defendidos, neste quadro, os direitos dos trabalhadores, como se vai conciliar a modernidade e o desenvolvimento sustentado como a garantia e o alargamento de conquistas definitivas?

«Não há desenvolvimento sem democracia, e a inversa também é verdadeira», entende o PR, embora reconhecendo que não deve fazer-se simplesmente a aplicação do modelo de democracia ocidental a outros países; citou, a propósito, a experiência de países africanos.

Uma segunda «pista para reflexão» deixada por Mário Soares aos participantes na conferência da CGTP diz respeito à «mundialização das economias» e à concorrên-

cia desleal que significa o facto de países como o Japão ou os «dragões asiáticos» não respeitarem direitos dos trabalhadores que são reconhecidos na Europa e que deviam ser universais. Adiante interrogar-se-ia sobre o acordo do GATT, assinado no final de 1993, e que, correspondendo aos interesses das grandes potências e das grandes transnacionais para o alargamento do comércio mundial, poderá ser «profundamente nocivo» para as economias mais débeis, não apenas do chamado Terceiro Mundo, mas igualmente de países como Portugal.

Em terceiro lugar, o PR defendeu a ideia de que «o desenvolvimento sustentado não se faz sem solidariedade», criticando as «sociedades dualistas do neoliberalismo», que criam pólos de grande riqueza e de grandes massas de explorados e exigindo que se ultrapassem as bolsas de marginalidade, pobreza e exclusão social.

Por último, constatando que «a economia de mercado está triunfante no mundo inteiro», Mário Soares alertou para o facto de que «o mercado, só por si, não regulamenta nem resolve os problemas sociais», pelo que é necessário corrigi-lo, de forma a «evitar as desigualdades que a economia de mercado suscita».

Chamando a atenção para o desemprego gerado pela competitividade e que é «uma questão social de primeira importância», o Presidente da República sublinhou que, embora nas sociedades abertas não se possa resistir às mudanças - quer de natureza tecnológica, quer por muitas decisões não serem tomadas a nível nacional - as mudanças «têm que ser orientadas por nós, não as podemos deixar entregues ao jogo livre da economia de mercado».

Discussão alargada

Para Mário Soares, «a competitividade não deve ser conseguida à custa dos direitos dos trabalhadores». O PR sugeriu aos sindicatos que tomem a iniciativa de propor uma discussão alargada sobre como, no actual quadro económico nacional e internacional, «minorar os efeitos» da crise e garantir a manutenção dos direitos dos trabalhadores. Tal discussão deveria envolver associações sindicais, associações patronais e a Universidade, tendo por meta chegar a «um contrato social de progresso» que seria «algo de mais importante e geral» do que os acordos anuais de política de rendimentos até agora postos a negociação. Seria assim possível, defendeu Mário Soares, «criar zonas de consensualidade nesta matéria, para evitar uma época de maior conflitualidade» que o agravamento dos problemas económicos e sociais acarretará.

No seu discurso - aplaudido de pé, no final, pelos participantes na sessão de abertura da conferência -, o Presidente da República levantou ainda outras interrogações sobre o futuro próximo: como vão os Estados nacionais actuar face à possibilidade de empresas multinacionais (citou a hipótese do projecto Ford/Volkswagen, em Palmela) decidirem, de um momento para o outro e apenas com base nos seus interesses, mudar os seus empreendimentos para outros países; como vai a União Europeia obrigar os estados-membros a competir com países onde os trabalhadores não têm os mesmos direitos; como é que vai ser exercido o controlo das decisões supranacionais e como vai funcionar a UE com o «directório franco-alemão».

A nível nacional, Mário Soares constatou que se assiste a «uma efectiva destruição do tecido produtivo português», pelo menos nos seus moldes tradicionais, e referiu como exemplos a agricultura, as pescas, a extracção mineira, a indústria tradicional e o turismo, para depois interrogar: «Bastará esperar por uma retoma que venha da Europa, se é que vai haver retoma?»

O PR apelou a que se encontrem soluções, admitindo que «não é fácil manter empresas inviáveis» e lembrando que, na generalidade dos casos, os trabalhadores dessas empresas se vêm na posição de «vítimas sem responsabilidade» no surgimento dos problemas.

Antes de terminar a sua intervenção com um apelo a que se faça uma aposta «em nós mesmos, no homem português, investindo cada vez mais no ensino, na formação, na investigação», Mário Soares alertou para o facto de que os «auxílios comunitários, estimulantes da economia portuguesa», começam a diminuir em 1996 e terminam em 1999: «Como será depois a vida em Portugal», questionou o PR, sublinhando que é necessário haver «uma grande consciencialização dos problemas» que permita avançar para a sua resolução.





O auditório do Forum Picoas foi pequeno para acolher, sexta-feira de manhã, os sindicalistas, juristas, deputados e dirigentes políticos que quiseram assistir à sessão solene de abertura, em que discursaram Carvalho da Silva, Meneres Pimentel, Cunha Rodrigues e Mário Soares. À tarde, a conferência decorreu em duas sessões simultâneas, onde se falou (a partir de intervenções iniciais de convidados, seguidas de debate) de temas como greve e serviços mínimos (Victor Ferreira, advogado), os direitos dos trabalhadores na Constituição (José João Abrantes, jurista e docente universitário), protecção dos direitos dos trabalhadores face às actuações dos

Serviços de Informações (João Amaral, deputado do PCP), tutela penal da vida, da saúde e da segurança no trabalho (Jorge Leite, docente da Faculdade de Direito de Coimbra), o direito de contratação colectiva (Monteiro Fernandes, docente do ISCTE), a efectivação do direito do trabalho e Justiça do trabalho (João Correia, advogado), a tutela efectiva dos direitos dos trabalhadores (Victor Ramalho, advogado)



Analisar, defender e exercer os direitos conquistados

(Excertos da intervenção do coordenador da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva. Título, subtítulo e sublinhados da Redacção.)

(...)

A CGTP-IN promove esta Conferência com um objectivo muito claro. Suscitar uma análise sobre o conteúdo, dimensão democrática e significado histórico dos direitos dos trabalhadores, determinar as razões das violações que os mesmos sofrem ou, ainda, as causas da sua ineficácia em muitos aspectos, tendo em vista encontrar pistas seguras que possibilitem uma defesa consequente dos direitos e as condições para o seu pleno exercício. Move-nos o propósito declarado de, por esta via, dignificar o papel dos trabalhadores, enquanto tal e como cidadãos, o que significa, em última análise, dar dimensão social à nossa democracia.

O debate sobre os direitos dos trabalhadores é, também, um debate sobre a sociedade que queremos.

O conhecimento que temos da realidade laboral e social suscita-nos sérias e profundas preocupações.

Constatamos uma acentuada fragilização do Estado Social de Direito e consequentemente da democracia.

Constatamos uma grave crise dos valores humanistas.

Constatamos a degradação das relações laborais, elegendo-se a competitividade como panaceia para os problemas económicos, em detrimento da dignidade do trabalhador e do cidadão.

Constatamos um forte recuo do primado da justiça social, da defesa e valorização da pessoa humana, da solidariedade e o enfraquecimento e mesmo neutralização dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores.

Democracia com direitos

Os direitos dos trabalhadores são um dos principais elementos de democracia e o seu pleno exercício é factor de dinamização da participação cívica e política dos trabalhadores, da evolução técnico-científica e do desenvolvimento económico-social.

A consagração na Constituição da República dos direitos dos trabalhadores constituiu um momento de grande significado para os trabalhadores portugueses. Neste ano de 1994, em que se comemora o vigésimo aniversário da Revolução do 25 de Abril, nunca é de mais sublinhar o importante papel que aquela consagração representou, bem como as perspectivas que então se abriram para um futuro mais justo e mais próspero.

O aperfeiçoamento participativo nos processos do trabalho, o estímulo à criatividade, à mobilização dos trabalhadores para o esforço da modernização, a sua consciencialização para o pleno exercício dos direitos, o trabalho

entendido como fonte de dignificação social, um correcto equilíbrio entre trabalho e lazer, constituem factores decisivos para conseguir a melhoria das condições de vida e de trabalho, a plena utilização da capacidade produtiva e o reforço da competitividade internacional.

Ao analisarmos a situação actual temos de concluir que não é este o caminho que estamos a trilhar e temos de nos interrogar sobre que sociedade estamos a construir: que direitos de cidadania sobram para o trabalhador a quem não é assegurada a estabilidade no emprego, mas antes a ameaça constante do despedimento e desemprego; que não auferem um salário ou rendimento familiar satisfatório de modo a permitir uma existência digna e, em muitos casos, se confronta com o drama dos salários em atraso; que está sujeito a horários de trabalho prolongados ou ao trabalho no domingo, prejudiciais à sua vida familiar e impeditivo da sua participação cívica; que não dispõe de condições de higiene e segurança no trabalho; que sofre a repressão patronal pelo simples facto de querer exercer os seus direitos sindicais; que não tem uma justiça eficaz e célere que repare as ilegalidades e uma administração do trabalho que previna as arbitrariedades e abusos; que não disfruta do direito à segurança social e de protecção social adequadas às suas necessidades; a quem a sociedade não é capaz de garantir o direito à habitação, ao ensino e à saúde!?

Será que se quer admitir que a condição de trabalhador é sinónimo de amputação dos direitos de cidadania? Será que os direitos e liberdades fundamentais param à porta do local de trabalho?

Não é por falta de normas constitucionais e de regulamentação legislativa que nos encontramos nesta situação. Contudo, todos sabemos que a sua materialização se encontra muito aquém do aceitável.

O esvaziamento legislativo opera-se, num primeiro passo, pela não efectivação dos direitos e pelo enfraquecimento da intervenção da administração pública na sua protecção.

Num segundo momento, pela retirada ou diminuição dos direitos, em nome das virtualidades da desregulamentação e flexibilização.

No simplismo e vazio de valores que caracteriza muitas intervenções sobre as questões sociais, **o patronato e o Governo têm vindo a defender que os sindicatos devem aceitar prescindir dos direitos que ainda lhes são reconhecidos e que a flexibilidade deve ser a única regra nas relações do mercado de trabalho.** A CGTP-IN sempre afirmou estar disponível para adaptar os direitos existentes à evolução da realidade económica e às necessidades dos trabalhadores e da sociedade. Mas o problema é que o

objectivo verdadeiro não é essa adaptação, mas sim a liquidação da dimensão social que caracteriza o nosso regime democrático.

Por isso, há já quem fale na necessidade de rever a Constituição na parte do seu conteúdo social.

Assumir responsabilidades

Um dever fundamental prioritário da nossa acção de hoje é, precisamente, o de lutar contra o actual estado de coisas, ou seja, contra a perda ou limitação dos direitos dos trabalhadores.

Não podemos contemporizar com teses pretensamente sustentadas na inevitabilidade da perda de direitos decorrentes da mudança dos tempos, das alterações da estrutura produtiva e da organização do trabalho e de exigências descaídas em nome da competitividade.

Permitam-me que cite uma posição expressa pela Igreja Católica que reputamos de grande significado e que afirma: «os direitos humanos decorrem da própria natureza da pessoa, eles são naturais, universais e invioláveis; são solidários entre si, isto é, basta a violação de um desses direitos fundamentais para os outros, de algum modo, o serem também e para que a pessoa humana fique empobrecida na sua dignidade e no seu equilíbrio».

Assumimos as nossas responsabilidades na defesa e valoração dos direitos e entendemos ser nosso dever procurar dinamizar na sociedade um amplo movimento que os afirme como factor essencial da democracia. Mas achamos também que as instituições do Estado, que os partidos políticos, que as outras organizações sociais devem também assumir as suas, devem dar à questão dos direitos dos trabalhadores o lugar que elas merecem.

A sociedade não pode dispensar e muito menos menosprezar a contribuição dos sindicatos na definição das estratégias do desenvolvimento e na construção do nosso futuro.

A modernidade passa também pela dignificação da acção sindical e dos seus agentes como elemento dinâmico e vivo da sociedade.

Não podemos, nem devemos, enjair a herança que recolhemos de todos aqueles que, no decorrer deste século, defrontando as maiores dificuldades e vicissitudes, construíram e consolidaram o quadro dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações sindicais que, é hoje, um património universal.



Conferência da CGTP-IN sobre direitos dos trabalhadores

O Ombudsman, a legalidade e as injustiças

(Excertos da intervenção do Provedor de Justiça, Meneres Pimentel. Título, subtítulos e sublinhados da Redacção.)



(...)

Tão ou mais importante que a consagração grandiloquente de posições jurídicas subjectivas dos cidadãos, é a forma como um sistema consegue assegurar a efectividade dessas posições. É a partir das vias de acesso ao Direito, da sua adequação (que passa necessariamente pela celeridade e proximidade ao cidadão) e extensão, que se pode verdadeiramente ajuizar da bondade de um quadro positivado de Direitos Fundamentais.

Não se estranhará, pois, que aqui queira transmitir a visão muito particular que tenho desta problemática enquanto actual titular da instituição «Provedor de Justiça»

(...)

Instituição típica das democracias modernas, ligada desde sempre a uma forma privilegiada de controlo da Administração, o *Ombudsman*, originário, como é sabido, da Escandinávia, estendeu-se por todo o mundo democrático, numa riqueza de experiências, aproveitando de uma vez as virtualidades próprias da Instituição e as idiosincrasias específicas da sociedade em que historicamente se inseria.

Há, pois, uma grande variedade nas competências específicas atribuídas aos *Ombudsman*, correlativamente a uma certa permanência das suas atribuições, pelo menos nucleares. (...)

Se pudesse resumir a função do Provedor de Justiça numa curta frase, diria que ela consiste na existência em Democracia de um órgão que tenha por função **dar credibilidade às instituições democráticas**. Trata-se, não de um contrapoder, ao contrário de opinião comumente referenciada, mas de **um modo que o poder encontra para se exercer da melhor forma, entendendo-se esta melhor forma como a mais ajustada à vontade dos cidadãos e aos valores da justiça**. É este binómio que passo a explicar, no que toca à garantia dos direitos fundamentais.

Numa primeira instância o Provedor de Justiça aparece como mais um garante da legalidade democrática. Expressão primária do Estado de Direito Democrático, ela garante-nos, simultaneamente, a proibição do arbítrio, pela institucionalização de regras conhecidas da comunidade, como também aceites por esta, ao corres-

ponderem a opções legitimamente sufragadas pelo voto popular. (...)

Apreciar e recomendar

Não basta, no entanto, para adequada tutela dos Direitos Fundamentais, estabelecer um meio de correcta aplicação da Lei.

Na conhecida citação de São Paulo, se a letra mata, o espírito vivifica.

E ao Provedor de Justiça, principalmente no campo dos Direitos Fundamentais, o que importa é **responder de uma forma justa à injustiça**, na fórmula feliz de John Rawls.

Mais do que juízos de pura hermenêutica jurídica, enformados embora por especiais preocupações teleológicas ou sinécpas, importa ao Provedor de Justiça **assegurar que a legalidade não compromete a justiça da situação**, numa dupla vertente.

Assim, e em primeiro lugar, procede o Provedor de Justiça a juízos de oportunidade e viabilidade da acção sob apreciação. Mesmo que justificada em termos de respeito do bloco de legalidade, a acção concreta deve ser apreciada, passe o pleonasma, tendo em atenção as circunstâncias particulares que concorrem no caso concreto.

Mas não basta uma apreciação, por cuidada que seja, das especificidades de cada situação. Esta micro-análise não dispensa a macro-análise. Quer por razões de economia de meios, quer por razões de praticabilidade, quer, *last but not least*, pela necessidade de minimizar quebras intra-sistémicas, há mister cercear os grandes problemas pela raiz, através do recurso a uma figura que, apesar de inicialmente contestada, tem vindo a dar os seus frutos: a Recomendação legislativa. (...)

Direitos concretos

À multiplicidade e multipolaridade das relações sociais corresponde uma multiplicidade e multipolaridade das posições jus-subjectivas do Homem de hoje face aos poderes públicos tradicionais e face aos novos poderes emergentes na sociedade de hoje.

Aos direitos do cidadão abstracto sucedem os direitos do trabalhador, os direitos do consumidor, os direitos do

jovem, os direitos do idoso e toda uma variedade riquíssima que só na Vida encontra émulo e espelho.

Fruto dessa evolução pode ser observado na formulação constitucional do direito de queixa ao Provedor de Justiça e subsequentes configurações legislativas.

Pensado inicialmente como modo de reacção a acções e omissões dos poderes públicos, restringida seguidamente a sua actividade ao controlo da Administração Pública, o Provedor de Justiça tem-se vindo a libertar, progressivamente, de peias que, objectivamente, não alcançam sentido face ao texto e ao espírito da Constituição. Se esta prevê, em disposição singularmente lata e não isenta de controvérsia, a sua vinculatividade imediata junto de entidades não públicas, em relação a certas áreas normativas, como sejam os direitos, liberdades e garantias (bem como os demais direitos fundamentais que possuam natureza análoga a estes, quer estejam fora quer dentro da Constituição formal), **por que não possibilitar a intervenção do Provedor, mediador por excelência, em zonas de conflito?** O tabu das relações entre particulares, já desaparecido no que toca às questões onde se verifiquem omissões de entidades públicas, deve ser eliminado, de modo mais evidente quando nessas relações um dos particulares surja numa posição de predomínio, v. g. político, social ou económico.

É o caso das relações laborais, tão intrincadas com o tema dos Direitos dos Trabalhadores que aqui nos traz hoje. **Se não compete ao Provedor de Justiça substituir-se aos Tribunais, por que não encarar a possibilidade da sua mediação em situações de desentendimento?** Se se pode desbloquear um impasse através de um simples contacto, de um mero quebra de equívocos, por que não aproveitar uma potencialidade fornecida por este recurso?

Nem se diga estarmos perante uma originalidade no sistema português: a Lei das Cláusulas Contratuais Gerais desde 1985 permite uma intervenção no âmbito do Direito do Consumo, em situações que nem sempre contarão como intervenientes entidades públicas, mesmo num *latissimo sensu*. Por que não permitir uma intervenção semelhante ou análoga no Direito do Trabalho? (...)

Quanto maior e melhor for a intervenção do Provedor, mais se robustecerá o tecido social. E, concomitantemente, mais forte ficará a nossa Democracia, pelo maior e melhor Consenso gerado em torno das instituições livremente escolhidas pelos cidadãos.

A liberdade, o direito e o trabalho

(Excertos da intervenção do Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues. Título, subtítulos e sublinhados da Redacção.)

Foram necessários milhares de anos para que se reconhecesse a liberdade como categoria inerente à dignidade essencial do homem, liberto ou escravo, e para que o trabalho obtivesse reconhecimento político-social.

De resto, não é necessário recuar muito no tempo para assistir, na velha Europa, à passagem de carroças carregadas de crianças de asilos públicos que eram transportadas até aos moinhos industriais e aí se sujeitavam a horários de trabalho de catorze e quinze horas, ou observar, nos campos agrícolas, meninos de quatro e cinco anos a cumprirem penosas jornadas de trabalho.

O Direito interessou-se muito tarde pela situação dos trabalhadores.

Na Inglaterra, a primeira lei reguladora do trabalho infantil surge, em 1819, para limitar o trabalho, na indústria de algodão, a menores de nove anos e sujeitá-los a um horário diário de treze horas e meia, legislação que, não obstante, não passou, durante muito tempo, de letra morta.

Foram os movimentos de «socialização da liberdade» e os novos protagonismos que as revoluções industriais conferiram ao Estado que fizeram aparecer leis que estabeleceram sistemas de protecção do desemprego e na velhice, defenderam a segurança dos trabalhadores, proibiram o trabalho infantil, fixaram salários mínimos e interferiram na liberdade contratual.

E, finalmente, é com o constitucionalismo moderno que definitivamente é concedida aos direitos dos trabalhadores a hierarquia de direitos fundamentais.

Portugal é certamente um dos países em que estes direitos encontram uma mais adequada protecção constitucional. Os direitos à segurança no emprego, de participação na vida da empresa, de liberdade sindical, de participação, através das associações sindicais, na elaboração da legislação do trabalho, na gestão das instituições de segurança social e no controlo de execução dos planos económicos-sociais, o direito à greve e a proibição do *lock-out* traduzem o relevo que a Constituição atribui à função do trabalho na produção de riqueza e na participação da vida política, económica e social.

Se este facto é motivo de comprazimento, ele exige

também uma especial ponderação para que a proclamação de princípios não possa resumir-se a fórmula retórica ou vazia de conteúdo.

Na verdade, nas democracias modernas, a questão dos direitos fundamentais é, cada vez menos, a de verificar o rigor formal dos princípios e, cada vez mais, a de aprofundar as condições de pluralismo para que, de forma o mais possível aberta e transparente, se possa apreciar o modo como os princípios são levados à prática.

Direitos, interesses e compromissos

Numa conjuntura de crise, a dimensão concreta dos direitos está, como a experiência já demonstrou, sujeita a compromissos. Compromissos, por vezes traduzidos em iniciativas de renúncia e de composição de interesses que são respeitáveis como formas de auto-regulação.

Mas estas formas de auto-regulação não excluem a necessidade de acompanhar a evolução das relações laborais para determinar até que ponto a fragilização da situação jurídica dos trabalhadores pode conduzir a situações de sujeição violadoras do equilíbrio das prestações ou de princípios essenciais de justiça social.

Na aproximação a estes problemas impõe-se um uso criterioso da experiência empírica para encontrar um método de análise que não se cole às normas antes desça ao concreto para surpreender e corrigir as desigualdades e as discriminações.

Não é difícil adivinhar que, neste domínio, **o trabalho feminino e o trabalho de menores oferecem um importante terreno de observação.**

Não se desconhece, por outro lado, que, no plano social, **os direitos dos trabalhadores são, por regra, os primeiros a ser atingidos em tempos de crise e que estes tempos são propícios ao aparecimento de poderes de**



facto que apostam na desfiguração das relações laborais, frequentemente com fins especulativos.

O Estado não pode deixar de se preocupar com este tipo de situações e de intervir, com autoridade, sempre que se mostre necessário.

Problemas como os da precariedade do emprego, do trabalho infantil, das condições de higiene, salubridade e segurança no trabalho e do respeito por regimes jurídicos obrigatórios merecem uma particular atenção.

Mas a problemática do trabalho não pode esgotar-se numa perspectiva sectorial de direitos e ignorar o estatuto de cidadania dos trabalhadores. Daí que seja indicada uma abordagem dos direitos que não perca de vista dimensões que, não sendo exclusivas da relação laboral, produzem efeitos duplamente estigmatizantes no mundo do trabalho, pela natureza e gravidade das ofensas e pela fragilidade das vítimas. Entre os variados problemas que poderiam suscitar-se, neste âmbito, recordo o dos atentados abomináveis de degradação da dignidade do trabalhador, e o da emergência de factores que, não raramente, produzem, nas empresas, um ambiente laboral semelhante ao que caracteriza as instituições totais.

O progresso tecnológico aumentou os motivos da nossa preocupação quanto a estes aspectos. Como o Conselho da Europa e as instituições comunitárias já reconheceram, os meios tecnológicos de vigilância e de inspecção que, em muitos lados, estão a ser utilizados no controlo da produtividade podem transformar os trabalhadores em *população cativa*.

Não pode igualmente deixar de repercutir-se nos regimes jurídicos a incidência que as novas tecnologias estão a ter na divisão do trabalho, na estrutura ocupacional e nos novos tipos de emprego.

Finalmente, merece ser examinada a problemática derivada dos processos de produção de massa, em que os trabalhadores executam tarefas fragmentadas e repetitivas que afectam o equilíbrio físico e psicológico, não estimulam a valorização profissional e recuperam as cenas dos «Tempos Modernos» num cenário tecnológico que prometia uma idade de ouro. (...)

Mulheres discriminadas no trabalho

Mulheres discriminadas na sociedade. Mulheres discriminadas no trabalho. Tema de que muito se fala, por vezes com a leviandade que certos meios de informação dão aos problemas, ou ficando-se pelos «clichés» da facilidade, ou pela facilidade de sucessos que afinal são apenas parciais. Os dois textos que o nosso jornal hoje publica, escritos por mulheres profundamente ligadas ao dia-a-dia das mulheres trabalhadoras, não pretendem mais do que falar de alguns aspectos da realidade. O que é muito importante.



Telecomunicações Os números falam por si

A participação das mulheres nas Telecomunicações teve início em 1870, data em que foi emitida uma Portaria que autorizava a admissão de pessoal feminino, como telegrafistas, para o serviço de exploração de Telecomunicações. Após a invenção do telefone, Portugal foi um dos primeiros países da Europa a instalar uma rede telefónica em 1882. Nesta altura as ligações eram manuais e asseguradas por telefonistas, as chamadas «meninas dos telefones»...

As telefonistas eram um grupo profissional constituído, na sua esmagadora maioria, por mulheres. Mulheres que ao longo dos anos se viram confrontadas com o problema da redução de pessoal, como resultado, quer da automatização do serviço telefónico regional e interurbano, quer pela implementação das novas tecnologias.

O processo de automatização da rede telefónica conduziu à redução de 1700 postos de trabalho (na totalidade mulheres), que vieram a ser reconvertidas para serviços administrativos. Mais tarde, com a introdução da informática, voltam a ser confrontadas com a necessidade de serem reconvertidas para novas tarefas, algumas delas já em idade que não lhe permite uma boa adaptação. Assim, estas reconversões conduzem a um processo discriminatório nos acessos, pois exigem muita formação, que nem todas as mulheres estão em condições de receber em igualdade de circunstâncias com os homens.

De facto, sendo evidente a sobrecarga das mulheres com tarefas domésticas e com responsabilidades pela educação dos filhos (a que a maioria dos homens se furta) não se pode esperar que a sua disponibilidade para enfrentar as novas tarefas, exigindo perfis psicológicos completamente diferentes, seja a mesma que em geral os homens possuem. Nestas circunstâncias, a introdução das novas tecnologias numa situação particularmente gravosa para todos, mas mais ainda para as mulheres, em muitos aspectos acentua as desigualdades entre homens e mulheres.

Mas a discriminação das mulheres nas Telecomunicações não fica só por não terem acesso em pé de igualdade com os homens a cargos de direcção e chefia e a todos os grupos profissionais. As mulheres são discriminadas na atribuição de prémios e subsídios, na perda de isenção da taxa do telefone, na atribuição de escalões de vencimento, nas promoções antecipadas; exactamente, porque são elas que na legítima utilização de direitos, que a lei e o Acordo de Empresa lhe conferem, como seja a licença de maternidade, a assistência à família, ao tempo para aleitação, acabam por ser penalizadas.

Mais recentemente, com as chamadas reestruturações, verifica-se:

— a redução drástica de postos de trabalho, os excedentes que é preciso «limpar», através das mais variadas formas, sem critério e com total desumanidade;

— a pressão psicológica e coacção, para rescisões de contrato com indemnizações, que mais não é que despedimento;

— indemnizações em prestações, sendo a 1.ª tranche o total do calculado até Agosto de 1994, de acordo com o vencimento e a partir de Setembro/94, uma avença, uma pensão, não se sabe bem o quê, até aos 60 anos e depois se verá;

— o recurso a Juntas Médicas para fazerem prova de incapacidade total (que, na maior parte, não existe) do(a) trabalhador(a), para continuar a desempenhar trabalho contínuo e útil, mandando-os(as), de imediato, libertarem o posto de trabalho e colocando-os(as) na situação de parte de doente autorizada com todas as consequências inerentes a tal situação;

— a previsão da saída de dois Decretos-Lei, para aqueles que conseguirem resistir recorrerem à reforma antecipada.

É esta a situação concreta da Telecom, que abrange os trabalhadores em geral, é certo, mas que atinge as mulheres em particular, se atendermos que os entrevistados e colocados na situação de excedentes, até agora, na sua maioria são mulheres.

Dois exemplos, apenas como amostragem: — o edifício da Marquês de Tomar, da Telecom, está a funcionar como um verdadeiro depósito de pessoal, constatamos que, em 97 dos chamados excedentes, 54 são mulheres e 43 são homens;

— de 39 fichas de excedentes de quatro locais de trabalho, preenchidas através de reclamações chegadas ao sindicato «SNTCT», 29 são mulheres e 10 são homens.

Se tivermos em conta que na Telecom 35% são mulheres e 65% são homens, os números falam por si.

É evidente que toda esta situação é da responsabilidade dos sucessivos governos da direita, agravada pelo actual governo PSD/Cavaco Silva, que é preciso, que é indispensável e urgente inverter. A resposta é a luta — a luta pelo direito ao trabalho, pelo emprego, pela estabilidade dos postos de trabalho, pela manutenção e defesa dos direitos adquiridos, pelo direito à saúde, por uma política alternativa que venha inverter esta situação.

■ **Antónia Bergano**
Dirigente do SNTCT

Comércio As grandes superfícies

Em termos globais, há um aumento dos investimentos, dos lucros e dos postos de trabalho disponíveis neste sector. Mas importa perguntar: a que preço e com que custo para os trabalhadores? É que esse crescimento é feito à custa dos baixos salários, do trabalho precário, da retirada de regalias, do aumento dos ritmos de trabalho, da individualização das relações laborais, da rescisão de contratos, de reformas antecipadas, da repressão, da discriminação.

Aumentaram os lucros. Aumentou ainda mais a exploração dos trabalhadores.

São bem exemplo disso os «Super» e os «Hiper» mercados, que como cogumelos aparecem por todo o lado, na onda de uma tendência acelerada de penetração de grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros no sector da distribuição, facilitada pelas benesses do Governo PSD/Cavaco que lhes concede isenções fiscais e privilégios no acesso ao crédito.

Aqui, as mulheres assumem cada vez maior importância, até porque constituem a maioria dos trabalhadores (mais de 70% nas grandes superfícies comerciais, mais de 40% dos cerca de 330 mil trabalhadores por conta de outrem), no global do Comércio e serviços (dado da MESS referentes a 1992). Mas são também, enquanto trabalhadoras, as mais atingidas não só pelas discriminações — no salário, na carreira profissional (onde continuam a ser preteridas no acesso aos postos de chefia), no menor número de oportunidades de formação profissional — mas também pela instabilidade, mobilidade, precariedade e clandestinização do emprego; pelos longos e flexíveis horários de trabalho (flexibilização imposta arbitrariamente pela entidade patronal, em completo desrespeito pela legalidade).

Neste país, em que vigoram princípios constitucionais e legais de protecção da maternidade, engravidar e ter um filho, quando se é uma trabalhadora contratada a termo, significa não ver renovado o contrato de trabalho — o mesmo é dizer, o despedimento, o desemprego.

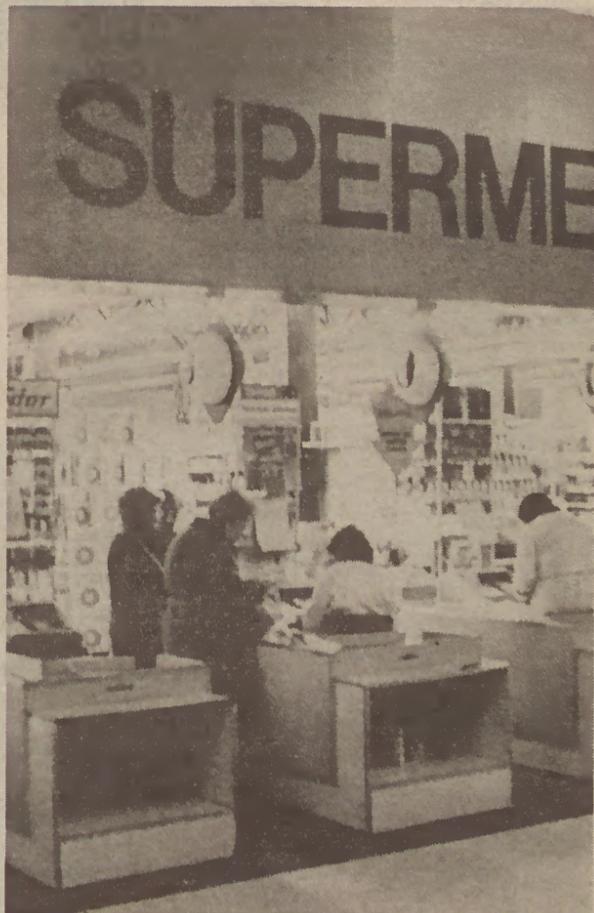
Pior ainda — se é possível dizê-lo: a trabalhadoras com vínculo laboral efectivo que utilizam os direitos que aquelas leis conferem são confrontadas, na maior parte das vezes, com dificuldades acrescidas na progressão na carreira profissional, e com cortes de subsídios (como subsídio de refeição durante a licença de maternidade), de prémios de assiduidade, de produtividade, etc.

Os horários de trabalho são outro problema muito sentido pelos trabalhadores do Comércio, e muito particularmente pelas mulheres. É que, apesar de já se ter conquistado a redução de horário para 42 horas semanais, muitas empresas não aplicam essa redução, encontrando-se muitos milhares de trabalhadores a praticar horários de 44 horas semanais ou mesmo mais.

A agravar esta situação, a perda de horas e horas nos transportes, à ida e à vinda do emprego.

Estes são traços da face real da política do Governo PSD. É esta realidade que torna indispensável a luta dos trabalhadores e a participação das mulheres nessa luta — contra esta política, contra este Governo, por melhores salários, pelo emprego, pela segurança social, pela defesa dos direitos conquistados também à custa de muitas e muitas lutas dos trabalhadores do sector. Pela igualdade dos direitos e da participação das mulheres na vida económica, social, política e cultural.

■ **Maria Emília Marques**
Dirigente do Sindicato
dos Trabalhadores do Comércio



Kabul (*)

■ Pablo de la Higuera

“Está? Bom dia! É o Izetbegović?”
 “O próprio... Ah, mas estou a reconhecê-lo, meu caro amigo!”
 “O próprio, daqui também. Como vai isso?”
 “Pf! Sempre o raio desse embargo sobre as armas...”
 “Tá a gozar? As armas passam como um postal debaixo da porta! O único embargo que funciona é o que faz morrer de fome a população de Belgrado...”
 “Pois, já se sabe, mas é preciso dizer, no entanto...”
 “Há uma data de coisas que não se devem dizer, aliás não se dizem. Imagine só que se desatava a explicar que os 80 soldados da ONU mortos, geralmente não foram os Sérvios que os mataram...”
 “De facto ia ser uma surpresa irritante... Tudjman conta com a sua discricção. E eu também...”
 “Pode contar. Aguentem firme! Vocês são os gloriosos resistentes! Madrid-Kabul-Sarajevo, a mesma luta!”
 “Hum, pois... Ainda que, quanto a essa história da

guerra de Espanha, isso é um bocado forte... Não sei se os comunistas sérvios que se alistaram nas Brigadas Internacionais contra o Franco vão apreciar...”

“Não há problema: foram aniquilados pouco antes da batalha do Ebro... De resto, nós somos os *média*-donos da situação, pode contar-se o que se quiser! Viva a info-Golfo! Timisoara sempre!”

“Mesmo assim... É preciso ter cuidado com essa história de ‘nós, os resistentes’ e os ‘Sérvios, os hitlerianos’, receio que isso se volte...”

“Não há perigo. ‘Tou-lhe a dizer que a gente controla a coisa!’”

“Pois... mas às vezes há pequenas coisas, recordaçõeszinhas que passam... Por exemplo, contaram-me que, no outro dia, quando difundiram em França a emissão ‘História Paralela’, viu-se o Himmler, o famoso chefe da Gestapo, passar fraternamente

em revista uma divisão de voluntários muçulmanos aqui do sítio...”

“Pf! Isso foi no programa Arte...”

“Claro... Mas se se faz a relação com um artigo que apareceu ao mesmo tempo num jornal europeu em que um escritor recordava os cestos cheios de olhos de cidadãos sérvios, de que falava Curzio Malaparte nas suas crónicas...”

“Niquices!”

“Talvez... Mas está na hora de acabar com isso. É cada vez mais difícil pra mim manter os reféns...”

“Quais reféns?”

“Perdão, eu queria dizer a população de Sarajevo. Uma parte da Bósnia já se libertou...”

“Então, então! Deixe lá, não se vá abaixo! Continue a assinar papéis de paz. Depois, no último momento, exija mais territórios. É assim que funciona!”

“Bem, bem...”

“É a primeira vez na história das guerras que o vencedor larga no dia seguinte o que conquistou na véspera. Aproveite!”

“É que já me cansam estas tréguas todas que me obrigam a assinar...”

“Não t’incomodes, continua a assinar. Depois violas, como no Natal, e pronto! Nós cá nos encarregamos de baralhar o jogo e de explicar que as tréguas foram violadas por toda a gente...”

“Mas com vocês estamos nas tintas, meu velho! Do que se trata, desde o princípio é: 1) escavar a Jugoslávia; 2) escavar os sérvios. Como os nazis.”

(*) Crónica de Pablo de la Higuera, em “Révolution” - nº 724, de 13 de Janeiro de 1994. Em *Post-Scriptum*, o autor desculpa-se da sua “parcialidade”. Recordando, no entanto, que ela é tão pouca, em comparação com as versões abundantes da outra parcialidade...



EM DESTACÁVEL
QUADROS DA HISTÓRIA
DE PORTUGAL

Um ano de lutas decisivas

O Militante

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

Êxito do PCP
e da CDU

ABERTURA
UM ANO DE LUTAS DECISIVAS

O MILITANTE
Um novo ano
Uma maior difusão da imprensa do Partido

ORGANIZAÇÃO
FORTALECER A ORGANIZAÇÃO

SINDICAL
AINDA O (DES)ACORDO SOCIAL

25 DE ABRIL
O VIGÉSIMO ANIVERSÁRIO
DO 25 DE ABRIL
Os militares e o 25 de Abril
Os jovens e o 25 de Abril
20 anos após o 25 de Abril

NOTAS E COMENTÁRIOS
Sairam os mais “imaginativos”
Massacres... e direitos humanos
“Elogios” comprometedores
Para onde voam os milhões...
A crise estudantil
Táctica e estratégia

PCP saúda congressos da Refundação Comunista (Itália) e do Partido Comunista Francês

Realizou-se em Itália, no passado fim-de-semana, o 2º Congresso do Partido da Refundação Comunista, e decorre durante esta semana, o 28º Congresso do Partido Comunista Francês. A ambos os partidos, o Comité Central do PCP enviou as saudações que a seguir publicamos na íntegra.

Ao 28.º Congresso do Partido Comunista Francês

Queridos Camaradas:

Enviamos as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses aos delegados do 28º Congresso do Partido Comunista Francês e, por vosso intermédio, a todos os comunistas franceses que, defendendo os interesses vitais dos trabalhadores e do povo de França, se encontram corajosamente nas primeiras filas da resistência e da luta popular contra a política de direita do governo Balladur. O PCF tem um rico património histórico de combates libertadores e tradições revolucionárias. Fazemos sinceros votos para que o vosso 28º Congresso contribua para o reforço do PCF e do papel indispensável dos comunistas na luta dos trabalhadores e do povo francês pela democracia, progresso social e o socialismo.

Em Portugal, a política de direita do governo do PSD no poder, perseguindo o objectivo central de reconstituição e restauração do capital monopolista e em servil sujeição aos critérios de Maastricht e aos interesses das transnacionais, está provocando uma profunda deterioração da situação económica e social, o alastramento da corrupção, a degradação do regime democrático, sérias ameaças à independência nacional. Tal política suscita um crescente descontentamento traduzido em grandes lutas de massas dos trabalhadores da indústria, dos serviços e função pública, da intelectualidade, dos agricultores, da juventude estudantil, de outros vários sectores da população. A recente rejeição por todo o movimento sindical do provocatório "pacto social" e a derrota política do PSD nas eleições "autárquicas de Dezembro, são também manifestações da redução da base social e política de apoio do partido do governo, que revela já sinais de fortes abalos. Por isso entendemos que a exigência de uma efectiva alternativa democrática ao governo e à política de direita está já entrando praticamente na ordem do dia.

Profundamente empenhado no desenvolvimento da luta de massas, o PCP luta também em todas as frentes pela criação de condições para essa alternativa democrática, que

em Portugal exige nomeadamente a convergência de comunistas e socialistas. É verdade que a política do Partido Socialista tem coincidido em aspectos essenciais com a política de direita e que na sua direcção ainda prevalece o objectivo de forçar uma artificial bipolarização. Entretanto, a demonstração prática da profunda implantação do PCP na sociedade portuguesa, a recente consolidação das importantes posições do nosso partido no poder autárquico, a vitalidade da iniciativa comunista nas mais diversos domínios da vida nacional, confirmam o PCP como uma força indispensável e insubstituível para uma alternativa democrática. Afirmando convictamente as suas propostas políticas, o PCP continuará sempre a agir pelo mais amplo entendimento e cooperação democrática para derrotar a ruína política de direita e tornar possível a necessária alternativa democrática em Portugal.

O desenvolvimento da actual situação internacional - particularmente complexa, contraditória e instável, ainda marcada pela desagregação da URSS e o colapso dos outros regimes socialistas na Europa Oriental, tal como pela manifestação mundial da profunda crise do sistema do capitalismo - evidencia na nossa opinião duas tendências especialmente relevantes. Por um lado, uma brutal ofensiva do imperialismo visando liquidar direitos e conquistas históricas dos trabalhadores e dos povos e impor uma "nova ordem" hegemónica pelos EUA, estendendo a todo o mundo o sistema de exploração e opressão do grande capital transnacional. Por outro lado, o crescimento da resistência e da luta dos trabalhadores e dos povos, particularmente evidente em amplas acções da classe operária, da juventude, de outras classes e camadas da população, em todos os continentes e designadamente na Europa, incluindo os nossos dois países.

Sem dúvida que a situação encerra perigos inquietantes ligados à política militarista e intervencionista do imperialismo (de que a recente cimeira da NATO é mais uma expressão) e ao crescimento de forças racistas, fundamen-

talistas e de extrema-direita. Contra tais perigos é urgente promover e ampliar acções comuns ou convergentes de todas as forças democráticas, progressistas, pacíficas e de libertação nacional, tanto à escala mundial como no plano europeu. Ao mesmo tempo, as cada vez mais intoleráveis contradições e limites do capitalismo, que o tornam incapaz de dar resposta aos graves problemas que neste limiar do século XXI defrontam a Humanidade, colocam como exigência objectiva a recuperação e reforço dos Partidos Comunistas no mundo e o relançamento entre as massas, criadoras da História, do poder de atracção mobilizador dos generosos ideais e objectivos libertadores dos comunistas.

Na nossa opinião, a necessidade da mais larga cooperação das forças de esquerda e progressistas, da mais ampla mobilização popular e seu protagonismo, não só não contradiz mas necessita da afirmação autónoma do projecto dos comunistas e do reforço da sua cooperação internacionalista. Foi com esta profunda convicção que no nosso 14º Congresso reafirmámos (renovando-a de acordo com as novas exigências da vida e as lições da experiência) a identidade comunista do PCP, que para nós tem como componentes inseparáveis a sua natureza de classe como partido dos trabalhadores, a sua teoria revolucionária criadora, os seus princípios orgânicos que asseguram a profunda democracia interna e a unidade, o seu patriotismo e internacionalismo e o seu objectivo de alcançar uma sociedade socialista.

Queridos camaradas,

Renovando os votos de sucesso ao 28º Congresso do PCF e à luta dos comunistas franceses, congratulamo-nos com os tradicionais laços de amizade fraternal entre os comunistas franceses e portugueses e reafirmamos o nosso empenho em prosseguir e desenvolver as relações de solidariedade e cooperação entre o PCP e o PCF, no interesse dos trabalhadores e dos povos dos nossos dois países.

Janeiro de 1994

O Comité Central do Partido Comunista Português

Ao Comité Político Nacional do Partido da Refundação Comunista

Queridos camaradas,

É com a maior atenção e interesse e guiados por sentimentos de fraternal solidariedade internacionalista que em Portugal acompanhamos a actividade dos comunistas italianos pela refundação do seu Partido e a sua corajosa luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo italiano, pela democracia, pelo progresso social, a paz e o socialismo. Para os comunistas portugueses é motivo de profunda satisfação e estímulo para a sua própria luta verificar que o Partido da Refundação Comunista - herdeiro das melhores tradições combativas e revolucionárias do PCI e do movimento operário italiano - tem alcançado grandes sucessos na sua acção e se afirmou já como uma força política nacional necessária aos trabalhadores e indispensável, no imediato, para uma saída democrática e progressista para a profunda crise em que a classe dirigente mergulhou a Itália.

Conscientes da grande importância do vosso 2º Congresso para o fortalecimento do PRC e do seu papel na vida italiana, pedimo-vos para transmitir a todos os seus delegados, a todos os comunistas italianos, as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses e os votos dos melhores sucessos.

No plano internacional vivemos uma situação ainda profundamente marcada pelas consequências do desaparecimento da URSS e do socialismo como sistema mundial, em que avulta a brutal ofensiva do imperialismo visando arrebatrar conquistas e direitos históricos dos trabalhadores e dos povos e impor ao mundo uma "nova ordem" tutelada pelos EUA ao serviço do grande capital transnacional. Mas, simultaneamente, uma situação marcada pelo crise profunda do capitalismo e pela evidência da sua incapacidade para supe-

rar as contradições do sistema e resolver os problemas da humanidade. Uma situação que apresenta traços inquietantes que tornam particularmente necessária e urgente a cooperação de todas as forças democráticas e progressistas - nomeadamente para o desenvolvimento da luta contra a Europa dos monopólios e das grandes potências consagrada no Tratado de Maastricht, contra o racismo e o fascismo, de solidariedade com os povos vítimas das ingerências e agressões do imperialismo. Mas uma situação que encerra também reais possibilidades para a recuperação e reforço do papel dos comunistas no mundo e para o relançamento entre as massas do poder de atracção mobilizador do seu ideal libertador. Na opinião do PCP a cooperação das forças de esquerda não só não é contraditória como necessita da afirmação autónoma do projecto dos comunistas e do reforço da sua cooperação internacionalista.

Em Portugal, o problema de uma alternativa democrática ao governo e à política actuais entrou praticamente na ordem do dia. A política do governo de direita do PSD, orientada para a reconstituição e restauração do capital monopolista e de servil sujeição aos critérios de Maastricht, está a provocar uma grave deterioração da situação económica e social e encerra grandes perigos para a democracia e a independência nacional. Uma tal política não podia deixar de provocar profundo descontentamento popular. Nos últimos tempos têm tido lugar grandes lutas populares - dos trabalhadores da indústria e sectores dos serviços, dos intelectuais, dos agricultores, dos trabalhadores da função pública, da juventude estudantil e muitos outros sectores e camadas da população. Essas lutas têm abalado fortemente o governo de direita e o seu partido. A firme rejeição pelo movimento sin-

dical do provocatório "pacto social" proposto pelo governo e pelo patronato revestem-se de grande significado político.

Profundamente empenhado no desenvolvimento do movimento popular de massas, o PCP luta pela construção de uma alternativa democrática ao actual governo, que exige a convergência de comunistas e socialistas. É certo que a política do Partido Socialista tem coincidido em aspectos essenciais com a política da direita, continua a visar uma artificial bipolarização da vida política, a alimentar pretensões hegemónicas e mesmo, contra a evidência dos factos, a jogar no "esvaziamento do PCP". Entretanto as eleições para as autarquias locais em Dezembro último, reafirmando as sólidas posições do nosso Partido, confirmam que a convergência do PS com o PCP é indispensável para uma real alternativa democrática. Afirmando com convicção a sua própria identidade comunista e apresentando às massas as suas próprias propostas políticas e o seu Programa, o PCP continuará a agir pelo mais amplo entendimento e cooperação democrática para derrotar a ruína política da direita.

Queridos camaradas,

Entre os comunistas portugueses e italianos existem de há muito fortes laços de amizade internacionalista, laços que hoje continuam através das relações entre o PCP e o PRC. Renovando os votos dos melhores sucessos aos trabalhos do vosso Congresso, confirmamos o nosso profundo interesse em desenvolver as relações de fraternal cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois Partidos.

Janeiro de 1994

O Comité Central do Partido Comunista Português

Alar-me no discurso da hierarquia católica

■ Jorge André

Curiosa, mas não inexplicavelmente, a recente «Mensagem de Natal» dirigida pelo cardeal-patriarca de Lisboa aos portugueses foi ignorada, em termos de tratamento mediático, pelos principais órgãos da Comunicação Social. O texto cardinalício parece não ter tido um acolhimento entusiástico entre os meios católicos mais ligados à economia e à actividade política. O facto pode parecer tanto mais estranho quanto é certo ser notório que na área da Informação é cada vez maior o peso dos «lobbies», das chefias e das dependências de toda a ordem ligadas a estruturas e a interesses controlados por poderosos grupos financeiros de «inspiração cristã».

A abordagem escolhida por D. António Ribeiro beneficiou do efeito surpresa causado pela sua passagem directa aos grandes problemas sociais do nosso povo, às falhas do sistema no poder, ao desastroso panorama da ostentação e da miséria e às tremendas e temíveis perspectivas materialistas originadas em sociedades de consumo incontroláveis para cuja instalação (não o disse o cardeal mas dizemo-lo nós!) a igreja católica institucional tanto contribuiu em nome de um confuso conceito de «liberdade».

Da euforia com que o clero nacional saudou a adesão de Portugal à CEE, já nem sequer se fala. Nota-se, também, que o celebrado conteúdo da fórmula «sociedade de sucesso» dá lugar, cada vez mais, a persistentes e piedosos silêncios dos paços episcopais.

Nas palavras dos bispos portugueses apenas regressam, agora, as angústias que as previsões do futuro próximo despertam e o desconforto causado pela consciência dos erros que a hierarquia cometeu mas que, por razões estratégicas, obstinadamente insiste em ocultar.

o próprio D. António Ribeiro. E como, no parecer da própria Cúria Romana, «a igreja é una, católica e co-responsável», parecerá natural que procuremos noutros lados as coerências que façam aceitar como boas ou, pelo contrário, inviabilizem estas novas posições da igreja portuguesa. Que permitam, pelo menos, concluir se elas são fiáveis ou não.

Vejam, então, algum noticiário dos finais de 1993.

Em Roma, poucas semanas antes do Natal, João Paulo II concedeu uma entrevista largamente divulgada pelas agências

internacionais. Declarou, então, que «no Socialismo há sementes de verdade», afirmação muito destacada pela imprensa. Não arriscou muito, visto que Leão XIII, há mais de cento e vinte anos tinha dito o mesmo. O que, porém, dá à entrevista um certo interesse é que João Paulo II admitiu que o processo comunitário em curso promove o lucro selvagem e o materialismo feroz; e concordou com a afirmação de que é moralmente degradante a transformação operada nas vidas dos países do Leste europeu, após o derrube dos estados socialistas.

No entanto, como sempre, o Papa omitiu as responsabilidades da igreja institucional no processo de recuperação capitalista a que pessoalmente tem vindo a crismar de «recristianização». Esta confusa mistura de conceitos com que a igreja se auto-absolve e olha o «mundo» como se este lhe fosse estranho reflectiu-se, sem dúvida, poucos dias passados, na versão portuguesa da «Mensagem de Natal».

Sensivelmente por esses dias de Novembro e Dezem-

quem manda nas misericórdias vem do governo, da banca, dos grupos empresariais, etc. Não é o saneamento moral, visto ser a própria igreja que incrementa os jogos de azar, como a Lotaria, o Bingo e outras formas de alienação do homem. Nem sequer, se pode dizer que seja a sede de justiça social: veja-se, por exemplo, a situação laboral em que se arrastam os trabalhadores das IPSS ou das empresas directa ou indirectamente ligadas à área social da igreja.

De tudo isto estava consciente D. António Ribeiro quando enviou aos portugueses a sua recente «Mensagem de Natal».

Um conceito abusivo de «família»

A segunda parte da alocução do cardeal-patriarca foi centrada no conceito de «família», tema a que a igreja católica dedicará internacionalmente o ano de 1994.

Dado que não tivemos acesso ao respectivo texto escrito, ser-nos-á impossível transcrever integralmente as diferentes passagens desta «Mensagem de Natal». Mas ouvimos e vimos, atentamente, a peça televisiva do cardeal-patriarca de Lisboa e dela nos ficaram ressaibos que talvez possam merecer alguma atenção.

Segundo nos apercebemos, D. António Ribeiro afirmou em síntese que a família não consiste, simplesmente, no círculo das pessoas com quem vivemos, de quem descendemos ou às quais demos ascendência, daqueles que nos cercam ou a quem nos ligam laços de sangue. Família, a níveis progressivos, são os patrões e os colegas da empresa onde trabalhamos, a população da rua, bairro ou freguesia que habitamos ou o povo que nos viu

nascer e entre o qual nos criámos — seja ele pobre ou rico, governante ou governado, explorador ou explorado.

Neste documento da igreja portuguesa, o que afinal fere as atenções é a decidida ambiguidade da sequência dos temas. Sem dúvida que a denúncia da actual situação social portuguesa merece o aplauso de todos os trabalhadores, católicos ou não. Mas a segunda tese entronca numa ideia de solidariedade interclassista que a nenhum lado conduz.

Como podem pertencer à minha família o patrão que me explora, o senhorio que me «despeja» ou o ministro que se ri de mim? Que paz existirá, algum dia, entre aqueles que nada têm a perder e os que pouco mais acrescentarão ao que roubaram? Como serão meus familiares aqueles que hoje me reduzem à fome, à marginalização e à miséria?

Afinal, para além da sua forma, a «Mensagem de Natal» que a igreja católica dirigiu aos portugueses trouxe menos

de novo do que pode parecer. Lembrou o que é evidente e propôs o que é irreal.

O problema central da igreja católica é, fundamentalmente, de natureza ética. A hierarquia não suporta a ideia de um previsível empobrecimento das suas riquezas e de uma mais que provável quebra da sua influência temporal. Os bispos portugueses, presos a um passado dourado, continuam a tentar os jogos de equilíbrio social nos quadros de um país cujo povo pouco ou nada já tem a perder.

A «Mensagem de Natal» podia ser merecedora de aplauso caso se orientasse, decididamente, em defesa dos humildes, no sentido da tão celebrada «opção preferencial pelos pobres». Assim, tal como a sabedoria dos conselheiros do Patriarcado a concebeu, ficou a meio caminho, não agradou a gregos e a troianos.

Um dia a igreja verá como é mesquinha a luta pelo poder e como foram corajosas e verdadeiras as palavras do Apóstolo: «Ninguém pode servir a dois senhores: porque ou há-de aborrecer um e amar o outro, ou se há-de chegar a um e desprezar o outro. Ninguém pode servir a Deus e à Fortuna» (Lucas, 16.13).

Mas a igreja católica actual tem muito que aprender nos caminhos do Cristianismo...



Os bispos portugueses mostram-se alarmados com o que se passa no mundo. Os outros bispos europeus, também. Neste caso, devemos reconhecê-lo, o seu alarme tem justa razão.

Coerências e incoerências...

As críticas formuladas por D. António Ribeiro virão introduzir, finalmente, uma viragem das orientações sociais da igreja portuguesa, de há tanto esperada por milhares de católicos? Pensamos que nada permite alimentar tão grande optimismo.

De facto, a mensagem quase que nem foi entregue. Não induziu novos dinamismos nos movimentos católicos. O poder mediático da igreja não a aceitou nem a difundiu. A multidão de crentes que vivem o seu processo de retirada da instituição tradicional não a escutaram.

Uma outra leitura que o texto patriarcal sugere orientase para a sua coerência com os acontecimentos que, simultaneamente, se iam verificando no mundo católico. É público e notório que o actual Papa exerce uma espécie de fascínio sobre o episcopado português, nomeadamente sobre

bro estoirava, em Espanha, o escândalo do Banesto — mais um caso a juntar às desonestidades alimentadas pela «Opus Dei» a partir da nação vizinha. Mesmo ao lado, em Itália e quase que simultaneamente, o IOR — Banco do Vaticano, era envolvido na operação «Mãos Limpas». Pelos seus cofres passaram milhões de contos destinados a comprar políticos corruptos. A Cúria limitou-se a afirmar que nada sabia sobre o assunto. O que nos remete, de novo, para a hierarquia portuguesa e para o muito que ela conhece e silêncios.

É em Portugal que fechamos o noticiário.

Os jornais têm falado, insistentemente, no aumento das pressões exercidas por poderosos grupos católicos, tendentes à devolução integral, por parte do Estado, do património tradicional das Misericórdias. São milhões e milhões de contos que estão em jogo. «O processo está em curso» — refere com optimismo o P. Melícias. — «Só falta acertar as condições da devolução.»

Que faz correr a igreja na área da saúde pública? Não é o negócio pelo negócio, visto que também a igreja já está implantada no sector das clínicas privadas, a fonte principal dos grandes lucros. Não é a separação de poderes numa zona de tão grande interesse para as populações:

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

Duas vezes

Era uma vez um português igual, igualzinho a tantos portugueses deste cantinho só que no dia que enfria batia os dentes duas vezes.

— Duas vezes? — alguém perguntou. — Que arrepio, meu caro, te consome?

— Duas vezes. Ora bem: uma vez de frio outra vez de fome...

Responsabilidade

O Freire foi condenado. A mão pesada pesou só que passou muito ao lado da mão que o Freire mandou.

Queriam penar a Beleza mas a tal diria assim: — Pena está certa se pesa em quem me mandou a mim.

Estamos fartos de saber quem os cordelinhos usa e assim todos estão a ver a quem é que o dedo acusa...

Não. Não. Não

Se o dinheiro quer mandar a Igreja não se pode calar.

Se de gritos se enche o ar a Igreja não se pode calar.

Se é uma anedota o verbo amar a Igreja não se pode calar.

Se a ordem é para explorar a Igreja não se pode calar.

Se os domingos são para acabar a Igreja não se pode calar.

Se tudo é desempregar a Igreja não se pode calar.

— Mais uma força a bloquear (Cavaco diz, a transpirar).

Mas a Igreja não se pode colar. A Igreja não se pode calar.

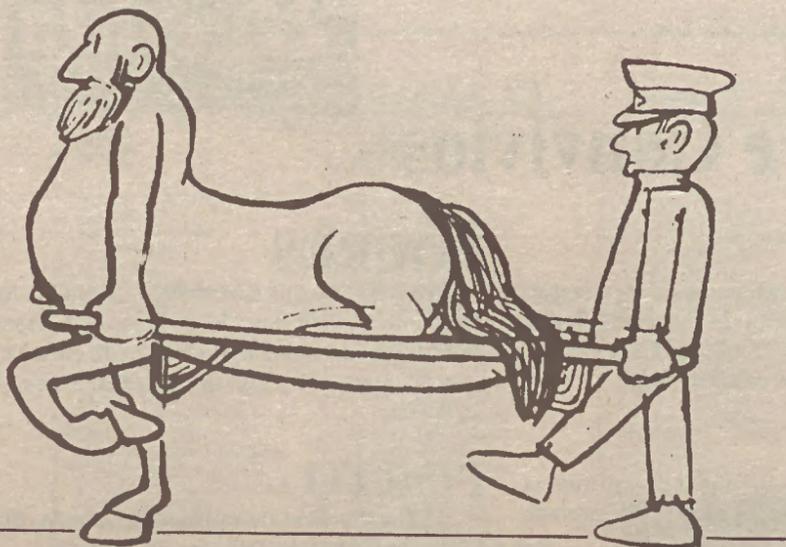
Casamentos

Havia para aí uns certos vícios de alguns chicos-espertos que eu cá sei. Até por causa do desporto-rei já não há mais casamentos fictícios.

Se eu em soneto esta importância dei ao caso, é só porque ele é indício de que não pode já nenhum ofício para seu benefício usar a lei.

Ah, tivesse eu a convicção segura de nunca mais haver contranatura casamentos de interesses desiguais!

Mas já no Parlamento se adivinha um casamento de raiz daninha que é divórcio do povo, e nada mais.



Semelhanças

Ou eu, ou o caos. Esta parece ser a convicção profunda de Cavaco Silva, que andou por terras de Espanha a confessar aos *nuestros hermanos* que não será primeiro-ministro sem maioria absoluta.

De visita ao país vizinho para ser distinguido pela Real Academia das Ciências Morais e Políticas, Cavaco Silva declarou, em entrevista ao "ABC": "não aceitaria continuar como primeiro-ministro sem uma maioria absoluta no Parlamento, porque considero que Portugal não estaria em condições de responder aos desafios a que deve fazer frente". Na mesma entrevista, o dirigente do PSD afirma ainda que a sua "convicção sincera é de que o PSD

Vontades

"O PSD tem vontade de que o segundo mandato do Presidente da República termine com a dignidade que é inerente ao próprio cargo", disse há dias o porta-voz do conselho nacional do PSD, Nunes Liberato.

Ainda bem. Com as recentes tomadas de posição de outros dirigentes social-democratas, como é o caso de Duarte Lima, chegou-se a pensar que o que o PSD queria era acabar com o cargo de PR, pelo menos até lá conseguir colocar alguém da sua máxima confiança.

Falta agora explicar o que se entende por "dignidade". Sempre tendo em conta o que diversos membros do PSD andam por aí a dizer sobre as competências

Ousadias

O ministro Valente de Oliveira, que com toda a dignidade participou na tomada de posse da direcção do Núcleo Empresarial de Vila Real, no passado domingo, afirmou que os portugueses dispõem de pouco tempo (até ao ano 2000) para "se tornarem diferentes, menos tímidos e mais ousados para ganharem o futuro". Está descoberto o remédio, a mezinha, a chave que há-de abrir ao país as portas da modernidade. Nós para aqui a pensarmos que os problemas nacionais eram o desemprego, a miséria, o atraso industrial, a dependência externa, etc., etc., e afinal não é nada disso. Somos é tímidos. Uma ida ao psicólogo e zás, o futuro está no papo. Continuamos pobrezinhos, mas deixamos de nos ralar.

Em família

"Tem sido preocupação dos meus governos melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos portugueses e das suas famílias", disse há dias Cavaco Silva na cerimónia de lançamento do Ano Internacional da Família. Parece piada, mas não é. Tais afirmações, na véspera de greves que mobilizaram milhares de famílias portuguesas, e quando Portugal - segundo números oficiais do organismo estatístico da União Europeia - se mantém na cauda da Europa em termos de produto interno bruto por habitante, chegam a ser uma ofensa. A lembrar que, nestas coisas de famílias, cada um tem a sua, e embora todas sejam iguais, umas são mais iguais do que outras. Cavaco Silva a falar da família ou em 'conversas em família' como no tempo de Marcelo Caetano?

EXTRA!
ULTIMA HORA!
UM HOMEM ASSASSINADO
ENQUANTO COMPRAVA O JORNAL



reúne todas as condições para voltar a ganhar as legislativas de 1995 com maioria absoluta". Duplamente convencido, Cavaco Silva apresenta cada vez mais pontos comuns com o único português galardoado antes dele com idêntica distinção espanhola. Por acaso, Oliveira Salazar.

presidenciais, há quem desconfie que cortar fitas e distribuir medalhas são funções no top da lista de dignas preferências do partido de Cavaco.



frases da Semana

"Assim... se vê... a força da Ugêê!"

☞ (slogan, manifestação da UGT, Lisboa - 21.01.94)

"O "European" classificou-me mal, mas é um jornal de pequena tiragem e prestígio relativo."

☞ (João de Deus Pinheiro - «Diabo», 25.01.94)

"Fernando Nogueira não é o único sucessor de Cavaco."

☞ (idem)

"Falar da sucessão de Cavaco pode ser mau agouro."

☞ (António Capucho - «O Diabo», 25.01.94)

"Sou um homem do socialismo científico, do tipo Mário Soares. Defendo também o eurocomunismo, à boa maneira de Berlinguer."

☞ (Alfredo Costa, meditando sobre as razões que o terão levado a candidatar-se pelo PSD à Junta de Freguesia de Nandufe - «Público», 20.01.94)

"O silêncio da dra. Leonor Beleza deve ser respeitado, o silêncio é o mais adequado à situação."

☞ (Guilherme Silva, deputado do PSD - «Público», 22.01.94)

"É bom lembrá-lo - porque as pessoas se esquecem - que até hoje, em todo o mundo, só houve sete experiências em que quer a eleição do Chefe de Estado quer a do Parlamento se processava ou processava por sufrágio universal e directo. Desses sete um foi a República de Weimar - que proporcionou a subida de Hitler ao poder (...)."

☞ (Santana Lopes - «O Independente», 21.01.94)

"Na maioria dos países vê-se o federalismo como aproximação aos cidadãos. Só em Portugal se interpreta o federalismo como pondo em causa um Estado soberano."

☞ (Cavaco Silva, na Assembleia da República, 19.01.94)

"Dada a falta de credibilidade que todas as notícias nos merecem, solicitamos que duvidem de tudo o que lêem, e peçam a validação dos cinco por cento de exactidões aos jornalistas do gabinete do senhor primeiro-ministro."

☞ (Diana Andringa, «Descubra os cinco por cento» - «Público», 22.01.94)



Reuniões, Plenários e Convívios

BARREIRO

Verderena - Plenário de militantes da organização de freguesia, com a participação do camarada **Pedro Canário**: sábado, dia 29, às 15.00, no CT da Com. Concelhia. Entrega dos novos cartões 94/95

CASCAIS

S. Domingos de Rana - Plenário de militantes Reformados: hoje, quinta-feira, às 15.00, no Centro de Trabalho de Tires.

Alcabideche - Debate-convívio: discussão da situação decorrente das eleições autárquicas; entrega dos novos cartões 94/95. Domingo, dia 30, a partir das 15.30, com a participação do camarada **Romeu do Rosário**.

S. Domingos de Rana - Almoço-convívio e plenário de militantes e activistas da CDU para balanço das eleições autárquicas, com a participação do camarada **Carlos Rabaçal**. Entrega dos cartões do Partido 94/95. Domingo, 30, a partir das 13.00, no CT de Tires.

LISBOA

Reunião da célula do **Crédito Predial Português** e dos secretariados de células do **BPSM** e do **BTA**: hoje, quinta-feira, às 17.30, no CT Vitória.

Plenário do sector de **Serviços**, com a participação do camarada **Jerónimo de Sousa**: hoje, quinta-feira, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

Plenário da organização da freguesia de **Arroios**: debate sobre a situação política e autárquica, entrega dos novos cartões 94/95. Sexta-feira, dia 28, às 21.30, no CT de Arroios.

Reunião do OD do sector de **Serviços**: terça-feira, dia 1, às 19.30, no CT da Av. Duque de Loulé.

LOURES

Sto António dos Cavaleiros - Almoço-convívio, domingo, a partir das 13.00, na sede da Associação de Moradores, com a participação do camarada **Gouveia Monteiro**. Entrega dos novos cartões do Partido 94/95.

PORTO

JCP - Plenário de militantes: sábado, dia 29, às 15.00, no Centro de Trabalho da Boavista.

SETÚBAL

Plenário de militantes da organização concelhia de Setúbal, com a participação do camarada **Manuel Sobral**, para discussão da situação política, resultados eleitorais e tarefas do Partido: sábado, dia 29, a partir das 15.00, no Centro de Trabalho do Edifício Arrábida.

SINTRA

Belas - Plenário de militantes da freguesia para apreciação da situação autárquica na freguesia e situação política e entrega dos novos cartões 94/95, com a participação do camarada **António Cordeiro**: sexta-feira, dia 28, às 21.30, no Salão Polivalente da Junta de Freguesia.

V. FRANCA DE XIRA

Vialonga - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Joaquim Judas**: sexta-feira, dia 28, às 21.30, no Centro de Trabalho de Vialonga.



Encontro de Quadros da

ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA

O.T.:

Linhas de intervenção do Partido junto dos trabalhadores e das várias camadas da população e as batalhas políticas de 1994

Sábado, dia 29 de Janeiro
das 10 às 18 h

Hotel Altis (Sala Europa)

Com **Carlos Carvalhas**

SETÚBAL

**Plenário distrital de militantes
do PCP**

no Sector da Função Pública

com a participação do camarada

Domingos Abrantes

Sábado, dia 29, às 15h
no Centro de Trabalho da DORS
(Edifício Arrábida)

BRAGA

Sábado, 29
4ª Assembleia
do Sector Metalúrgico
do Distrito de Braga

A partir das 15.30,
no Estúdio Galécia,
em Maximinos

Jantar-convívio
às 19.30,
na Cantina do CCD
dos trabalhadores da Segurança Social
(R. de S. Marcos)
Com a participação do camarada

ÁLVARO CUNHAL

Campanha de assinaturas do «Avante!»

O interesse que se tem colocado na promoção de assinaturas do «Avante!» tornou-se agora uma questão urgente que exige uma resposta muito rápida.

O «Avante!» como publicação periódica beneficiava de uma taxa de porte especial.

Este estatuto foi-lhe retirado com a alegação de que é um jornal partidário, o que triplica o custo do seu envio pelo correio e inviabiliza o presente sistema de assinaturas.

Há, no entanto, uma outra modalidade de expedição suportável (só para o Continente e Regiões Autónomas), mas que exige um *mínimo de mil assinaturas*.

Este número torna-se assim o objectivo de uma campanha de promoção de assinaturas do «Avante!» que deve estar concluída o mais rapidamente possível.

É para o sucesso desta campanha que vimos apelar, seguros do seu importante alcance político e partidário.

Tabela de Assinaturas

Portugal	50 números: 6750\$00
	25 números: 3487\$50

Ficha de assinatura do «Avante!»

A preencher pelo assinante:

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Junto envio o cheque/vale do correio nº _____, sobre o banco/Estação de correio _____, dirigido a Editorial «Avante!», Av. Almirante Reis, 90-7º A, 1100 Lisboa, no valor de _____ \$ _____.

A preencher pelo angariador:

Nome (individual ou organização) _____

Morada _____

Localidade _____ Código Postal _____

Comemorações do aniversário da Revolução Cubana

Debate, jantar-convívio, música cubana
Casa do Alentejo, 5 de Fevereiro

Informações das 14.30 às 19.00 horas na Associação
Portugal-Cuba, Rua Rodrigo da Fonseca, 107,
r/c, esq., Lisboa — Telefone 65 73 05

Televisão

Quinta, 27

- 08.00 Bom Dia
 - 09.15 Rua Sésamo
 - 09.35 Os Anos Dourados
 - 10.00 Pela Manhã
 - 11.30 Culinária
 - 12.05 O Sexo dos Anjos
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.35 Vizinhos
 - 14.00 Ponto por Ponto
 - 14.30 Paisagem na Bruma
- (ver «Filmes na TV»)



Luísa Cruz, José Alrosa e Carlos Freixo na peça «Fé, Esperança e Caridade», de Horvath: Segunda-feira, às 23.00, na TV2

- 16.30 O Bar do Jack
 - 17.25 Marina, Marina
 - 18.00 Caderno Diário
 - 18.15 Isto é Magia
 - 18.45 Com a Verdade
 - M'Enganas
 - 19.20 Verão Quente
 - 20.00 Telejornal
 - 20.30 RTP - Financal Times
 - 20.45 Mandala
 - 21.45 Isto... Só Vídeo!
 - 22.20 Raios e Coriscos
 - 23.20 2000 Malibu Road
 - 00.10 24 Horas
 - 00.50 Paixão Diabólica
- (ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 Forças Especiais
- 14.15 Sem Legendas
- 15.10 Força Bruta
- 16.00 Pé Grande e os Amigos
- 16.30 O Treinador
- 16.55 Infantil
- 17.40 Os Jovens Cowboys
- 18.30 Um, Dó, Li, Tá
- 19.30 O Assassino
- 20.25 Sem Limites
- 20.55 Desporto - Basquetebol
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.10 Você é Excepcional
- 00.10 Remate
- 00.20 Deus nos Acuda
- 01.15 Magazine "Ecologia/Ciência"

- 16.30 Notícias
- 16.40 Assuntos de Família
- 17.10 Sassá Mutema
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.40 Minas e Armadilhas
- 22.20 Casos de Polícia
- 23.20 Escândalos de Hollywood
- 23.55 Último Jornal
- 00.20 Os Donos da Bola
- 00.30 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.35 Animação
- 13.05 A Amiga Olga
- 13.35 Topázio
- 14.20 Meteorologia
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.25 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Estrela
- 18.55 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Animação
- 21.10 Califórnia Dreams
- 21.40 Telemotor
- 22.10 Artur Alabarran
- 01.00 Ponto Final
- 01.15 Hunter

Sexta, 28

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 A Escola Assombrada
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 14.30 Um Eléctrico Chamado Desejo

- (ver «Filmes na TV»)
 - 16.30 O Bar do Jack
 - 18.00 Caderno Diário
 - 18.10 Isto é Magia
 - 18.40 Com a Verdade
 - M'Enganas
 - 19.20 Verão Quente
 - 20.00 Telejornal
 - 20.45 Mandala
 - 22.25 Os Simpsons
 - 22.50 O Sucesso do Meu Segredo
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 00.25 24 Horas
 - 01.05 O Estranho Dr. Petiot
- (ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Infantil
 - 12.55 O Apelo da Montanha
 - 13.45 Competições Fantásticas
 - 14.20 Sem Legendas
 - 15.10 Vida Animal
 - 16.00 Pé Grande e os Amigos
 - 16.30 O Treinador
 - 16.55 Infantil
 - 18.00 Os Jovens Cowboys
 - 18.50 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.50 Outras Margens
 - 20.20 Quem Fala Assim...
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.00 Financal Times
 - 22.10 Deus nos Acuda
 - 23.00 Remate
 - 23.10 Casa Comum
 - 00.10 O Olho do Diabo
- (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
 - 16.40 Assuntos de Família
 - 17.10 Sassá Mutema
 - 18.00 Notícias
 - 18.10 O Resto é Conversa
 - 19.05 Praça Pública
 - 19.30 Notícias
 - 19.45 Renascer
 - 20.45 Jornal da Noite
 - 21.40 Rugrats
 - 22.10 Chuva de Estrelas
 - 23.10 Na Cama Com...
 - 00.20 Último Jornal
 - 00.45 Os Donos da Bola
 - 00.55 Playboy
 - 01.45 A Última Reportagem
- (ver «Filmes na TV»)

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
 - 12.00 A Casa do Tio Carlos
 - 12.35 Animação
 - 13.05 A Amiga Olga
 - 13.35 Topázio
 - 14.15 Meteorologia
 - 14.20 Uma Casa na Pradaria
 - 15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
 - 16.30 Lassie
 - 16.55 Animação
 - 17.10 A Casa do Tio Carlos
 - 17.40 Quem Sai aos Seus
 - 18.05 Estrela
 - 19.00 A Amiga Olga
 - 19.30 Informação Quatro
 - 20.05 Califórnia Dreams
 - 20.30 Futebol - Marselha-Mónaco
 - 22.40 Rua Jump, 21
 - 23.30 Ponto Final
 - 23.25 A Nave dos Loucos
- (ver «Filmes na TV»)

Sábado, 29

- 08.00 Programa Infantil e Juvenil
- 11.30 Luta Livre Americana
- 12.30 Isto é Magia
- 13.00 Notícias
- 13.10 Parlamento
- 14.00 Clube Disney
- 15.30 O Fugitivo do Amor
- (ver «Filmes na TV»)
- 17.30 Emoções Fortes
- 18.05 Beverly Hills 90210

- 19.00 Palavra Puxa Palavra
 - 19.45 Totoloto
 - 20.00 Jornal de Sábado
 - 20.35 Despedida de Solteiro
 - 21.25 Parabéns
 - 23.05 Dinastia Strauss
 - 23.55 Risco Mortal
- (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Universidade Aberta
 - 12.00 Winchester 73
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 13.30 Strawbs
 - 14.35 Eerie Indiana
 - 14.55 A Gruta da Rosa Dourada
 - 16.00 TV2 Desporto
 - 22.30 Irmãs
 - 23.20 Sexualidades
 - 23.55 Ariel
- (ver «Filmes na TV»)

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 Classe de 96
- 14.30 Ladrão que Rouba a Ladrão
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Desporto
- 16.30 PS: Amo-te
- 17.10 Biografias
- 18.00 Grandes Planos
- 18.40 Melrose
- 19.30 Notícias
- 19.45 Agosto
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Encontros Imediatos
- 22.10 Sábado Mágico
- 00.15 Último Jornal
- 00.40 Diários Eróticos
- 01.10 Água na Boca
- 02.00 MTV

Ricardão, um dos concorrentes ao «Grande Prémio do Fado RTP». Segunda-feira, à noite

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
 - 11.00 Animação
 - 11.30 Momentos de Glória
 - 13.05 Contra-Ataque
 - 14.35 Animação
 - 15.10 Estrela (compacto)
 - 19.30 Informação Quatro
 - 20.05 Na Mira do Crime
 - 20.55 Duque de Ouros
 - 22.00 Futebol - EUA-Rússia
 - 23.50 Informação
 - 00.10 O Mais Querido das Mulheres
- (ver «Filmes na TV»)

Domingo, 30

- 08.00 Programa Infantil / Juvenil
- 12.30 Sem Limites
- 13.00 Notícias
- 13.10 Top +
- 14.00 Domingo Gordo
- 14.15 Blossom
- 15.30 Uma Recruta Endiabrada
- (ver «Filmes na TV»)
- 19.15 Dinossauros
- 19.45 Joker
- 20.00 Jornal de Domingo
- 20.30 Casa Cheia
- 21.10 Despedida de Solteiro
- 22.50 Os Bonecos da Bola
- 23.20 Detective de Saltos Altos
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.55 Clips e Spots

- 09.00 À Mão de Semear
 - 09.30 Caminhos
 - 10.00 Novos Horizontes
 - 10.30 Sagres
 - 11.00 Missa
 - 12.00 70 x 7
 - 12.30 Forum Musical
 - 13.30 Regiões
 - 14.30 Viagem Filosófica
 - 15.00 TV2 Desporto
 - 22.55 Artes e Letras: «Mirna Loy»
 - 23.45 Z - A Orgia do Poder
- (ver «Filmes na TV»)

- 09.00 Programa Infantil/Juvenil
- 13.15 Portugal Radical
- 13.30 National Geographic
- 14.30 A Bela Napolitana
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.00 Tarzan
- 16.25 O Santo
- 17.10 Que Bem se Está no Campo
- 18.10 Labirinto
- 18.40 Os Imortais
- 19.30 Notícias
- 19.45 Agosto
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 A Fronteira do Perigo
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.20 Conversas Curtas
- 00.10 Último Jornal
- 00.35 Espiões
- 01.05 MTV

- 10.00 A Casa do Tio Carlos
- 11.00 Animação
- 11.30 Quatro Ventos
- 12.00 Vaticano em Directo
- 12.15 Missa
- 13.35 Informação

- 13.40 Rosa Balana
- 14.50 O Tio Carlos
- 16.20 Queridos Inimigos
- 18.00 O Novo Caminho das Estrelas
- 19.00 Um Dia a Casa Cai
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Na Mira do Crime
- 20.50 Duque de Ouros
- 22.00 Momentos de Glória
- 00.15 Informação
- 00.30 Taggart

Segunda, 31

- 08.00 Bom Dia
 - 09.00 Rua Sésamo
 - 09.35 Os Anos Dourados
 - 10.00 Pela Manhã
 - 11.40 Culinária
 - 12.05 O Sexo dos Anjos
 - 13.00 Jornal da Tarde
 - 13.40 Vizinhos
 - 14.00 Ponto por Ponto
 - 14.50 Jaguar
 - (ver «Filmes na TV»)
 - 16.30 O Bar do Jack
 - 17.25 Marina, Marina
 - 18.00 Caderno Diário
 - 18.10 Isto é Magia
 - 18.40 Com a Verdade
 - M'Enganas
 - 19.20 Verão Quente
 - 20.00 Telejornal
 - 20.30 RTP - Financal Times
 - 20.45 Mandala
 - 21.45 Grande Prémio do Fado - 2ª Eliminatória
 - 23.15 Uma Fenda na Muralha
 - 00.05 Querido John
 - 00.30 24 Horas
 - 01.10 Polícia de Choque
- (ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 Sobreviver
- 14.20 Sem Legendas
- 15.15 A Fama no Séc. XX
- 16.05 Pé Grande e os Amigos
- 16.30 O Treinador
- 17.00 Infantil
- 18.00 Os Jovens Cowboys
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 Os Kennedy
- 20.40 Desaparecidos
- 21.30 TV2 Jornal
- 22.00 Financal Times
- 22.10 Deus nos Acuda
- 22.55 Remate
- 23.05 Teatro: «Fé, Esperança e Caridade»
- 00.25 Magazine «Cinema»

- 16.30 Notícias
- 16.40 Assuntos de Família
- 17.10 Sassá Mutema
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 O Meu Tio Solteiro
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.15 Tostões e Milhões
- 23.50 Último Jornal
- 00.15 Os Donos da Bola
- 00.25 Três É Companhia
- 00.55 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.35 Animação
- 13.05 A Amiga Olga
- 13.35 Topázio
- 14.20 Meteorologia
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Estrela
- 18.55 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Animação
- 21.10 Califórnia Dreams
- 21.40 Revolta Escudada
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.50 Ponto Final
- 23.55 Desporto
- 00.35 Forum

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.35 Animação
- 13.05 A Amiga Olga
- 13.35 Topázio
- 14.20 Meteorologia
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Estrela
- 18.55 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Animação
- 21.10 Califórnia Dreams
- 21.40 A Ponte do Rio Kwal
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 Ponto Final
- 00.40 Hunter

Terça, 1

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 14.45 O Clube de Férias
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.15 O Bar do Jack
- 18.10 Isto é Magia
- 18.40 Com a Verdade
- M'Enganas
- 19.20 Verão Quente



«Um Século de Dança» em nova série na TV2: a partir de quarta-feira, às 15.30



Histórias patúscas na programação infantil de todos os canais

- 20.00 Telejornal
 - 20.35 RTP-Financal Times
 - 20.45 Mandala
 - 21.45 Os Inocentes
 - 22.15 Nico d'Obra
 - 22.45 Lace
 - 23.35 De Caras
 - 00.35 24 Horas
 - 01.15 A Sombra de Emma
- (ver «Filmes na TV»)

- 12.00 Infantil
 - 12.55 O Apelo da Montanha
 - 13.45 O Cérebro, Um Universo Misterioso
 - 14.20 Sem Legendas
 - 15.15 Para Além do Ano 2000
 - 16.05 Pé Grande e os Amigos
 - 16.30 O Treinador
 - 17.00 Infantil
 - 18.00 Os Jovens Cowboys
 - 18.50 Um, Dó, Li, Tá
 - 19.45 Rotações
 - 20.45 Magazine «Viver Saúde»
 - 21.30 TV2 Jornal
 - 22.00 Financal Times
 - 22.10 Deus nos Acuda
 - 23.00 Remate
 - 23.10 O Grupo «Delfins» em Alvalade
 - 00.40 Zelig
- (ver «Filmes na TV»)

- 16.30 Notícias
- 16.40 Assuntos de Família
- 17.10 Sassá Mutema
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.30 Ora Bolas, Marina
- 22.00 A Brincar, a Brincar
- 22.30 Terça à Noite
- 23.50 Amor e Guerra
- 00.20 A Bolsa e a Vida
- 00.25 Último Jornal
- 00.50 Os Donos da Bola
- 01.10 Internacional Sic
- 01.40 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.35 Animação
- 13.05 A Amiga Olga
- 13.35 Topázio
- 14.20 Meteorologia
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Estrela
- 18.55 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Animação
- 21.10 Califórnia Dreams
- 21.40 A Ponte do Rio Kwal
- (ver «Filmes na TV»)
- 23.25 Ponto Final
- 00.40 Hunter

Quarta, 2

- 08.00 Bom Dia
- 09.10 Rua Sésamo
- 09.35 Os Anos Dourados
- 10.00 Pela Manhã
- 11.40 Culinária
- 12.05 O Sexo dos Anjos
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.35 Vizinhos
- 14.00 Ponto por Ponto
- 14.50 Uma História de Guerra
- (ver «Filmes na TV»)
- 16.30 O Bar do Jack
- 17.25 Marina, Marina
- 18.00 Caderno Diário
- 18.10 Isto é Magia
- 18.40 Com a Verdade

- M'Enganas
- 19.20 Verão Quente
- 20.00 Telejornal
- 20.35 RTP-Financal Times
- 20.40 Vamos Jogar no Totobola
- 21.00 Mandala
- 21.50 Sozinhos em Casa
- 22.25 007 - Vive e Deixa Morrer
- (ver «Filmes na TV»)
- 00.25 24 Horas
- 00.40 Baton Vermelho
- (ver «Filmes na TV»)

- 11.00 Televendas
- 12.00 Infantil
- 12.55 O Apelo da Montanha
- 13.45 Flash Moda
- 14.20 Sem Legendas
- 15.10 Um Século de Dança
- 16.00 Pé Grande e os Amigos
- 16.30 O Treinador
- 17.00 Infantil
- 17.50 Os Jovens Cowboys
- 18.50 Um, Dó, Li, Tá
- 19.50 Realce
- 20.15 Futebol - Milão-Parma
- 22.30 TV2 Jornal
- 23.00 RTP-Financal Times
- 23.10 Amazônia
- 24.00 Ouvir e Falar
- 01.00 Heimatt II
- 01.55 Magazine «Artes Visuais»

- 16.30 Notícias
- 16.40 Assuntos de Família
- 17.10 Sassá Mutema
- 18.00 Notícias
- 18.10 O Resto é Conversa
- 19.00 Praça Pública
- 19.30 Notícias
- 19.45 Renascer
- 20.45 Jornal da Noite
- 21.40 Falas Tu ou Falo Eu
- 23.40 Histórias Inéditas do FBI
- 00.10 Último Jornal
- 00.35 Os Donos da Bola
- 01.45 MTV

- 08.00 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 12.00 A Casa do Tio Carlos
- 12.35 Animação
- 13.05 A Amiga Olga
- 13.35 Topázio
- 14.20 Meteorologia
- 14.25 Uma Casa na Pradaria
- 15.35 Cursos e Empregos (Teletexto)
- 16.30 Lassie
- 16.55 Animação
- 17.10 A Casa do Tio Carlos
- 17.40 Quem Sai aos Seus
- 18.05 Estrela
- 18.55 A Amiga Olga
- 19.30 Informação Quatro
- 20.05 Esquadrão Classe A
- 20.55 Animação
- 21.10 Califórnia Dreams
- 21.40 Caixa de Perguntas
- 22.10 Queridos Inimigos
- 24.00 Ponto Final
- 00.15 Hunter

Filmes na TV

QUINTA, 27

Paisagem na Bruma

«Topio Stin Omichli» (Gr./Fr./It./1988). Real.: Thodoros Angelopoulos. Int.: Michalis Zeke, Tania Palaiologou, Stratos Tzortzoglou. Cor, 120 min. Drama. (14.30, Canal 1)

Paixão Diabólica

«Meridian» (EUA/1990). Real.: Charles Band. Int.: Sherrilyn Fenn, Malcolm Jamieson, Hilary Mason, Charlie, Alex Daniels. Cor, 83 min. Erótico-Fantástico. (00.50, Canal 1)

SEXTA, 28

Um Eléctrico Chamado Desejo

«A Streetcar Named Desire» (EUA/1951). Real.: Elia Kazan. Int.: Vivien Leigh, Marlon Brando, Kim Hunter, Karl Malden. P/B, 117 min. Ver Destaque. (14.30, Canal 1)

O Sucesso do meu Segredo

«Limit Up» (EUA/1991). Real.: Richard Martini. Int.: Nancy Allen, Dean Stockwell, Brad Hall, Danitra Vance, Ray Charles. Cor, 88 min. Comédia. (22.50, Canal 1)

A Nave dos Loucos

«Ship of Fools» (EUA/1965). Real.: Stanley Kramer. Int.: Vivien Leigh, Simone Signoret, Jose Ferrer, Lee Marvin, Oskar Werner, George Segal. P/B, 149 min. Ver Destaque. (23.25, Quatro)

O Olho do Diabo

«Djavulens oga» (Suécia/1960). Real.: Ingmar Bergman. Int.: Jearl Julle, Bibi Andersson, Nils Poppe, Sture Lagerwall. P/B, 87 min. Ver Destaque. (00.10, TV 2)

O Estranho Doutor Petiot

«Docteur Petiot» (Fr./1990). Real.: Christian de Chalonge. Int.: Michel Serrault, Pierre Romans, Zbigniew Horoks, Bérandère Bonvoisin. Cor e P/B, 98 min. Drama. (00.50, Canal 1)

A Última Reportagem

«The Mean Season» (EUA/1985). Real.: Phillip Borsos. Int.: Kurt Russell, Mariel Hemingway, Richard Jordan. Cor, 103 min. Ver Destaque. (01.45, SIC)

SÁBADO, 29

Winchester 73

«Winchester 73» (EUA/1950). Real.: Anthony Mann. Int.: James Stewart, Shelley Winters, Dan Duryea, Stephan McNally. P/B, 88 min. Ver Destaque. (12.00, TV 2)

Ladrão

Que Rouba Ladrão

«Waterhole # 3» (EUA/1967). Real.: William Graham. Int.: James Coburn, Carroll O'Connor, Margaret Blye, Claude Akins. Cor, 95 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

O Fugitivo do Amor

«Many Rivers to Cross» (EUA/1954). Real.: Roy Rowland. Int.: Robert Taylor, Eleanor Parker, Victor McLaglen, Jeff Richards. Cor, 91 min. Ver Destaque. (15.30, Canal 1)

Risco Mortal

«Keys to Freedom» (EUA/1990). Real.: Jane Seymour, Omar Shariff, Jim Youngs, Denholm Elliott, Nancy Kwain. Cor, 93 min. Policial. (23.55, Canal 1)

Ariel

«Ariel» (Finl./1988). Real.: Aki Kaurismaki. Int.: Turo Pajala, Susanna Haavisto, Matti Pellonpää, Eetu Hilkamo. Cor, 70 min. Ver Destaque. (23.55, TV 2)

O Mais Querido das Mulheres

«Loverboy» (EUA/1989). Real.: Joan Micklin Silver. Int.: Kate Jackson, Carrie Fisher, Barbara Carrera. Cor, 98 min. Comédia. (00.05, Quatro)

DOMINGO, 30

Uma Recruta Endiabrada

«Your Mother Wears Combat Boots» (EUA/1990). Real.: Anson Williams. Int.: Barbara Eden. Cor, 96 min. Comédia. (a partir das 14.00, Canal 1)

A Bela Napolitana

«Ci Troviamo in Galleria» (It./1953). Real.: Mauro Bolog-

nini. Int.: Sophia Loren, Carlo Dappporto. Cor, 95 min. Comédia Sentimental. (14.30, SIC)

A Fronteira do Perigo

«Extreme Prejudice» (EUA/1987). Real.: Walter Hill. Int.: Nick Nolte, Powers Boothe, Michael Ironside, Maria Conchita Alonso, Rip Torn. Acção. (21.30, SIC)

Detective de Saltos Altos

«V. I. Warshawski» (EUA/1991). Real.: Jeff Kanew. Int.: Kathleen Turner, Jay O. Sanders, Charles Durning, Angela Goehtals. Cor, 87 min. Ver Destaque. (23.20, Canal 1)

Z - A Orgia do Poder

«Z» (Fr./Arg./1968). Real.: Costa-Gavras. Int.: Yves Montand, Jean-Louis Trintignant, Jacques Perrin, François Périer, Irene Papas, Charles Denner. Cor, 122 min. Ver Destaque. (23.45, TV 2)

SEGUNDA, 31

Jaguar

«Jaguar» (Fr./1954-67). Real.: Jean Rouch. Int.: Damouré Zika, Lam Ibrahim, Dia, Illa Gaudel, Amadou Kofu. Cor, 89 min. «Cinema-Verdade». (14.50, Canal 1)

O Meu Tio Solteiro

«Uncle Buck» (EUA/1989). Real.: John Hughes. Int.: John Candy, Amy Madigan, Jean Louisa Kelly, Gaby Hoffman, MacAulay Culkin. Cor, 100 min. Ver Destaque. (21.30, SIC)

Revolta Escondida

«Child of Rage» (EUA). Real.: Larry Pearce. Int.: Mel Harris, Dwight Schultz, Ashley Peldon, Rosana DeSoto, Sam Gifaldi. Cor, 120 min. Drama. (21.40, Quatro)

Polícia de Choque

«Rent-a-Cop» (EUA/1987). Real.: Jerry London. Int.: Burt Reynolds, Liza Minelli, James Remar, Richard Masur, Dionne Warwick. Cor, 91 min. «Thriller» Policial. (01.10, Canal 1)

TERÇA, 1

O Clube de Férias

«Club Med» (EUA/1985). Real.: Bob Giraldi. Int.: Jack Scalia, Linda Hamilton, Patrick MacNee, Janis Leeburns. Cor, 91 min. Telefilme-Comédia. (14.45, Canal 1)

A Ponte do Rio Kwai

«The Bridge on the River Kwai» (Gr.Br./1957). Real.: David Lean. Int.: Alec Guinness, William Holden, Jack Hawkins, Sessue Hayakawa, James Donald. Cor, 161 min. Ver Destaque. (21.40, Quatro)

Zelig

«Zelig» (EUA/1983). Real.: Woody Allen. Int.: Woody Allen, Mia Farrow, John Buckwalter, Marvin Chaitinover. P/B e Cor, 76 min. Ver Destaque. (00.40, TV 2)

A Sombra de Ema

«Skyggen Af Emma» (Din./1987). Real.: Soren Kragh Jacobsen. Int.: Line Kruse, Borje Ajhlstedt, Henrik Larsen, Inge Sofie. Cor, 95 min. Comédia. (01.15, Canal 1)

QUARTA, 2

Uma História de Guerra

«Après la Guerre» (Fr./1989). Real.: Jean-Loup Hubert. Int.: Richard Bohringer, Antoine Hubert, Julien Hubert, Martin Lamotte. Cor, 104 min. Melodrama. (14.50, Canal 1)

007

Vive e Deixa Morrer

«Live and Let Die» (Gr.Br./1973). Real.: Guy Hamilton. Int.: Roger Moore, Yaphet Kotto, James Seymour, Clifton James. Cor, 117 min. Ver Destaque. (22.25, Canal 1)

Baton Vermelho

«Lipstick» (EUA/1976). Real.: Lamont Johnson. Int.: Margaux Hemingway, Chris Sarandon, Perry King, Robin Gammell, Mariel Hemingway. Cor, 94 min. Ver Destaque. (00.40, Canal 1)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

— Por isto e por aquilo... —

Um Eléctrico Chamado Desejo

(Sexta, 14.30, Canal 1)

Com argumento adaptado pelo próprio Tennessee Williams da sua peça teatral homónima e realizado para o cinema pelo seu encenador para os palcos (Elia Kazan), Um Eléctrico Chamado Desejo é um dos grandes filmes do cinema norte-americano da década de 50 e, seguramente, dos que sempre (e mais) desafiaram, nas salas escuras, o próprio ego do espectador, na sua complexa e contraditória relação emocional e racional com o comportamento das personagens principais que lhe são dados a ver: Blanche DuBois, viúva, que o choque profundo da morte do marido levou a decidir viver com uma sua irmã; e o marido desta, Stanley, uma figura de sensualidade «animal» e mente perturbadora, que transforma por completo a frágil postura «aristocrática» daquela. Filme que consagrou, por um lado, a entrada no cinema do «Método», como escola de representação, e, por outro lado, se aventurou por uma temática que subverteu por completo o «cinema de entretenimento» acima de todos os códigos da censura - o Eléctrico tem, em Marlon Brando e Vivien Leigh, os dois intérpretes ideais e, em Elia Kazan, o encenador ambivalente que, tanto no teatro como no cinema, melhor poderia interpretar o trágico mundo de Tennessee Williams. Na banda sonora, o Jazz surge no cinema, pela primeira vez, como forma musical que iria também marcar futuras e inesquecíveis experiências cinematográficas. Depois disto tudo, que outras palavras do que escândalo ou crime ou (na melhor hipótese) irresponsabilidade nos podem vir à cabeça para qualificar a decisão do Canal 1 de programar este filme para esta hora?

A Nave dos Loucos (Sexta, 23.25, Quatro)

Ao contrário - e depois de um ciclo em que tivemos de suportar alguns interessantes exemplares cinematográficos desvirtuados pela «colorização computadorizada» - eis que a Quatro assume a programação, no «horário nobre», de um ciclo com obras rodadas a «preto e branco», o que é de louvar. Tudo começa, hoje, com A Nave dos Loucos, um filme forte de Stanley Kramer que nos conta a história de um navio alemão que, nas vésperas da II Guerra Mundial, faz uma longa viagem entre o México e a Europa, levando a bordo uma série de figuras que reflectem, como num microcosmos, os vários extractos da sociedade. Um espectáculo de representação em que avultam (ver «Ficha Técnica») novamente Vivien Leigh, além de Simone Signoret ou Lee Marvin, e o punho firme de um excelente realizador.

O Olho do Diabo (Sexta, 00.10, TV 2)

Sempre fiel às temáticas que explorou na sua obra cinematográfica, O Olho do Diabo constitui, desta vez, uma incursão de Ingmar Bergman pelos «rrenos da farsa», ao encenar a história das arremetidas de um D. Juan (enviado do Diabo) à castidade de uma jovem. Um filme encenado como se de uma obra teatral se tratasse (respeitando, inclusive, as mudanças de actos) precisamente para realçar o carácter simbólico e artificial da intriga.

A Última Reportagem (Sexta, 01.45, SIC)

Um repórter de casos frívolos e sensacionalistas, que acaba de se ocupar da reportagem sobre o assassinio de uma jovem, recebe uma chamada telefónica do assassino que aproveita para o felicitar pela reportagem e lhe confia a «cacha» dos seus próximos quatro assassinios - o que transforma o nosso repórter num caso de sucesso jornalístico. O «interessante» neste algo surpreendente filme-para-estômagos-fortes é a progressiva ambiguidade na definição psicológica das personagens: não sendo de estranhar o gosto pelo exibicionismo e pela publicidade por parte do assassino, o que não deixa de ser original é a progressiva atracção (e oportunismo) do repórter perante a revelação antecipada dos projectos do seu confidente. Até que as coisas lhe tocam pela porta... Um filme que, na esteira dos produtos cinematográficos tendo como «heróis» matadores psicopatas, parece distinguir-se do habitual primarismo daqueles pela construção do argumento e pelo suspense natural de algumas sequências.

Winchester 73 (Sábado, 12.00, TV 2)

Eis um western clássico, notável, realizado por Anthony Mann a partir de uma história de Stuart N. Lake que se debruça sobre o percurso de uma arma emblemática - a espingarda Winchester 73 - pela posse de vários proprietários. Este «achado» do argumento permite a evolução da narrativa pelas figuras de personagens diversificadas e atravessando as situações típicas dos filmes sobre o Oeste americano em que elas se vêm envolvidas. Destaque para as cenas de antolo-



Alec Guinness, em «A Ponte do Rio Kwai», de David Lean

gia do tiroteio na montanha e do duelo final; e uma chamada de atenção para o elenco, em que avultam as interpretações de James Stewart e de Shelley Winters. Um filme desperdiçado há pouco tempo (em Setembro do ano passado) numa «sessão da tarde» do Canal 1 e cuja visão, neste dia e horário mais favorável, não deve ser perdida.

Ladrão Que Rouba Ladrão (Sábado, 14.30, SIC)

Trata-se também de um western, mas este configurando uma sátira ao género. Três ladrões que acabam de roubar ao Exército uma grossa maquia em ouro vão escondê-lo algures no deserto e envolvem-se numa aventura que (diz-se) é de morrer a rir... A confirmar. Atenção, entretanto, ao gag do inesperado abate a tiro à saída do saloon que seria, quinze anos mais tarde, citado por Spielberg em Os Salteadores da Arca Perdida.

O Fugitivo do Amor (Sábado, 15.30, Canal 1)

Se não achar piada ao filme anterior, talvez seja de mudar de canal para experimentar, mais tarde, este outro western, de novo arquitectado muito a sério... As figuras centrais são Robert Taylor, no papel de um caçador, e Eleanor Parker (infelizmente, não muito vista nos televisores), no papel de uma mulher de forte beleza, personalidade e... pontaria. Romance e aventura, numa tarde de sábado...

Ariel (Sábado, 23.55, TV 2)

A «ficha técnica» não engana... Trata-se de um filme feito na Finlândia (o que é raríssimo ver-se por cá) e daí o destaque. Mas a curiosidade é bem fundamentada no facto de se tratar de uma obra de um cineasta - Aki Kaurismaki - que foi responsável, com o seu irmão - Mika - pelo renascimento do cinema finlandês, designadamente através da fundação de uma empresa produtora (Villealfa, em homenagem a Alfaville, de Godard) que se encarregou de produzir vários filmes, entre os quais os que ele próprio realizou, que denunciavam fortes influências da nouvelle vague francesa. É o caso deste Ariel, um filme de estrada em que se contam as aventuras e desventuras de um homem desempregado e marginal numa sociedade em decadência.

Detective de Saltos Altos (Domingo, 23.20, Canal 1)

Bastante longe da qualidade que revelou em Eddie Macon Run e Tough Guys (citando a atmosfera do filme negro em duas obras em que brilhavam Kirk Douglas, no primeiro, e este e Burt Lancaster, no segundo), Detective de Saltos Altos é o último filme de Jeff Kanew, um realizador americano pouco prolífero. Desta vez, a heroína é uma mulher-detect-



Yves Montand, em «Z - A Orgia do Poder»

tive privada de Chicago, senhora de grande beleza e forte personalidade, que tenta descobrir quem assassinou um seu amigo.

Z - A Orgia do Poder (Domingo, 23.45, TV 2)

Trata-se de um dos filmes de Costa-Gravas que maior êxito colheu junto do público. Inspirado no Caso Lambrakis (Grécia, 1963), o argumento escalpeliza o caso do assassinato de um deputado da esquerda, por um grupo terrorista, à saída de um comício a favor da paz e é encenado com o detalhe e o tempo próprios dos grandes «thrillers» políticos.

O Meu Tio Solteiro (Segunda, 21.30, SIC)

Mais uma vez explorando o talento histriónico do jovem Macaulay Culkin (Sozinho em Casa), esta comédia explora também um filão aparentado: um tio fica encarregue de cuidar das criancinhas do irmão enquanto este tem de se ausentar por uns dias... Claro que (apesar de ele se sair bem da tarefa) as tropelias são mais do que muitas e a história não pretende mais do que fazer rir... para o que contribui, ainda, John Candy num dos seus mais conseguidos papéis.

A Ponte do Rio Kwai (Terça, 21.40, Quatro)

Este filme famoso é o primeiro de uma longa série de obras de grande envergadura que David Lean realizou a partir de finais dos anos 50, e que vieram a constituir uma viragem no tom geralmente intimista da anterior filmografia do realizador. Mas, ao contrário de outras superproduções, meramente espectaculares, que povoam a História do Cinema, talvez seja justo dizer-se que os filmes rodados por Lean tendo como suporte os mecanismos do espectáculo cinematográfico sempre primaram pela inteligência e pela sensibilidade ao retrataram, quase sempre com rigor, o tempo histórico em que as histórias decorriam. Uma obra cinematográfica em que, além do mais, a reflexão sobre a ética e a moral estão normalmente presentes, como é o caso do argumento deste filme pacifista, de dupla narrativa, em que uma ponte é construída... para logo ser destruída! Vencedores? Vencidos? Porquê? Onde estão e quem são, uns e outros? Dá que pensar...

Zelig (Terça, 00.40, TV 2)

«Woody Allen inspirou-se na abordagem em flash-back de Orson Welles em Citizen Kane... O filme mistura documentos de arquivo manipulados - Zelig nunca existiu, de facto - com os comentários inimagináveis de Susan Sontag, Bruno Bettelheim ou Saul Bellow, sumidades reconhecidas da intelligentsia nova-iorquina, cujo testemunho, por definição, não pode ser posto em dúvida...». Esta síntese de Jean-Philippe Guérard (na sua obra Woody Allen) ajusta-se, como uma luva, a uma das mais surpreendentes e originais obras de um dos maiores realizadores americanos. A não perder.

007 - Vive e Deixa Morrer (Quarta, 22.25, Canal 1)

Não ultrapassando o primarismo das intrigas estilo-série B e imaginado, apenas, como mero veículo para inúmeras cenas de acção, este episódio da série 007 marca sobretudo a entrada em cena de Roger Moore, como intérprete da conhecida figura de «agente secreto» - o que significa, também, o afastamento de um certo charme com que Sean Connery rodeava essa mesma personagem.

Baton Vermelho (Quarta, 00.40, Canal 1)

Explorando o engodo das «figuras» das duas netas boazonas de Hemingway (Margaux e Mariel) e mergulhando na temática do filão da «violação», como móbil central do argumento, este filme lamentável é bem o retrato do estilo de certa programação cinematográfica que hoje grassa pelo Canal 1 e pela SIC. Preocupante é que, precisamente na mesma medi-



Vivien Leigh e Marlon Brando, em «Um Eléctrico Chamado Desejo», de Tennessee Williams-Elia Kazan

da em que, ao nível dos Telejornais, as nossas televisões se comprazem na larga cobertura do julgamento da mutiladora da Virginia (fingindo que estão a reflectir com distanciamento sobre a apetência da televisão americana pelo tema!), o Boletim de Programas da RTP nos venha sugerir, a propósito deste filme, tratar-se de «mais um reflexo sociológico do trágico puritanismo norte-americano e da sua incapacidade de lidar saudavelmente com o sexo»... Lidar saudavelmente com o sexo?! Mas a quem é que eles querem enfiar o barrete?

Cinema

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Adeus Minha Concubina	★★★★	★★★★	★★★★
B Idade da Inocência	★★★★	★★★★★	★★★★★
C M. Butterfly	★★★★	★★★	★★★★
D Noites Bravas	★★	★★★	-
E Um Mundo Perfeito	★★★★	★★★★	★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A - Real. Chen Kaige - Nimas (14.45, 18.00, 21.30) - Lisboa.
- B - Real. Martin Scorsese - Monumental/1 (13.15, 16.00, 18.45, 21.30, 00.15); Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) - Lisboa.
- C - Real. David Cronenberg - King Triplex/1 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) - Lisboa.
- D - Real. Cyril Collard - Monumental/3 (13.00, 15.15, 17.30, 19.45, 22.15, 00.30) - Lisboa.
- E - Real. Clint Eastwood - Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/1 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Monumental/2 (14.00, 16.30, 19.15, 22.00, 00.30), S. Jorge/2 (15.30, 18.30, 21.30) - Lisboa.

Teatro

AUDITÓRIO DE BENFICA

Lisboa, Junta de Freguesia de Benfica, Av. Gomes Pereira, 17. Tel. 7154565. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 18.00. **FRAGMENTOS KAFKIANOS**, adaptação de textos de Kafka, encenação de Carlos Rocha e Ione de Medeiros, pela Companhia Absurda.

COMUNA

Lisboa, Pç. de Espanha. Tel. 7271818. 3ª, 4ª e sáb. às 15.00: **BÃO** (peça infantil), de João Mota. **Café-Concerto**: 5ª, 6ª e sáb. às 22.30: **EL GRANDE DE COCA-COLA - PARADA DE ESTRELAS**, encenação de João Mota.

TEATRO ABERTO

Lisboa, Praça de Espanha. Tel. 7970969. **O TEMPO E O QUARTO**, de Botho Strauss, encenação de João Lourenço, pelo Novo Grupo e actores convidados.

TEATRO CINEARTE

Lisboa, Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. **Sala Um** - 4ª às 19.00, 5ª, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 17.00: **A CANTORA CARECA**, de Ionesco, encenação de Helder Costa. **Sala Nova** - 5ª às 19.00, 6ª e sáb. às 21.45, dom. às 19.00: **DE BRAÇOS ABERTOS**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Fernanda Lapa.

TEATRO MALAPOSTA

Loures, R. de Angola (Olival Basto). Tel. 9388407. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00: **A ESCOLA DAS MULHERES**,

de Molière, encenação de José Peixoto, pelo Teatro da MalaPOSTA. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.30: **D. JOÃO**, pelo Teatro da Garagem.

TEATRO DE MASSAMÁ

Massamá, Teatro do Clube Desportivo e Recreativo. Tel. 437 33 18. **MALAQUIAS, A HISTÓRIA DE UM HOMEM BARBARAMENTE ARREPENDIDO**, de Manuel de Lima, encenação de José Carretas, pela Companhia de Teatro Veredas.

TEATRONACIONAL D. MARIA II

Lisboa, Rossio. Tel. 3422210. **Sala Garrett** - De 3ª a sáb. às 21.45, dom. às 16.00. **MACBETH**, de Shakespeare, adaptação e encenação de Ulysses Cruz, pela Seiva Trupe. **Sala Estúdio** - De 3ª a dom. às 18.30. **PARA TÃO LONGO AMOR**, de Maria Adelaide Amaral, encenação de Roberto Lage (ambas as peças até 30 de Janeiro).

TEATRO POLITEAMA

Lisboa, R. das Portas de S. Antão. Tel. 3431220. De 3ª a 6ª às 22.00, sáb. e dom. às 16.00 e 22.00. **MALDITA COCAÍNA**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO DA TRINDADE

Lisboa, R. Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 18.30. **10 ELE-VADO A -43 - EXTASIS**, de Christiane Torloni e José Possi Neto.

PALAVRAS CRUZADAS

Grid for crossword puzzle with numbers 1-15 indicating starting positions for horizontal and vertical words.

HORIZONTAIS: 1 — Aves de rapina, diurnas, de cabeça e pescoço depenados e coloridos, encontradas nas montanhas do Velho Mundo, e que se nutrem de cadáveres; designação comum a diversas árvores de folhagem rendilhada e de flores roxas, róseas, vermelhas ou amarelas, reunidas em pequenos cachos esféricos (pl.). 2 — Varrera as brasas do forno; frutos da romãzeira. 3 — Decifrava; letra grega (pl.). 4 — Acusada; tritura com os dentes; nota musical. 5 — Insignificância (fig.); grupo; parceiro. 6 — Agulha de pinheiro; batráquio; avenida (abrev.); branqueia. 7 — Posta de carne grelhada ou frita; garantia. 8 — Involgar; espécie de escumilha; Erbio (s.q.); pôr ovos. 9 — Eternidade; fragrância; origem (fig.). 10 — Apelido; fruto da ateira; Ósmio (s.q.). 11 — Espaço de trinta dias; eleva. 12 — Esmaga; fruto da avejeira. 13 — Prevenira; circunscrição territorial com julgado de primeira instância.

VERTICAIS: 1 — Frutos silvestres; produto natural, viscoso, que se extrai de alguns vegetais. 2 — A primeira mulher; nome de mulher. 3 — Antiga cidade da Caldeia; espádua; graceja. 4 — Semelhante; dama de companhia; nocivas. 5 — Soberanos; rolo de cera com pavio para dar luz. 6 — Época; tira de couro a que vai preso o cão; ribeira portuguesa. 7 — Saudável; via dentro de uma povoação; reza; uma (ant.). 8 — Maior; base aérea portuguesa. 9 — Atmosfera; íntima; ave corredora; Actínio (s.q.). 10 — Tinta de pintar; avarenta; nome de homem. 11 — Patrão; parte do lombo dos bovinos, entre a pá e o cachaço. 12 — Cabelos brancos; animal doméstico; flanco. 13 — Uma vogal (pl.); molusco cefalópode com oito braços guarnecidos de ventosas; aparência. 14 — A família; insignificância (fig.). 15 — Tirara com violência; pequena rosa.

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

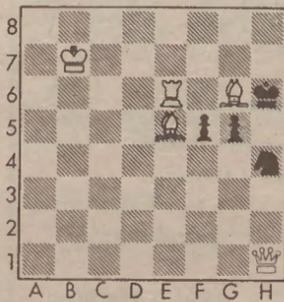
HORIZONTAIS: 1 — Pastel; cordel. 2 — Aras; suam. 3 — Os; al; mim; ar; sé. 4 — Rim; ramal; cor. 5 — Dá; asira; Ra. 6 — Mor; Aar. 7 — Maçada; mártir. 8 — Sãs; ias. 9 — Io; selar; má. 10 — Mós; arara; sic. 11 — Ás; sé; amo; Ca; ao. 12 — Soma; pala. 13 — Calara; tabaco.

VERTICAIS: 1 — Corda; rimas. 2 — Siá; oós. 3 — Aa; más; Sá. 4 — Sra.; secar; sol. 5 — Tal; rás; ema. 6 — Es; rã; Sá; ar. 7 — Mas; ora. 8 — Símio; álamo. 9 — Mar; aro. 10 — Os; lá; Ra; pá. 11 — Rua; Ari; cab. 12 — Dar; matas; ala. 13 — Em; ris; Ac. 14 — Sor; mia. 15 — Moral; laços.

XADREZ

CDXLV - 27 de Janeiro de 1994
PROPOSIÇÃO N.º 1994X003
Por: JOSEF CUMPE
Svetozor, 1929

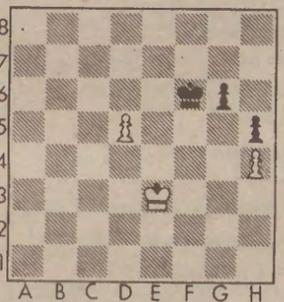
Pr.: [4]: Ps.f5, g5-Ch4-Rh6
Br.: [5]: Bs.e5, g6-T66-Dh1-Rb7



Mate em 2 lances

PROPOSIÇÃO N.º 1994X004
Por: JOSEF POSPISIL
Chakhmaty URSS - Março 1955

Pr.: [3]: Ps.g6, h5-Rf6
Br.: [3]: Ps.d5, h4-Ré3



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXLV

N.º 1994X003 [J.C.]: 1. Da11, Cg2 (f3); 2. Bg7++
1. ...; C:g6; 2. Dh1++
1. ...; g4; 2. Bf4++

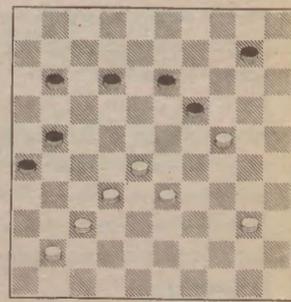
N.º 1994X004 [J.P.]: 1. Ré4!1, Rf7; 2. Rd4, Ré8!; 3. d6, Rd7; 4. Rç5!; g5; 5. h:g5, h4; 6. g6, h3; 7. g7, h2; 8. g8-D, h1-D; 9. Df7+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDXLV - 27 de Janeiro de 1994
PROPOSIÇÃO N.º 1994D003
Por: HUGUENIN - 1802

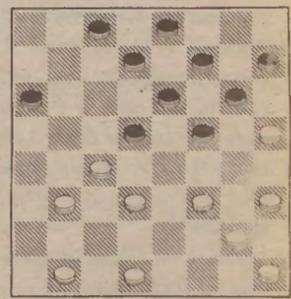
Br.: [7]: 24-28-32-33-37-40-41
Pr.: [7]: 10-11-12-13-19-21-26



Brancas jogam e ganham

PROPOSIÇÃO N.º 1994D004
GOLPE N.º 53
Por: Dr. Orlando Augusto Lopes - 1953

1. 10-13, 21-28; 2. 6-10, 23-19; 3. 12-15, 19-12; 4. 8-15, 28-23; 5. 10-14, 26-21; 6. 13-17, 29-26; 7. 7-12, 31-28; 8. 2-6, 23-19; 9. 14-23, 28-19; 9. 14-23, 28-19; 10. 6-10 ou 5-10.



Pretas jogam e ganham

SOLUÇÕES DO N.º CDXLV

N.º 1994D003 [H.]: 1. 37-31 (26x46=D); 2. 28-23! (46x35); 3. 23x5=D (35x19); 4. 5x4+

N.º 1994D004 [Dr. O.A.L.]: 10. ...; 19-14; 11. 10-19, 18-13; 12. 9-18, 21-7; 13. 4-11, 24-20; 14. 15-24, 22-8+

A. de M. M.

Tempo

Continuação do tempo estável, com céu limpo e vento moderado. Depois do pôr do sol, porém, haverá arrefecimento nocturno e possibilidade de formação de geada.



a Talhe de FOICE

O Chanceler

Era uma vez o Chanceler dum país à beira-mar plantado. Os caminhos de um e de outro cruzaram-se no tempo do Grande Acaso que faz História. Nasceria o Chanceler no berço que o trabalho amassou, humildade que, nos reinos deste e doutros tempos, nunca foi ponto de partida favorável aos grandes cometimentos de humano mando.

Por irónico desafio, acrescentou-lhe a Natureza pessoais desprimores - dos que, ao baptismo, apenas más madrinhas engendram: estranha fala, hirta postura e, sobretudo, uma incontrolável incapacidade de sofrer contestação.

Cedo, todavia, o futuro Chanceler mostrou a fibra que aos do seu tamanho eternamente serve: um vigor inquebrantável na defesa de si e uma prudência infinita no envolvimento com os outros. Pelo primeiro, sossegadamente chegou a Mestre dos mestres no mister que escolheu, enquanto a luta do povo do reino fermentava o pão com que um dia o Grande Acaso lhe alimentaria o predestino.

Pela segunda, facilmente aproveitou a oportunidade que o Grande Acaso lhe deu, enquanto quem por ela lutara, mais uma vez se perdia na infinita imprudência de a cara dar à frente do gesto.

O caso ocorreu quando o Santo Minério começou a entusiasmar a Europa dos pobres: nessa altura, metal às carradas desembarcou no reino do Chanceler, com que lucidamente estimulou a voracidade de pares e ímpares de florescente corte, enquanto rasgava subsidiadas obras pelos caminhos do reino, o que em breve lhe construiu o maior número até aí visto de apoio popular em praça aclamado.

Ao Grande Acaso que o bafejara na condução do prodígio, correspondeu o Chanceler com a Teoria do Sucesso. No seu terreno estava e dele partiu, construindo um país à sua semelhança.

Marcou-se aí o verdadeiro começo da Chancelaria, que transbordou pelo reino outros valores alvissarando. Era o tempo da ideologia reduzida à frase, da política assumida em promessa, do protagonismo concentrado no umbigo, da sociedade entendida como arena. Para adequado garante da nova ordem, reactivados foram os Olhos que tudo vêem e os Ouvidos que tudo escutam, a par dos Arautos que outra vez se concentraram no experimentado ofício de só boas novas ao país dar. Vestiu-se, assim, o Chanceler de competência. Até à rouquidão da voz acrescentada foi a matriz novinha em folha da eloquência, até na postura hirta descoberta se achou a firmeza do estadista.

Se o Homem Novo ruíra, com estrondo, a Leste, no mais ocidental país erguia-se, formidável, o Novo Chanceler.

Ao mistério do ascenso se somou, então, o fenómeno do Carisma. Em tal prodígio recebeu o Chanceler ajuda da tão sua incapacidade de enfrentar contestações. Foi assim que domesticou situacionistas e carbonários, aos primeiros mostrando, firme, a faca que reparte o queijo, aos segundos escondendo, feroz, o queijo que por todos a faca devia repartir.

Era o tempo do Chanceler de ferro.

Todavia, até o mais temperado aço se corrompe, pelo que tempos chegaram que ao Chanceler se impôs a lei da natureza dos homens.

A que transporta uma perpétua dualidade. Que identifica o bem no confronto com o mal, que acredita porque descrê, que identifica porque compara, que reconhece depois de ignorar. Que tem memória e a usa, que é inteligente e descobre.

No caso do Chanceler, que entre promessas e factos não há sucesso que se veja.

Que, afinal, quem não lê, não discute nem aceita, só por Grande Acaso merece o poder que tem.

Que, enfim, quanto a competência o Chanceler vai nu.

O que talvez lhe explique a rouquidão e a postura hirta.

■ HC

Reunião na Covilhã Associações académicas vão reforçar luta contra as propinas

A maioria das associações académicas, reunidas terça-feira na Universidade da Beira Interior, na Covilhã, decidiram "reforçar a contestação" a lei das propinas. Os representantes dos estudantes consideraram que as alterações introduzidas à lei das propinas, pela nova ministra, penalizam-nos ainda mais. As alterações "não vieram trazer nada de novo, limitando-se a penalizar ainda mais os estudantes do ensino superior, reduzindo significativamente o número de isentos e agravando as sanções", diz o comunicado final da reunião.

O encontro, que teve como anfitriã a Associação Académica da Universidade da Beira Interior, juntou ainda as academias de Lisboa e Coimbra e as associações de estudantes de Trás-os-Montes e Alto

Douro, Évora, Minho, Madeira e Algarve.

A Federação Académica do Porto esteve ausente.

Os representantes dos estudantes consideraram também "lamentável" a postura da ministra da Educação, Manuela Ferreira Leite, "ao defraudar todas as expectativas criadas em torno da discussão das alterações à lei, ignorando todas as propostas apresentadas".

"Os motivos que levaram a contestar a lei 20/92 são ainda maiores, sobretudo, quando caiu a capa da justiça social, sendo agora claro e assumido o objectivo de levar os estudantes a suportar as reduções orçamentais nos dois últimos anos", dizem as associações académicas.

Portugal continua a ser o país europeu com a menor taxa de frequência do ensino superior, onde a qualida-



de do ensino "é medíocre" e o apoio social aos estudantes "é virtualmente inexistente", estando por debater "os problemas essenciais do ensino superior", concluíram os representantes estudantis.

As associações reunidas na universidade da Beira Interior admitem a hipóte-

se de efectuar um referendo nacional sobre o pagamento de propinas. No encontro nacional, os dirigentes estudantis presentes prometeram "reforçar a contestação" à lei 20/92, lei das propinas, e dizem que vão "recorrer a todos os meios ao seu alcance para reforçar esta contestação".

Agora em Rio de Mouro PS prossegue alianças com PSD

Enquanto se desunha a propaganda "alianças" entre a CDU e o PSD na formação dos órgãos autárquicos, o PS prossegue, com total despudor, na conduta de que acusa o PCP e as outras forças da CDU, aliando-se ao PSD sempre com o objectivo afastar os comunistas dos

órgãos para que foram eleitos.

A presidente da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, no Concelho de Sintra, acusou no final da semana passada o PS e o PSD de se terem aliado para "uma tomada do poder no órgão autárquico contra o veredicto popular".

Maria Alice, da CDU, desde há 11 anos eleita sucessivamente para o cargo, foi obrigada a adiar para o próximo dia 2 de Fevereiro a eleição do Executivo e da Mesa da Assembleia Municipal, por ter resultado inconclusiva a reunião então efectuada.

Segundo a autarca, foi obrigada a suspender a reunião, porque os eleitos do PS e do PSD quiseram impor um método que "afastava do Executivo e da Mesa os representantes da CDU, que é a força maioritária com mais 1400 votos da segunda, que foi o PS".

Maria Alice, que como cabeça-de-lista da força mais votada, presidiu à reunião da Assembleia de Freguesia, disse que, face à falta de preceito legal expresso, aplicou para a eleição dos órgãos autár-

quicos o consagrado Método de Hondt.

Este método dá "a maioria absoluta ao PS e PSD coligados", ficando cada um com dois vogais no Executivo e a CDU com dois, "mas eles querem tudo e só me não afastam a mim por ser impossível", acusou.

Segundo a autarca, os dois partidos minoritários rejeitaram o método de eleição que é uma competência de quem preside à Assembleia, tentando impor a votação uninominal requerida pelo PS.

Adiantou que o PSD apresentou uma lista para o Executivo, incluindo três eleitos do PS.

Na Freguesia do Cacém, onde a CDU foi a segunda força e os socialistas a primeira, "o PS monopolizou tudo com o PSD", acusou.

Portucel vai para a greve

Os trabalhadores das fábricas de Leiria, Setúbal e Albarraque, do Grupo Portucel, vão paralisar amanhã e segunda-feira, informou a Federação Portuguesa dos Sindicatos das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa. A decisão, tomada na sequência dos plênários realizados, deve-se à intransigência dos representantes das empresas que propõem um aumento salarial de 2,5 por cento e pretendem "alterar um número significativo de cláusulas que garantem importantes direitos e regalias para os trabalhadores", segundo se afirma em comunicado.

A Federação exige que as empresas do Grupo mantenham o Acordo de Empresa em vigor na Portucel e propôs um aumento salarial de nove por cento.

Os trabalhadores do Grupo recorreram à greve em Dezembro, cuja adesão global foi da ordem dos 90 por cento, tendo conseguido que os representantes das admi-

nistrações alterassem a sua proposta inicial de zero por cento.

Segundo a Federação, estão marcados para os próximos dias plênários nas fábricas de Cacia, Viana do Castelo e Guilhabreu, para decidir "as datas da sua eventual adesão à greve".

«Verdes» querem audição sobre Costa Vicentina

O grupo parlamentar do Partido Ecológico "Os Verdes" (PEV) solicitou terça-feira à Assembleia da República a realização de uma audição sobre o futuro da Costa Vicentina. Num comunicado enviado à agência Lusa, os deputados André Martins e Isabel Castro, em representação do PEV, propõem a realização de uma audição parlamentar sobre "A situação e perspectivas para o futuro da área protegida do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina".

Os deputados temem pelo futuro daquela área - cuja protecção está regulamentada num Decreto-Lei de 1988 - alertando para as "ameaças dos interesses imobiliários

geralmente associados a actividades ligadas ao turismo".

No documento alegam que esta situação está a descaracterizar e a destruir "valores culturais e ecológicos que já são únicos em toda a costa da Europa Meridional".

De acordo com os membros de "Os Verdes" estas pressões "estão a pôr em risco a diversidade da fauna e flora, as condições de nidificação e de reprodução piscícola".

"Os Verdes" propõem ainda a elaboração de um relatório com recomendações ao Governo para resolver a situação.